UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA – CAMPUS I

CURSO DE BACHARELADO EM URBANISMO

REFORMULAÇÃO CURRICULAR DO CURSO DE URBANISMO

SALVADOR-BA

2013

UNEB – Universidade do Estado da Bahia

Reitor
Lourisvaldo Valentim da Silva

Vice-Reitora
Adriana dos Santos Marmori Lima

Pró-Reitor de Graduação
Antonio Amorim

Pró-Reitor de Pós Graduação e Pesquisa
José Cláudio Rocha

Pró-Reitora Administrativa
Durval Uzêda Filho

Coordenadora do Curso de Urbanismo
Rita Maria Bastos Vieira

Comissão de Reformulação Curricular
Prof. André Luís Cardoso Santos
Prof. Antonio Muniz dos Santos Filho
Prof. Jorge Glauco Costa Nascimento
Prof. Juan Pedro Moreno Delgado
Profa. Miriam Medina Velasco
Discente Marilia Gabriela A. Libório

Sumário

	Apresentação	1
1	**Ato de Autorização**	5
2	**Base Legal**	7
2.1	Diretrizes federais da profissão e da educação superior	7
2.2	Diretrizes Estaduais da Educação	16
2.3	Diretrizes específicas da Universidade do Estado da Bahia – UNEB	17
2.4	Diretrizes relativas às questões urbanas e regionais	21
3	**Condições objetivas de oferta do Curso**	27
4	**Concepção e Objetivos**	29
5	**Perfil do Egresso**	43
6	**Competências e Habilidades**	45
7	**Organização Curricular**	47
8	**Estágio Curricular Supervisionado ou Prática Profissional**	49
9	**Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)**	53
10	**Atividades Acadêmico-Científico-Culturais – AACC**	57
11	**Fluxograma**	59
12	**Matriz Curricular**	62
13	**Ementário**	65
14	**Principais Mudanças**	137
15	**Instalações Especiais e Laboratórios**	149
	Considerações Finais	151
	Referências	153
	Anexos	157

APRESENTAÇÃO

Este documento é uma atualização do Projeto Político Pedagógico do Curso de Bacharelado em Urbanismo e contém a proposta de Reformulação Curricular do mesmo, sendo parte integrante do documento apresentado para a Renovação do Reconhecimento do Curso. Tal proposta foi elaborada por uma comissão especialmente estruturada para este fim e composta por docentes, discentes e egressos do próprio curso[1].

O documento busca adequar-se às disposições federais e estaduais que regem a Educação Superior e, principalmente, atender às recomendações feitas no Relatório de Avaliação do Conselho Estadual de Educação (CEE) da Secretaria de Educação do Estado da Bahia[2].

A partir da divulgação de tal relatório, várias tentativas de atendimento às recomendações foram promovidas, porém não concluídas. Assim, faz-se necessário informar que esta nova comissão, instalada em julho de 2012, se apoio e utilizou como subsídios, alguns dos elementos produzidos pelas comissões anteriores.

Entre esses subsídios destacam-se:

a) o esquema metodológico, que começou a se estruturar desde os trabalhos da comissão criada em 2008;
b) pesquisa junto a professores e alunos, realizada pelo Colegiado do Curso sobre a matriz curricular, com o fim de identificar possíveis mudanças necessárias e atualização dos conteúdos das ementas[3];
c) palestras e encontros com especialistas da área, sintetizadas e divulgadas em documentos organizados pelas comissões[4];

---

[1] A Comissão foi criada pelo Ato Administrativo 034/2012, emitido em 4 de julho de 2012, pela Diretoria do Departamento de Ciências Exatas e da Terra do Campus I (DCET-I). Tal comissão é composta por docentes e uma representação discente, contando também com a participação, a convite, de um representante da Sociedade Brasileira de Urbanismo (SBU).

[2] Trata-se do Relatório de Verificação elaborado pela Comissão do Conselho Estadual de Educação (CEE), apresentado pelas profas. Maria Gleide Santos Barreto e Solange Souza Araújo. Período de referência: 19 de julho a 06 de agosto de 2001. Tal relatório foi encaminhado pelo CEE à Reitoria da UNEB com data de 25 de agosto de 2003.

[3] Para tanto, foram utilizados como instrumentos de levantamento dos dados, questionários específicos com questões direcionadas para os docentes e para os discentes. Tais questionários foram aplicados nos meses de setembro e outubro de 2010, embora se tenham recolhido outros questionários de docentes em datas posteriores.

d) artigos especializados coletados em vários periódicos da área e documentos repassados pela Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD);
e) documento especial que apresenta proposta formulada a partir da pesquisa realizada pelo NUPEC (grupo de pesquisa formado por egressos do curso), mediante a aplicação de questionário junto ao universo de egressos, a fim de identificar, pela experiência prática deles, os conteúdos curriculares necessários ou dispensáveis para a formação do profissional exigido pelo atual cenário de demandas da sociedade[5];
f) por fim, registra-se a utilização da pesquisa realizada pela Sociedade Brasileira de Urbanismo (SBU), com o intuito de identificar a inserção dos formandos e seu desempenho no exercício de sua profissão. Destaca-se como parte dos resultados, o nível de aprovação, principalmente, em concursos públicos[6].

Todos esses instrumentos, ao lado de outras ações, realizadas nesses últimos dez anos, foram valorizadas e utilizadas como embasamento do atual processo de Renovação do Recredenciamento, assim como, da Reformulação Curricular do curso, cuja proposta se materializa neste documento.

Esclarecida a relação desta comissão com o resultado dos esforços feitos pelas comissões passadas, que não foram desconsiderados, cabe também, recuperar mesmo que brevemente, os procedimentos adotados para a composição da proposta aqui apresentada.

Face aos múltiplos aspectos envolvidos e ao tempo disponível para a apresentação da proposta às instâncias pertinentes, assim como também, perante a urgência de garantir o recredenciamento necessário à manutenção e adequação às regras da educação superior estabelecidas no âmbito federal e estadual, foram estruturadas duas subcomissões para tratar de forma específica, da parte de Renovação do Reconhecimento e da parte de Reformulação Curricular, ainda dividindo-se

[4] Destaca-se o encontro com profissionais da área, vinculados a outras Instituições de Ensino Superior (IES) e à área de educação desta e de outras IES. Vale registrar a palestra dos professores da Universidade Simon Bolívar da Venezuela, realizada em dezembro de 2010.
[5] A autoria desse documento é do Núcleo de Pesquisa das Cidades (NUPEC), sob título: “Proposta de Revisão Curricular para o Curso de Bacharelado em Urbanismo...” Documento para discussão, elaborado por uma equipe de urbanistas egresso do próprio curso, com data novembro de 2011, cuja cópia foi entregue ao Colegiado no primeiro semestre de 2012.
[6] A pesquisa foi coordenada pela Urbanista Maiana Freitas no exercício de uma das diretorias da Sociedade Brasileira de Urbanismo (SBU) e tem sido apresentada em diversos eventos.

responsabilidades dentro de cada uma delas, mas, trabalhando articuladamente e tendo como referência o roteiro encaminhado pela Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD/UNEB).

Diante das condições mencionadas, cabe também, esclarecer que o alcance desta proposta materializa as modificações passíveis de serem empreendidas no “aqui e agora”, isto é, na conjuntura acadêmica e institucional na qual está inserido o curso. Todavia, espera-se que a proposta constitua apenas o início de um rico processo de transformação e fortalecimento do Bacharelado em Urbanismo.

Desse modo, o principal objetivo dos trabalhos da comissão foi atender às observações e sanar as deficiências apontadas no Relatório do CEE. Embora, para além dos registros de tal relatório, modificações mais profundas também se façam necessárias, estas passarão a pautar a agenda e constituirão num desafio para os segmentos acadêmicos que acreditam na importância de seu Projeto Político Pedagógico.

Com base no objetivo e as determinantes enunciadas para a formulação desta proposta de Reformulação Curricular, especificamente nesta última etapa dos trabalhos da Comissão (agosto de 2012 a março de 2013), foram adotados diversos procedimentos, tais como, encontros com professores e consultas via internet, oficinas para construção de ideias e reflexões sobre o curso com a participação de docentes, discentes e egressos, reuniões conjuntas com as várias subcomissões, entre outras.

Assim, atendendo ao roteiro definido pela PROGRAD/UNEB, este documento está estruturado em quatorze seções, organizadas da seguinte forma: nas primeiras sete seções, se apresenta o Ato de Autorização; explana-se acerca dos embasamentos legais que sustentam esta proposta; descrevem-se as condições objetivas de oferta do curso; detalha-se a concepção e os objetivos do curso; descreve-se o perfil do egresso; registram-se as competências e habilidades inerentes ao perfil profissional do urbanista; e, fundamenta-se a nova organização curricular. Da oitava a décima seção, são descritas as definições para as atividades de Estágio Curricular Supervisionado ou Prática Profissional; apresenta-se a nova estrutura do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC); e, define-se a concepção das Atividades Acadêmico-Científico-Culturais – AACC. Nas últimas seções, encontra-se inserido o fluxograma;

apresenta-se a nova matriz curricular com os quadros que sintetizam sua descrição; detalha-se o ementário com seus conteúdos e respectivas referências básica e complementar; descrevem-se as instalações especiais e laboratórios; e, por fim, se inserem como forma de conclusão, algumas considerações e também são organizadas todas as referências utilizadas para elaboração deste documento.

Na certeza do atendimento às recomendações feitas pelo Conselho Estadual de Educação, esperamos contar com o apoio institucional para a tramitação e a aprovação deste Projeto Politico Pedagógico do Curso de Bacharelado em Urbanismo.

1 Ato de Autorização

2 Base Legal

Os instrumentos normativos que justificam, embasam e orientam a Reformulação Curricular do Curso de Urbanismo estão relacionados com as transformações jurídicas explicitadas após a formulação e criação deste curso em 1996. Tais transformações podem ser agrupadas em quatro grupos de diretrizes: a) as diretrizes da educação superior, emanadas por parte do governo federal; b) as diretrizes estaduais sobre educação; c) as diretrizes institucionais da UNEB; d) as diretrizes das políticas públicas relativas às questões urbanas e regionais.

2.1 Diretrizes federais da profissão e da educação superior

Como observado (Quadro 1), as disposições legais que determinam esta Reformulação Curricular têm como marco de referência básica os enunciados constitucionais definidos no âmbito dos ofícios e ocupações e no âmbito da educação. No primeiro caso, a CF (1988) em seu Título II, Cap. I, Art. 5° na alínea XIII, estabelece como “livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer”.

Nessa perspectiva, vale observar que o Brasil possui uma regulamentação vigente do profissional Urbanista desde quando o Decreto-Lei 8.620/1946 regulamenta as profissões do atual Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (CONFEA). A partir daquele período, o art. 16º autoriza tal conselho “a estabelecer as atribuições das profissões civis de engenheiro naval, construtor naval, engenheiro aeronáutico, engenheiro metalúrgico, engenheiro químico e urbanista” e outras especificadas, paulatinamente, em leis federais específicas.

QUADRO 1 – INSTRUMENTOS NORMATIVOS SEGUNDO GRUPOS (ORDEM CRONOLÓGICA)

Dispositivos	Identificação	Conteúdo principal
Diretrizes federais da profissão e da educação superior	Constituição da República Federativa do Brasil 1988	TÍTULO II - dos Direitos e Garantias Fundamentais TÍTULO VII da Ordem Social - Cap. III Seção I – art. 205 a 214 - Disposições Educação em geral
	Decreto-Lei 8.620/1946	Regulamenta o exercício de profissões
	Res. 218/1973 CONFEA	Discrimina atividades das diferentes modalidades profissionais
	Lei 9.394/1996	Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação (LDB), Cap. IV da educação superior (art. 43 a 57)
	Lei 10.098/2000 Dec. 5.296/2004	Promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência
	Lei 10.436/2002 Dec. 5.626/2005	Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS)
	Lei 10.861/2004	Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES)
	Res. 02/2007 CNE-CES	Dispõe sobre e Carga horária dos cursos de graduação
	Lei 11.788/2008	Dispõe sobre o estágio de estudantes
	Res. 01/2010 CONAES	Estabelece o Núcleo Docente Estruturante (NDE)
Diretrizes estaduais da educação	Constituição do Estado da Bahia 1989	Cap. XII e XIII Sobre Educação e Instituições de Educação Superior (art. 244 a 264)
	Dec. 7.532/1999	Regimento do Conselho Estadual (CEE)
	Res. CEE 51/2010	Dispõe sobre reconhecimento e renovação de Reconhecimento de Cursos Superiores
	Dec. 13.664/2012	Homologação do processo de recredenciamento da UNEB
Diretrizes específicas da UNEB	Res. 863/2011 CONSU	Estatuto da UNEB
	Res. 864/2011 CONSU	Regimento Geral da UNEB
Diretrizes relativas às questões urbanas e regionais	Lei 10.257/2001	Estatuto da Cidade
	Lei 11.107/2005	Lei dos Consórcios
	Lei 11.124/2005	Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SINHIS
	Lei 11.445/2007	Lei de Saneamento
	Lei 12.305/2010	Política Nacional de Resíduos Sólidos
	Lei 12.587/2012	Política Nacional de Mobilidade Urbana

Fonte: organização específica para este documento.

A Resolução 218/1973 (CONFEA), ao discriminar as atividades das diferentes modalidades profissionais, estabelece de forma específica no art. 21 que compete ao urbanista, dois grupos de atividades definidas pela própria resolução, “referentes ao desenvolvimento urbano e regional, paisagismo e trânsito; seus serviços afins e correlatos”, conforme descrito no Quadro 2.

QUADRO 2 – COMPETÊNCIAS DO URBANISTA SEGUNDO RESOLUÇÕES DO CONFEA

Grupo	Atividades
I	01 – **Gestão**, supervisão, coordenação e orientação técnica; 02 – **Coleta de dados**, Estudo, planejamento, projeto especificação; 03 - Estudo de viabilidade técnico-econômica **e ambiental**; 04 - Assistência, assessoria e consultoria; 05 - Direção de obra e serviço técnico; 06 - Vistoria, perícia, avaliação, **monitoramento**, laudo e parecer técnico, auditória, arbitragem; 07 - Desempenho de cargo ou função técnica; 08 - **Treinamento**, ensino, pesquisa, **desenvolvimento**, análise, experimentação, ensaio, divulgação técnica, extensão; 09 - Elaboração de orçamento; 10 - Padronização, mensuração e controle de qualidade; 11 - Execução de obra e serviço técnico; 12 - Fiscalização de obra e serviço técnico;
II	14 - Condução de **serviço** técnico; 15 - Condução de equipe de instalação, montagem, operação, reparo ou manutenção; 16 - Execução de instalação, montagem, **operação**, reparo ou **manutenção**; 17 - Operação e manutenção de equipamento e instalação; 18 - Execução de desenho técnico.

Fonte: organização própria com base no art. 1º da Res. 218/1973 e 1.010/2005 do CONFEA.
Obs.: A denominação dos grupos tem apenas caráter explicativo para este documento; os grifos correspondem às mudanças acrescidas pela Res. 1.010/2005 do CONFEA.

Segundo as Resoluções 218/1973 e 1.010/2005 (CONFEA), das 18 (dezoito) atividades especificadas para as áreas de atuação das profissões vinculadas a tal conselho, o urbanista deverá estar apto para desempenhar atividades voltadas, em primeiro lugar, para o diagnóstico, planejamento acompanhamento e avaliação de planos e projetos como se pode visualizar no grupo I, em segundo lugar, para a implantação execução e operacionalização como se especifica no grupo II. A resolução apenas não contempla para esta profissão, a atividade estipulada no numeral 13 voltada especificamente para "Produção técnica e especializada" (Quadro 2). Contudo, a Res. 1.010/2005[7], orientada a regulamentar as atribuições segundo titulação ou níveis de formação, estabelece no art. 5º, para efeito de fiscalização do exercício profissional dos diplomados no âmbito das profissões inseridas naquela época no Sistema CONFEA, que tais atividades "poderão ser

[7] A Res. 1.010/2005 (CONFEA), também assimila as 18 (dezoito) atividades com pequenos ajustes sinalizados no Quadro 2. Em anexo da mesma resolução, são apresentados sistema de codificação para cada um dos componentes destas atividades, assim como, um glossário, e ainda, os procedimentos para cadastramento das instituições de ensino e de seus cursos e para a atribuição de títulos (http://www.confea.org.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=1196). Já no seu art. 3º determina os níveis de formação: técnico; graduação superior tecnológica; graduação superior plena; pós-graduação *lato senso* (especialização); e pós-graduação *estrito senso* (mestrado ou doutorado).

atribuídas de forma integral ou parcial, em seu conjunto ou separadamente, observadas as disposições gerais e limitações estabelecidas (...)". Ao final deste documento (Anexo A) é apresentada a transcrição de Campos de Atuação profissional especificados para o âmbito do Urbanismo, como consta no Anexo II da Res. 1.010/2005 (CONFEA).

Nessa ordem de ideias, também cabe registrar que a ocupação de Urbanista está especificamente cadastrada no Código Brasileiro de Ocupações – CBO do Ministério do Trabalho e Emprego sob o código 2141-30[8].

No âmbito da educação, os dispositivos constitucionais (art. 205 a 214) determinam como direito de todos visando o desenvolvimento pessoal, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho, sob os princípios de igualdade, liberdade, pluralismo, gratuidade do ensino público, assim como, a valorização dos profissionais do ensino, gestão democrática e garantia do padrão de qualidade. De igual forma, os enunciados constitucionais outorgam autonomia didático-científica administrativa e de gestão financeira e patrimonial obedecendo aos princípios de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

A Lei n.º 9.394/96 (LDB) nos seus artigos 43º a 57º estabelece as regras da educação superior, consagrando entre suas finalidades o estímulo à criação cultural, desenvolvimento científico e pensamento reflexivo, formação de profissionais aptos para participar no desenvolvimento da sociedade, incentivo à pesquisa e investigação científica, promoção e divulgação do conhecimento.

A LDB também consagra como finalidades da educação, o permanente aperfeiçoamento, a integração e sistematização de conhecimentos, a relação com os problemas do mundo presente no âmbito nacional e regional buscando a prestação de serviços à comunidade e a promoção da participação da população.

A LDB estabelece que a educação superior seja ministrada em Instituições de Ensino Superior (IES) com variados graus de abrangência ou especialização, mediante autorização e reconhecimento dos cursos, sendo que no caso de IES

[8] Cabe sublinhar que da mesma forma que as resoluções do CONFEA, a listagem de ocupação do Ministério de Trabalho e Emprego trata de maneira específica, isolada e individual a atividade do URBANISTA, como se pode observar no arquivo "Relatório de Título "Classificação Brasileira de Ocupações" (CBO) 2002, pdf disponível em <http://www.mtecbo.gov.br/cbosite/pages/downloads.jsf>. Segundo Figueiredo (2011) o Código Internacional de Ocupações – CIO, também é especificado apenas para o Urbanista.

pública o Poder Executivo responsável por sua manutenção acompanhará e fornecerá recursos necessários para seu funcionamento eficiente. Nesse contexto, a lei especifica que “as universidades são instituições pluridisciplinares de formação dos quadros profissionais de nível superior, de pesquisa, de extensão e de domínio e cultivo do saber humano”, caracterizadas por:

> I - produção intelectual institucionalizada mediante o estudo sistemático dos temas e problemas mais relevantes, tanto do ponto de vista científico e cultural, quanto regional e nacional; II - um terço do corpo docente, pelo menos, com titulação acadêmica de mestrado ou doutorado; III - um terço do corpo docente em regime de tempo integral.

Portanto, é competência legal da universidade, enquanto instância de diálogo com a sociedade, verificar a evolução desta e definir qual o melhor modo de atender os novos desafios.

A LDB assegura ainda, o exercício da autonomia universitária, definindo entre outras atribuições, a criação, organização e extinção de cursos; a definição de currículos segundo diretrizes pertinentes; o estabelecimento de planos, programas e projetos de pesquisa e extensão. Conforme estabelecido no art. 56º da LDB “as instituições públicas de educação superior obedecerão ao princípio da gestão democrática, assegurada à existência de órgãos colegiados deliberativos, de que participarão os segmentos da comunidade institucional, local e regional” e no art. 57º que “nas instituições públicas de educação superior, o professor ficará obrigado ao mínimo de oito horas semanais de aulas”.

Algumas disposições federais podem pautar o funcionamento dos cursos de graduação e concomitantemente determinar os conteúdos curriculares ofertados neles. Entre estas disposições se destacam, especificamente, as que orientam questões relativas à acessibilidade e à língua de sinais.

A Lei 10.098/2000[9] estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida

[9] A lei define elemento da urbanização como “qualquer componente das obras de urbanização, tais como os referentes à pavimentação, saneamento, encanamentos para esgotos, distribuição de energia elétrica, iluminação pública, abastecimento e distribuição de água, paisagismo e os que materializam as indicações do planejamento urbanístico” enquanto que mobiliário urbano, segundo a mesma lei, é definido como “o conjunto de objetos existentes nas vias e espaços públicos, superpostos ou adicionados aos elementos da urbanização ou da edificação, de forma que sua modificação ou traslado não provoque alterações substanciais nestes elementos, tais como semáforos, postes de sinalização e similares, cabines telefônicas, fontes públicas, lixeiras, toldos, marquises, quiosques e quaisquer outros de natureza análoga”.

orientando no art. 1º “a supressão de barreiras e de obstáculos nas vias e espaços públicos, no mobiliário urbano, na construção e reforma de edifícios e nos meios de transporte e de comunicação”.

Vale observar que este dispositivo tem uma relação especial com a proposta de Reforma Curricular, quando determina as condições do espaço no qual funcionará o curso. O Cap. IV (arts. 11 e 12) da supracitada Lei estabelece que: “edifícios públicos ou privados destinados ao uso coletivo deverão ser executadas de modo que sejam ou se tornem acessíveis às pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida” e os locais de aulas e conferências deverão dispor de espaços reservados para pessoas que utilizam cadeiras de rodas e de lugares específicos para pessoas com deficiência auditiva e visual.

De igual forma, tal dispositivo federal interfere nos conteúdos dos componentes curriculares, especialmente quando nos arts. 3º e 4º estabelece que o planejamento e a urbanização das vias públicas, dos parques e dos demais espaços de uso público, assim como, as respectivas instalações de serviços e mobiliários urbanos “deverão ser concebidos e executados de forma a torná-los acessíveis para as pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida”. No art. 5º determina que:

> O projeto e o traçado dos elementos de urbanização públicos e privados de uso comunitário, nestes compreendidos os itinerários e as passagens de pedestres, os percursos de entrada e de saída de veículos, as escadas e rampas, deverão observar os parâmetros estabelecidos pelas normas técnicas de acessibilidade da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT.

Cabe registrar que a Lei 10.098/2000 regulamentada pelo decreto 5.296/2004, define no art. 8º acessibilidade como a condição que garante a utilização, com segurança e autonomia dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, assim como, dos serviços de transporte, sistemas e meios de comunicação e informação por qualquer pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida.

Para a promoção da acessibilidade, o art. 10° do referido decreto dispõe “a inclusão de conteúdos temáticos referentes ao desenho universal nas diretrizes curriculares da educação profissional e tecnológica e do ensino superior dos cursos de Engenharia, Arquitetura e correlatos”, e ainda, o art. 11º orienta que as entidades de fiscalização profissional das atividades de Engenharia, Arquitetura e correlatas, exigirão a responsabilidade profissional declarada de atendimento às regras de

acessibilidade, inclusive nos projetos urbanísticos, segundo as normas técnicas de acessibilidade da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT)[10], as quais também, segundo o art. 13º, orientam:

> I - os Planos Diretores Municipais e Planos Diretores de Transporte e Trânsito elaborados ou atualizados a partir da publicação deste Decreto; II - o Código de Obras, Código de Postura, a Lei de Uso e Ocupação do Solo e a Lei do Sistema Viário; III - os estudos prévios de impacto de vizinhança; IV - as atividades de fiscalização e a imposição de sanções, incluindo a vigilância sanitária e ambiental; e V - a previsão orçamentária e os mecanismos tributários e financeiros utilizados em caráter compensatório ou de incentivo.

A Lei 10.436/2002 dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), definida como uma forma de comunicação oriunda de comunidades de pessoas surdas. Tal lei dispõe no art. 4º que os sistemas educacionais de ensino "devem garantir a inclusão nos cursos de formação de Educação Especial, de Fonoaudiologia e de Magistério, em seus níveis médio e superior", o ensino de LIBRAS; Este dispositivo federal foi regulamentado pelo Decreto 5.626/2005 especificando que, deverá ser incluída como componente curricular obrigatório nos cursos de licenciatura e afins; no caso dos cursos dos outros cursos de educação superior este terá caráter de componente optativo; como se observará na seção correspondente, a UNEB assimila esta norma a partir de Resolução do Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE/UNEB).

A Lei federal 10.861/2004 cria o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) que, segundo estabelece o art. 1º (parágrafo 1º) tem por finalidades:

> A melhoria da qualidade da educação superior, a orientação da expansão da sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social e, especialmente, a promoção do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das instituições de educação superior, por meio da valorização de sua missão pública, da promoção dos valores democráticos, do respeito à diferença e à diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional.

O SINAES, desenvolvido em cooperação com Estados e Distrito Federal, deverá assegurar a avaliação institucional, interna e externa, contemplando a análise global e integrada das dimensões, estruturas, relações, compromisso social, atividades,

[10] Em outubro de 2012, a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) colocou à disposição da sociedade, para apreciação e votação, o Projeto ABNT NBR 9050 - Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos, que substituirá a versão publicada em 2004. Junto com este documento, estão sendo também submetidos à Consulta Nacional o Projeto 40:000.01-001 - Acessibilidade em estádios e o 2º Projeto 40:003.03-009 - Acessibilidade - Sinalização Tátil no Piso - Diretrizes para elaboração de projetos e instalação.

finalidades e responsabilidades sociais das instituições de educação superior e de seus cursos. Para tanto, a própria lei dispõe as dimensões a serem avaliadas e orienta sobre os procedimentos e instrumentos. No caso particular estabelece, no art. 4º que “a avaliação dos cursos de graduação tem por objetivo identificar as condições de ensino oferecidas aos estudantes, em especial as relativas ao perfil do corpo docente, às instalações físicas e à organização didático-pedagógica”.

Também, determina que o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE) será aplicado periodicamente para avaliar o desempenho dos estudantes dos cursos de graduação em relação aos conteúdos programáticos, às habilidades e competências específicas da profissão. Nesse caso, cabe sublinhar que o art. 5º (parágrafo 5º) determina que:

> O ENADE é componente curricular obrigatório dos cursos de graduação, sendo inscrita no histórico escolar do estudante somente a sua situação regular com relação a essa obrigação, atestada pela sua efetiva participação ou, quando for o caso, dispensa oficial pelo Ministério da Educação.

De igual forma, a Lei 10.861/2004, no seu art. 6º também institui a Comissão Nacional de Avaliação (CONAES), órgão colegiado de coordenação e supervisão do SINAES, que tem como principais atribuições, entre outras, formular propostas para o desenvolvimento das instituições de educação superior, com base nas análises e recomendações produzidas nos processos de avaliação; assim como, articular-se com os sistemas estaduais de ensino, visando estabelecer ações e critérios comuns de avaliação e supervisão da educação superior. A mesma lei dispõe que, cada instituição de ensino superior, pública ou privada, constitua Comissão Própria de Avaliação - CPA, autônoma em relação a conselhos e demais órgãos colegiados existentes na instituição e com a participação de todos os segmentos da comunidade universitária e da sociedade civil organizada, para conduzir os processos de avaliação internos da instituição, de sistematização e de prestação das informações solicitadas.

Nesse cenário, vale observar que a Comissão Nacional de Avaliação (CONAES) através da Res. 01/2010, dispõe que cada curso de graduação constitua um Núcleo Docente Estruturante (NDE), cujas principais atribuições estão relacionadas com acompanhamento, consolidação e continua atualização do projeto pedagógico do curso. Tal resolução especifica as funções do NDE:

a) contribuir para consolidação do perfil profissional do egresso do curso;
b) zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo;
c) indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas de necessidades de graduação, de exigências do mercado de trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso;
d) zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação.

Com relação ao funcionamento dos Cursos de Graduação de forma geral, cabe registrar o Parecer 583/2001 do Conselho Nacional de Educação, expedido pela Câmara da Educação Superior (CNE/CES), que determina orientações para as diretrizes curriculares dos cursos de graduação[11]. Assim também, a Resolução 02/2007 (CNE/CES) que estabelece entre outras, os tempos mínimos e máximos de integralização curricular por curso, bem como sua carga horária, considerando que o ano letivo possui no mínimo 200 (duzentos) dias de trabalho acadêmico efetivo, cuja duração deve ser estabelecida por carga horária segundo grupos[12]. Embora, a resolução também abra a possibilidade de que se apresentem propostas distintas das definidas, sempre e quando o Projeto Político Pedagógico justifique sua adequação. Estas duas disposições legitimam e pautam o processo de construção desta Reforma Curricular.

Ainda, como instrumento legal expedido pelo âmbito federal, cabe sinalizar a Lei 11.788/2008 que dispõe sobre o estágio de estudantes definido no art. 1º como: “ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior [...]” e, determina que o estágio faz parte do Projeto Político Pedagógico do curso, além de integrar o itinerário formativo do educando, visa o aprendizado de competências próprias da atividade

[11] De acordo com o documento, as diretrizes devem contemplar: a) perfil do formando/egresso/profissional - conforme o curso, o projeto pedagógico deverá orientar o currículo para um perfil profissional desejado; b) competência/habilidades/atitudes; c) habilitações e ênfases; d) conteúdos curriculares; e) organização do curso; f) estágios e atividades complementares; g) acompanhamento e avaliação.
[12] A referida resolução estabelece 5 (cinco) grupos de carga horária mínima e estipula a duração em anos assim: 2400h em 3 ou 4 anos; 2700h em 3,5 ou 4 anos; entre 3000 e 3200h em 4 anos; entre 3.600 e 4000h em 5 anos; de 7200h em 6 anos.

profissional e à contextualização curricular, objetivando o desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o trabalho.

2.2 Diretrizes Estaduais da Educação

A Constituição do Estado da Bahia (1989) assimila os conteúdos da Constituição Federal de 1988 no Cap. XII (art. 244), reiterando a educação como direito de todos e dispõe sobre a forma de organização do sistema público estadual de ensino, obedecendo entre outras, o exercício do controle de qualidade segundo padrões estabelecidos em lei, descentralização e regionalização das ações por parte do Poder Executivo estadual e pelos Conselhos Estadual e Municipais de Educação, especificando no art. 249 que:

> A gestão do ensino público será exercida de forma democrática, garantindo-se a representação de todos os segmentos envolvidos na ação educativa, na concepção, execução, controle e avaliação dos processos administrativos e pedagógicos.

No cap. XIII a Constituição Estadual estabelece que as Instituições Estaduais de Ensino Superior, mantidas integralmente pelo Estado, em coerência com o disposto na Constituição Federal, têm reafirmada a autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira patrimonial, assim como a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e reitera também como objetivos:

> I — produção crítica do conhecimento científico, tecnológico e cultural, facilitando seu acesso e difusão; II — participação na elaboração das políticas científica, tecnológica e de educação do Estado; III — formação de profissionais; IV — participação e contribuição para o crescimento da comunidade em que se insere e a resolução de seus problemas.

Em outro âmbito, o Conselho Estadual de Educação (CEE), criado pela Lei Estadual 172/1842, assume desde aquela época, competências de inspeção e regulação dos processos de instrução, sendo que, segundo consta no site do próprio CEE, a Lei 7308/1998, este colegiado é reorganizado e se estabelecem suas competências, entre as quais se destaca na área da educação superior:

> As deliberações de autorização de funcionamento, credenciamento e recredenciamento de universidade ou instituição não universitária, de reconhecimento de cursos e habilitações e de autorização prévia de cursos oferecidos por instituição não universitária ou por universidade apenas autorizadas, serão tornadas efetivas mediante atos do Poder Executivo Estadual.

De igual forma, o Regimento vigente do CEE aprovado sob Dec. 7.532/1999, determina que este colegiado tenha por finalidade “disciplinar as atividades do ensino público e privado no âmbito do Sistema Estadual de Ensino, exercendo funções normativas, deliberativas, fiscalizadoras, consultivas e de controle de qualidade dos serviços educacionais”.

Portanto, cabe ao CEE, entre outras competências em relação à Educação Superior: emitir parecer nos processos de autorização para funcionamento de estabelecimentos; assim como, autorizar, reconhecer, supervisionar e avaliar os cursos das instituições de educação superior, respeitada a autonomia universitária.

Nessa perspectiva, a Resolução 51/2010 (CEE) dispõe sobre o Reconhecimento e Renovação de Reconhecimento de Cursos Superiores de Instituições Públicas do Sistema Estadual de Ensino. Nesse cenário normativo, o Dec. 13.664/2012 homologa o Estatuto e o Regimento Geral, como parte do processo de recredenciamento da UNEB.

2.3 Diretrizes específicas da Universidade do Estado da Bahia - UNEB

As regras institucionais sob as quais se insere esta proposta de Reforma Curricular estão determinadas, principalmente, pelo Estatuto da UNEB, cuja atualização foi aprovada pela Resolução 863/2011 (CONSU) e o Regimento Geral, também atualizado e aprovado pela Resolução 864/2011(CONSU).

O Estatuto da UNEB (art. 1°) define a mesma como “Instituição autárquica de regime especial, de ensino, pesquisa e extensão, organizada sob o modelo multicampi e multirregional, estruturada com base no sistema binário e administrada de forma descentralizada”. A missão desta é a “produção, difusão, socialização e aplicação do conhecimento nas diversas áreas do saber” tendo como objetivo:

> A formação integral do cidadão e o desenvolvimento das potencialidades econômicas, tecnológicas, sociais, culturais, artísticas e literárias da comunidade baiana, sob a égide dos princípios da ética, da democracia, das ações afirmativas, da justiça social - dos direitos humanos - pluralidade étnico-cultural e demais princípios do Direito Público.

Em coerência com as disposições federais sobre ensino superior a UNEB no art. 2º, assimila o princípio de autonomia didático-científica, administrativa, de gestão

financeira e patrimonial. No caso da autonomia didático-científica é assimilada, entre outras por:

> I - instituir, organizar, redimensionar, desativar e extinguir cursos de graduação, habilitações ou de pós-graduação, atendendo à realidade socioeconômico-cultural; II - elaborar Projetos Pedagógicos de Curso (PPC), bem como modificá-los, observadas as normas pertinentes; III - fixar o número de vagas de seus cursos e habilitações, e redimensioná-las de acordo com a capacidade institucional e as demandas regionais; IV - estabelecer o regime didático dos diferentes cursos, assim como as linhas de pesquisa e programas de extensão universitária; [...]

O Estatuto também estabelece no art. 3º que “as atividades indissociáveis de ensino, pesquisa e extensão têm por objetivo, a formação do homem como ser integral e o desenvolvimento socioeconômico, político, cultural, artístico e literário da região e do país”.

Na seção I dedicada ao Ensino, a subseção III do Estatuto, trata dos cursos de graduação e especifica no art. 41º que: “[...] estes terão a finalidade de habilitar à obtenção de graus acadêmicos de nível superior ou de atender às exigências da programação específica da Universidade e fazer face às peculiaridades do mercado de trabalho regional”. Tais cursos serão propostos e ministrados pelos departamentos, sendo que, no parágrafo 3º desse mesmo artigo se estabelece que:

> Os currículos dos cursos contemplarão, obrigatoriamente, disciplinas das áreas de ciências humanas e tecnológicas, com o objetivo de ministrar e produzir conhecimentos, propiciar elementos de cultura geral e incentivo artístico, de identidade sociocultural, conferindo a mais ampla formação no âmbito da Universidade.

De igual forma, o Estatuto da UNEB estabelece (art. 42º) que os projetos pedagógicos dos cursos de graduação constituir-se-ão:

> I - de campos de conhecimento, componentes curriculares, eixos, sub-eixos ou disciplinas, de caráter obrigatório, fixados pelas diretrizes curriculares do Conselho Nacional de Educação; e, II - de campos de conhecimento, componentes curriculares, eixos, sub-eixos ou disciplinas complementares, ou seja, aqueles que serão acrescidos ao currículo, que podem ser obrigatórios ou optativos.

O Regimento Geral da UNEB tem por objetivo disciplinar a organização e funcionamento comum dos diversos órgãos, serviços e atividades desta Universidade sob as diretrizes definidas pelo Estatuto, especificando, no art. 2º (parágrafo 1º, alínea II) que a autonomia didático-científica consiste em elaborar, entre outros o:

> Projeto Pedagógico de Curso (PPC); e Currículo como documentos nos quais a UNEB explicita seu posicionamento a respeito de sociedade, de

> educação, de ser humano e assegura o cumprimento de suas políticas e ações, de forma articulada, bem como modificá-los, observadas as normas pertinentes.

Também, o Regimento da UNEB no seu art. 76º estabelece para cada curso um colegiado constituído por docentes, representantes das matérias ou eixos articuladores definidos no Projeto Pedagógico do Curso, cujos representantes serão escolhidos pelo Conselho de Departamento. Segundo o art. 78º é competência do Colegiado de Curso:

> I - elaborar o Plano Anual de Trabalho (PAT) do Colegiado; II - elaborar e manter atualizado o Projeto Pedagógico do Curso (PPC); III - orientar, coordenar, acompanhar e supervisionar as atividades didático-pedagógicas, bem como, propor e recomendar modificações nas diretrizes gerais dos programas didáticos do curso; IV - propor ao CONSEPE, por intermédio da PROGRAD ou da PPG, reformulações curriculares com base nas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) e nas resoluções do Conselho Estadual de Educação (CEE), com aprovação do Conselho de Departamento; V - analisar, acompanhar e avaliar a execução do currículo do curso; VI - estimular atividades docentes e discentes, de interesse do curso; VII - identificar, atualizar e aplicar estratégias de melhoria da qualidade do curso; VIII - otimizar o fluxo curricular com vistas a uma orientação adequada do corpo discente; IX - estabelecer a política de oferta de disciplinas adequada à realização do estágio, em comum acordo com a coordenação setorial de estágio.

Ainda, o Regimento da UNEB replica em outros artigos, conteúdos estabelecidos no Estatuto com relação à finalidade dos cursos de graduação, seus projetos pedagógicos e seus currículos, por exemplo, neste último caso reitera que:

> Os currículos contemplarão componentes, disciplinas, eixos e sub-eixos específicos dos cursos e, obrigatoriamente, componentes, disciplinas, eixos e sub-eixos das várias áreas do conhecimento, com o objetivo de produzir e difundir saberes, propiciando acesso à cultura geral, às artes, conferindo ampla formação da identidade social e étnico-cultural, no âmbito da Universidade.

Em coerência com a disposição federal (Lei 10.861/2004) que estabelece o SINAES, a UNEB estruturou a Comissão Própria de Avaliação (CPA), como órgão colegiado autônomo e permanente de coordenação do processo de avaliação interna da universidade, assimilando as funções estabelecidas pela disposição federal[13].

Outras normas expedidas pelas instâncias internas da UNEB, apresentadas no Quadro 3, também orientam, subsidiam e contribuem para definir a Proposta de Reforma Curricular do Curso de Urbanismo.

[13] O Regimento da CPA/UNEB, disponível em http://www.uneb.br/cpa/regimento/ está organizado em 24 artigos sob 4 (quatro) títulos relativos a sua natureza e finalidade; a sua constituição, funcionamento e atribuições; às comissões setoriais e disposições finais e transitórias. Vale registrar que embora implantado desde 1986 a dinâmica da avaliação institucional ainda está em processo de consolidação e fortalecimento (VIEIRA, 2008).

QUADRO 3 – RESOLUÇÕES INSTITUCIONAIS INTERNAS QUE ORIENTAM AS ATIVIDADES ACADÊMICAS NA UNEB

Resoluções	Assunto
Res. 508/2002 CONSEPE	Regulamenta o Programa de Iniciação Científica (PICIN)
Res. 622/2004 CONSEPE	Regulamenta o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)
Res. 793/2007 CONSEPE	Regulamento do Programa de Bolsas de Extensão da UNEB – PROBEX
Res. 468/2007 CONSU	Sistema de reservas de vagas para negros e indígenas
Res. 795/2007 CONSEPE	Regulamento do Estágio Curricular
Res. 1022/2008 CONSEPE	Regulamento Atividades Acadêmico-Científico-Culturais para os Cursos de Bacharelados (AACC)
Res. 700/2009 CONSU	Regulamento de monitoria de ensino
Res. 1583/2013 CONSEPE	Dispõe sobre atividades relativas à Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS)

Fonte: organização específica para este documento.

Cabe observar que as Resoluções 508/2002 e 7930/2007 (CONSEPE/UNEB), que regulamentam respectivamente o Programa de Iniciação Científica (PICIN) e o Programa de Bolsas de Extensão da UNEB (PROBEX), assim como, a Resolução 700/2009 (CONSU/UNEB), que regulamentam o funcionamento das monitorias de ensino, solicitadas pelos docentes, aprovadas pelos respectivos departamentos sob critérios específicos, com vistas a favorecer a participação dos discentes nas práticas pedagógicas, são disposições assimiladas ao longo da história do Curso de Urbanismo e continuaram sendo incorporadas como parte do fortalecimento da tríade pesquisa, ensino e extensão.

Por outra parte, do conjunto de resoluções apresentado no Quadro 3, vale sinalizar que as relativas ao Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), Estágio Curricular e Atividades Acadêmico-Científico-Culturais para os Cursos de Bacharelados (AACC) serão referenciadas especificamente na parte deste documento quando se apresentam tais atividades acadêmicas dentro do currículo do curso de Urbanismo.

Cabe ressaltar ainda, que as disposições relativas às cotas ou reserva de vagas por etnia e origem de estabelecimento de ensino médio, foram reestruturadas a partir da Resolução 468/2007 (CONSU/UNEB), sendo que seu conteúdo tem-se aprimorado

a partir de um conjunto de resoluções expedidas, posteriormente, pelo próprio CONSU/UNEB[14].

Ainda no ano de 2013, também em conformidade com o disposto pela Lei federal 10.436/2002 e o Dec. 5.626/2005 que regulamentam o uso da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), a UNEB aprovou a Resolução 1583/2013 (CONSEPE/UNEB), especificando a forma como estes conteúdos serão assimilados nas atividades de ensino dos cursos de graduação.

2.4 Diretrizes relativas às questões urbanas e regionais

O marco regulatório que orienta a política urbana tem-se instituído e depurado a partir do estabelecimento do Estatuto da Cidade (Lei 10.257/2001). Contudo, algumas importantes disposições federais que se relacionam ao objeto de estudo urbano e regional foram promulgadas antes a aprovação deste Estatuto[15].

Nessa perspectiva, cabe referenciar especialmente: a Política Nacional de Meio Ambiente, a Política de Recursos Hídricos e a reestruturação do transporte terrestre e aquaviário, posto que, além de regulamentar os respectivos setores legitima instrumentos e mecanismos que inauguram um formato de política pública que será assimilado, posteriormente, em outros setores, inclusive os de política urbana.

Assim, a Lei 6.938/1981 e a sua regulamentação no Dec. 99.274/1990 ao dispor sobre a Política Nacional de Meio Ambiente, estabelece o Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA) composto pelos órgãos das três esferas federais e assento do Conselho da área como órgão consultivo e deliberativo. De igual forma, esta lei estabelece como um dos instrumentos da política o Sistema Nacional de Informações.

[14] Entre o conjunto de medidas que modificam a disposição das cotas e tende a especificar requisitos para concorrer às vagas estão a Res. 710/2009, 711/2009, 847/2011.

[15] Também, pode se referenciar como uma primeira e importante disposição a Lei 6.766/1979 que dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano, embora tenha sofrido adequações parciais, inclusive tenha tramitação de projeto de lei para substitui-la (Lei de Responsabilidade Territorial) e, assim também, a própria lei defina que estados e municípios poderão estabelecer normas complementares, seu conteúdo continua orientando a abertura, prolongamento, modificação ou ampliação dos loteamentos urbanos.

A Lei 9.433/1997, ao instituir a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o respectivo Sistema Nacional de Gerenciamento, assim como, o respectivo Sistema de Informações, consagrando entre outras, a bacia Hidrográfica como área de atuação dos Comitês compostos inclusive por representantes dos municípios dos usuários e da sociedade civil. Tais Comitês, também têm entre suas competências, a aprovação do Plano de Recursos Hídricos da Bacia. Nessa perspectiva, vale registrar que também a Lei de Saneamento Básico (Lei 11.445/2007), estabelece no art. 48 que a política de saneamento básico deve observar, entre outras, a "adoção da bacia hidrográfica como unidade de referência para o planejamento de suas ações" [16].

A Lei 10.233/2001 (aprovada alguns dias antes da promulgação do Estatuto da Cidade) reestrutura o transporte terrestre e aquaviário, estabelece o Sistema Nacional de Viação, cria o Conselho Nacional de Integração de Políticas de Transporte, assimila os princípios de regulação estabelecidos nos setores de energia em 1996 e das telecomunicações em 1997, e cria a Agências reguladoras para cada um dos setores.

Uma vez apresentados alguns dispositivos federais que sinalizam as tendências na regulamentação das políticas públicas, para identificar os conteúdos que justificam e direcionam esta proposta de Reformulação Curricular, serão apontadas algumas das diretrizes dos setores de política urbana, atentando para determinados componentes nos quais também se pode identificar a necessidade de um profissional com formação especifica em Urbanismo, como se apresenta no Quadro 4.

Vale considerar que o Estatuto da Cidade no art. 2º estabelece que o objetivo da Política Urbana é ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, considerando, entre outras diretrizes, a "gestão democrática por meio da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento Urbano".

[16] Vale ressaltar que no Estado da Bahia, a Lei 6.875/1995 ao estabelecer regras sobre a política, gerenciamento e plano estadual de recursos hídricos, estabelece como parte dos princípios "para os fins de planejamento e gerenciamento da utilização dos recursos hídricos do Estado, cada bacia hidrográfica do seu território constitui-se unidade físico-territorial básica". No art. 8º determina a estruturação do território estadual em 10 (dez) bacias e, no art. 10º específica o conteúdo básico do plano setorial.

QUADRO 4 – ALGUMAS DIRETRIZES DOS SETORES DE POLÍTICA URBANA

Disposição	Plano como instrumento da política ou do Sistema	Estabelece o Plano (nacional, estadual, municipal e/ou outros)	Define prazos para elaboração e revisão dos Planos	Estabelece Sistema de Informações	Conselho como órgão Colegiado
Estatuto da Cidade Lei 10.257/2001	Sim	Sim	Sim	-	Sim
Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social - SINHIS Lei 11.124/2005*	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Lei de Saneamento Lei 11.445/2007	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Política Nacional de Resíduos Sólidos Lei 12.305/2010	Sim	Sim	Sim	Sim	-
Política Nacional de Mobilidade Urbana Lei 12.587/2012	Sim	Sim	Sim	Sim	-

Fonte: organização específica para este documento.
* No Estado da Bahia, a Lei 11.041/2008, também institui a Política e o Sistema de Habitação de Interesse social, assimila como instrumentos os Planos estaduais e municipais, assim também, define o Conselho e, inclusive o Fundo como parte do sistema.

Conforme observado (Quadro 4), o Plano também é estabelecido como instrumento da política ou do sistema em todas as disposições relativas a todos os setores de política urbana. De igual forma, a elaboração de planos tende a ser orientada, com prazos e revisão periódica, para as várias esferas de governo, e inclusive em alguns casos, para outras escalas territoriais (intra e intermunicipal). Tais disposições federais assimilam a importância do sistema de informações e dos Conselhos de Gestão como instâncias colegiadas que congregam representação dos órgãos públicos e da sociedade organizada, com papel fiscalizador e deliberativo.

De forma especial, vale sinalizar a Lei 11.107/2005, que ao formular as diretrizes para a criação de Consórcios Públicos, possibilita a estruturação de entes para o atendimento de objetivos de interesse comum à União, Estados e/ou Municípios, permitindo a organização de entidades com cobertura territorial entre diversas escalas federativas para o atendimento às demandas comuns de caráter público. Nesse cenário, vale observar que este dispositivo federal, ao fundamentar a gestão

compartilhada dos Territórios de Identidade estruturados no final da primeira década do século XXI no âmbito do Estado da Bahia, abre a possiblidade de superar a fragmentação municipal no atendimento dos serviços urbanos.

Outras disposições que definem as políticas públicas, também poderiam ser referenciadas como justificativa e orientação desta Reforma Curricular do Curso de Urbanismo. Sem pretender a exaustão, considera-se importante referenciar duas disposições que pelos seus objetivos reafirmam e determinam alguns conteúdos necessários para a formação do urbanista. Trata-se da Lei 11.888/2008 que, ao assegurar assistência técnica pública e gratuita para a habitação de interesse social, define no art. 1º o acompanhamento por parte “dos profissionais das áreas de arquitetura, urbanismo e engenharia necessários para a edificação, reforma, ampliação ou regularização fundiária da habitação”. Assim também, a Lei 12.608/2012 institui, no mesmo formato de outras políticas públicas, a Política Nacional Proteção e Defesa Civil, bem como, o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil e o Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil, e ainda, autoriza a criação de sistema de informações e monitoramento de desastres.

Uma vez apresentados os quatro grupos de diretrizes legais nos quais se fundamenta a proposta desta Reforma Curricular, que por sua vez, subsidiam os conteúdos propostos nas ementas do novo currículo, vale apontar algumas considerações gerais que serão retomadas nas abordagens específicas:

a) estabelece-se o livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais; em compatibilidade com isto, as normas que regem o conselho profissional que abriga as atividades relativas ao campo de atuação do urbanista, também fundamentam a especificidade e a necessidade de uma formação focalizada para este campo profissional;
b) a UNEB como IES pública, tem autonomia amparada pelas disposições federais e instâncias estaduais, para criar e renovar os currículos de seus cursos, apoiado em um conjunto de normas que buscam aprimorar a formação de profissionais sintonizados com o cenário e demandas da sociedade;
c) o conjunto de disposições relativas à intervenção no espaço, em especial as diretrizes dos setores de política urbana, estabelecem um cenário legislativo

> que demanda de profissionais com competências e habilidades diferenciadas, não apenas pela escala de intervenção, mas, principalmente pelos mecanismos e procedimentos institucionalizados para atender a melhoria das condições de vida urbana.

Desse modo, embora não existam diretrizes curriculares específicas para definir esta Reformulação Curricular, foram apresentadas as bases legais que permitem, inclusive, estruturar esta proposta com diretrizes que podem ser tramitadas perante e, com apoio das instâncias responsáveis.

Diferente de um caráter de especialista, a formação transdisciplinar de Urbanismo permite a construção e valorização da busca permanente do conhecimento, assim como, do fortalecimento de competências e habilidades específicas. Tais habilidades e competências estão sendo (re)construídas em uma trajetória que articula formação, atuação acadêmica e profissional de produção de conhecimentos e do pensar-agir permanente do Urbanismo, voltada para uma práxis qualificada de enfrentamento cotidiano das questões urbanas.

Por fim, cabe sinalar que esta Revisão Curricular do Projeto Pedagógico do Curso de Urbanismo explicita o posicionamento da UNEB como Instituição de Ensino Superior pública, que prima pelo respeito à sociedade, aos processos de educação, formação e/ou profissionalização no atual cenário de demandas sociais no Brasil e no mundo.

3 Condições objetivas de oferta do Curso

Desde a sua implantação em 1996 o curso de Urbanismo do Campus I foi oferecido em regime semestral, totalizando uma carga horária de 2 970 (duas mil novecentos e setenta horas) com ocupação das vagas através de processo seletivo anual realizado pela Instituição, com ingresso no 1º semestre letivo ou por Matricula Especial nas categorias de Transferências (interna e externa) bem como Portadores de Diploma de curso superior. Todas as modalidades de ingresso estão de acordo com calendário acadêmico estabelecido para toda a universidade e, obedecendo ao que explicita o Regimento Geral da UNEB e as Resoluções 811/2007 (CONSEPE) e 550/2008 (CONSU). Para participação nos diversos processos seletivos de entrada aos cursos da UNEB, é exigida dos candidatos a formação de ensino médio ou equivalente.

Até o ano de 2003, foram ofertadas 40 vagas anuais no turno diurno para o curso de Bacharelado em Urbanismo, mas a partir de 2004, tendo em vista a Resolução 249/2003 (CONSU) que aprovou o quadro de vagas para o Processo Seletivo 2004, esse número passou para 50 vagas a serem oferecidas apenas para o turno matutino.

Os candidatos inscritos na condição de optantes pleiteiam o ingresso na UNEB através do Sistema de Cotas para Afrodescendentes implantado em 2003, instituído pela Resolução 196/2002 (CONSU). Esta foi revogada pela Resolução 468/2007 (CONSU) que posteriormente foi alterada pelas Resoluções 710/2009 e 711/2009 (CONSU), mantendo o direito adquirido para os afrodescendentes.

É importante salientar que a partir do primeiro semestre do ano 2012, a UNEB disponibilizou 1.069 vagas para ingresso através do Sistema Unificado de Seleção (SISU) do MEC, Das quais, no Curso de Bacharelado em Urbanismo, foram disponibilizadas 10 vagas, conforme Resolução CONSU 850/2011. Além disso, de acordo com a Resolução CONSU 847/2011, que passou a estabelecer reserva de vagas para populações histórica e socialmente discriminadas foi destinado um percentual de 5% de sobre vagas a candidatos indígenas. Com a proposta de reformulação curricular a ser implementada, serão mantidas tais ofertas.

No que diz respeito ao turno de funcionamento o Curso de Urbanismo passará a

funcionar diurnamente a partir do semestre 2013.1, o que significa que a oferta dos componentes curriculares poderá ocorrer nos turnos matutino e vespertino, visando otimizar o uso de espaços e instalações, flexibilizando horários e oferta curricular.

A presente proposta de reformulação curricular a qual estabelece mudanças na carga horária total do Curso de 2970 horas/aula para 3195 horas/aula, passará a ser implementada gradativamente a partir do 1º semestre de 2014. Visando atingir esta finalidade será criada uma Comissão Permanente de Implantação e Avaliação da Reformulação Curricular.

4 Concepção e Objetivos

A universidade através das suas atividades indissociáveis de ensino, pesquisa e extensão, tem por objetivo a formação do homem como ser integral e o desenvolvimento da região e dos países, visando:

a) a produção crítica do conhecimento, facilitando o seu acesso e difusão;

b) assessorar na elaboração das políticas educacionais, científicas e tecnológicas nos seus diferentes níveis;

c) participar e contribuir para o crescimento da comunidade na qual se insere.

Particularmente, a Universidade do Estado da Bahia tem como missão a produção, socialização e aplicação do conhecimento nas mais diversas áreas do saber, em dimensão estratégica, com vistas à formação do cidadão e ao desenvolvimento das potencialidades políticas, econômicas e sociais da comunidade baiana, sob a égide dos princípios da ética, da democracia, da justiça social e da pluralidade etnocultural (UNEB, 2010).

Através da história evidencia-se uma forte interação entre a cidade e a universidade, ambas as instituições inventam-se juntas, ente os séculos XI e XII constituindo-se como promessas de liberdade, dignidade e emancipação efetiva da humanidade, assim como, locais para a construção social de espaços da pluralidade cultural, espacial e temporal e do compartilhamento, interação e diálogo.

Nestes lugares, seja a universidade ou a cidade, a produção e o encontro das diferenças, a construção de identidades coletivas, de subjetividades livres e ricas, o diálogo, a liberdade, a emancipação, a festa e a solidariedade, se fizeram ambiente e símbolo. Entretanto, na atualidade, justamente este caráter e promessas estão em crise, devido ao avanço da esfera excludente do interesse privado e do individualismo, na qual o privado se impõe sobre o público. Conforme assinala Brandão (2006, p. 220) “o bem comum e o todo têm prevalência sobre as partes, ou seja, sem a *res publica*, a cidade não existe. Sem a cidade a universidade também deixa de existir”.

As cidades estão em crise. Humanizar a cidade significa pensar o futuro, sendo indissociável neste contexto refletir num novo perfil de cidadão, por conseguinte, de

ser humano, tarefa incontornável da instituição universitária. A concepção do Curso de Urbanismo e o perfil do urbanista, neste contexto, estão fortemente ligados a um esforço permanente de reflexão acerca da cidade e da sociedade do futuro.

> Pensar a cidade do futuro significa revisitar as fundações do corpo coletivo em que habitamos e definir um projeto de ser humano, de cidadão e de comunidade onde o político, o republicano, o poético, imponham-se sobre a tecnologia e recuperem as promessas que a cidade abrigou até a revolução industrial e a universidade ainda procura abrigar: espaços da liberdade e da emancipação humana, da cooperação em lugar da competição, do interesse comum em lugar do individual, da produção em lugar da acumulação, do valor de uso em lugar do valor de troca, da constituição de identidades coletivas e de subjetividades livres (BRANDÃO, 2006, p. 220).

É infindável o crescimento acelerado das grandes cidades, principalmente nos países em vias de desenvolvimento, onde se concentram 72 % da população urbana mundial. Segundo Mike Davis (apud SEGRE, 2006), em 1950 havia no mundo 86 cidades com mais de um milhão de habitantes; são 400 em 2004 e estão prevista 550 em 2015. A estas somam-se as 33 megalópoles que vão existir em 2015, das quais 27 nos países subdesenvolvidos. A precariedade da população de escassos recursos é o signo dominante nestes extensos territórios urbanizados da Ásia, África e América Latina. Mais de 1000 milhões moravam em favelas, 2800 milhões de habitantes sobreviviam com dois dólares diários, 1100 milhões não tinham água potável, 2400 milhões não tinham infraestrutura de saneamento. A situação subumana da vida é demonstrada pela existência de 1000 milhões de analfabetos e de 300 milhões de crianças que não frequentam a escola e são exploradas como mão de obra barata.

São alarmantes as consequências do processo de degradação da natureza pela ação do homem. Se a expansão urbana continuar a este ritmo, se prevê que irão desaparecer 70% das terras férteis e 50% das espécies do planeta. Metade dos rios já está contaminada e o efeito estufa não assusta os maiores países desenvolvidos, alheios ao Protocolo de Kyoto[17]. Entre 1950 e 1996, 24.000 milhões de toneladas de gases tóxicos foram liberados na atmosfera, provenientes do mundo industrializado (SEGRE, 2006).

Este angustiante panorama contrasta com o bem-estar de uma minoria da população do planeta: 1% da população dos países desenvolvidos tem recursos iguais a 57% do planeta e 20% deles concentram 81% do PIB mundial. Situação que

[17] Sobre o Protocolo de Kyoto, ver: <http://unfccc.int/kyoto_protocol/items/2830.php>

se reflete nos contrastes do nível de consumo de energia e de água: na África uma pessoa consome 47 litros por dia e nos Estados Unidos 578 litros. Como curiosidade, somente 5% dos habitantes da terra utilizam a internet e 63% nunca fizeram uma ligação telefônica.

O panorama local também coloca grandes desafios. A urbanização brasileira tem apresentado uma característica singular: o aumento do número de grandes centros urbanos, metrópoles e megalópoles, em paralelo à concentração relativa da população nesses aglomerados. Simultaneamente, verifica-se também um aumento considerável de cidades médias. Este cenário origina diversos problemas urbanos a serem equacionados oportunamente, entretanto, se amplia o acentuado processo de urbanização.

O crescimento apontado tem exigido uma considerável expansão dos serviços urbanos, solicitados pela concentração populacional e das atividades econômicas. A diversificação das demandas urbanas elevou a pressão pelas redes e pelo espaço urbano, assim como, na organização da vida coletiva nas cidades.

Evidencia-se, junto às exigências de prestação de serviços urbanos, nas áreas urbanas consolidadas, uma gigantesca pressão social oriunda das crescentes periferias urbanas brasileiras, as quais apresentam um leque de carências em termos de habitação, saneamento, transporte, lazer, educação, segurança, defesa civil, e outros, impondo enormes problemas sociais e ambientais às administrações urbanas locais. Estas administrações encontram-se, muitas vezes, impotentes financeira e tecnicamente para enfrentar eficazmente os problemas urbanos, sob uma perspectiva integrada.

Com base no PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) 2009, o déficit habitacional brasileiro é de 5,8 milhões de famílias, o que representa um índice de 9,3% de famílias que não têm onde morar ou vivem em condições inadequadas. O índice de pessoas que vivem em condições precárias no Brasil é de 30%. Foi apontado um déficit de 7,9 milhões de moradias, o que corresponde ao total de 14,9% dos domicílios no país.

Os dados do Censo 2010, divulgados pelo IBGE, revelam que a maior carência do país na área de serviços públicos e infraestrutura continua a ser o saneamento básico: apenas 55,4% dos 57,3 milhões de domicílios estavam ligados à rede geral

de esgoto. Outros 11,6% utilizavam fossa séptica, 10% das famílias buscavam a água em poços e 7,1% usavam outra solução alternativa como a retirada de água de lagos ou nascentes.

Em termos de trânsito os números preocupam, ocorreram 40.610 mortes em acidentes de trânsito no Brasil em 2010, com base nesses números, a Organização Mundial da Saúde (OMS) classificou o Brasil como 5º país do mundo em mortes no trânsito.

Pelo exposto, verifica-se que os problemas urbanos caracterizam-se pela sua complexidade, abrangência e por serem de natureza interdisciplinar. Este desafio exige construir e assumir novos paradigmas de urbanismo, de desenho urbano e de gestão, considerando as preexistências ambientais, a particularidade cultural dos habitantes, as suas aspirações e referências simbólicas, um urbanismo criativo que se apresente como alternativa frente à problemática gerada pela cidade moderna. Lamentavelmente, o urbanismo moderno sempre privilegiou soluções permanentes, coletivas e homogêneas para responder às necessidades e procura de habitação, de urbanismo, de transporte, de recreio, de comércio (ASCHER, 2001).

A inserção da problemática urbana na Constituição Federal de 1988 e a aprovação do Estatuto da Cidade (Lei 10.257/2001) representam uma vitória histórica para o cidadão, e para a consolidação de novos modelos de concepção e gestão urbana, visando universalizar o direito à cidade. Neste contexto, o Plano Diretor ganhou papel estratégico, à medida que foi adotado como instrumento básico de planejamento.

Em síntese, o processo acelerado de urbanização verificado no país, assim como, os seus consequentes impactos ao longo prazo, colocam as cidades como uma questão da maior importância, nas políticas nacionais e estaduais, exigindo uma resposta rápida do Estado no âmbito de uma nova concepção de cidade, nos modelos de intervenção e na política urbana. É nesse contexto que a Universidade do Estado da Bahia cria o Curso de Urbanismo, apoiada numa visão prospectiva do fenômeno urbano em escala nacional e mundial.

O curso de bacharelado em Urbanismo, oferecido pela UNEB desde 1996, é único no Brasil. É reconhecido pelo Conselho Estadual de Educação, de acordo com o

Decreto Estadual 8.166/2002, como regulamenta o inciso IV, art. 10, da Lei 9.394/1996 (LDB).

Com mais de uma década de existência a atualização do currículo do Curso tornou-se uma exigência, pois ocorreram mudanças estruturais no cenário e nas demandas por ensino:

a) verificou-se transformações nas relações de trabalho, principalmente como produto do fortalecimento das economias de serviços, alicerçadas no surgimento das novas tecnologias de informação e comunicação;

b) este cenário promoveu novas exigências de qualificação/competências associadas ao surgimento de novos problemas urbanos, particularmente os progressos das ciências e das técnicas nos diversos domínios do urbanismo tornaram igualmente necessária à renovação dos perfis profissionais;

c) os processos de produção/acessibilidade do conhecimento são cada vez mais descentralizados, onde se verifica que além dos governos, novos atores surgiram para a produção e disseminação da informação como o mais efetivo produto da tecnologia;

d) a globalização e os problemas ambientais e energéticos globais favoreceram a queda de fronteiras culturais e epistemológicas;

e) evidencia-se também uma crescente crítica à racionalidade técnica e ao determinismo cientifico reducionista, ou seja, à procura do modelo matemático ideal, à simulação de eventos sociais e à relação custo-benefício, como critérios fundamentais e exclusivos das intervenções urbanas;

f) a crescente importância das variáveis ambientais na gestão e no planejamento provocou a aproximação de diversas áreas do conhecimento sob o novo paradigma trans/interdisciplinar, favorecendo o surgimento de novos gêneros disciplinares com fronteiras tênues;

g) este cenário global reforça o reconhecimento das incertezas e do caráter contingencial do conhecimento.

O Urbanismo contribui para o desenvolvimento harmonioso das comunidades humanas, estimulando as transformações físicas e sociais dos meios, propondo a otimização dos recursos, prevenindo os conflitos de interesses, atenuando-os. É ao

mesmo tempo uma disciplina de concepção e de gestão, que se aplica tanto à preservação como à transformação das estruturas e do patrimônio das regiões urbanas e rurais.

O Urbanismo busca um enquadramento multidisciplinar a fim de integrar os aspectos físicos, sociais, culturais, ecológicos e políticos do território. Os métodos do Urbanista incluem a análise e a síntese, a criação e a composição, a gestão e administração do território (ECTP – CEU, CONSELHO EUROPEU DE URBANISTAS).

A profissão de Urbanista abrange não só a gestão urbana, mas, a análise das dinâmicas espaciais, ambientais, populacionais, econômicas e sociológicas, além de habilitar o profissional para lidar com o instrumental jurídico necessário para dar suporte a qualquer intervenção urbana.

Sobre a abrangência do campo de atuação do urbanista vale ressaltar que segundo Celso Ferrari, o urbanismo abrange os aspectos físico-territorial, social, econômico e administrativo. A profissão de urbanista tende a se tornar autônoma nos países desenvolvidos, separando-se das suas origens: arquiteto, engenheiro, economista, geógrafo, sociólogo, etc. (FERRARI, 2004).

O urbanismo pode ser considerado como uma área de conhecimento interdisciplinar, que tem como objetivo o estudo, análise e intervenção no espaço e na dinâmica urbano-regional. Por conseguinte, o urbanista é o sujeito com conhecimento interdisciplinar para estudar, analisar e intervir no espaço urbano e regional. Um profissional capaz de compreender esta dinâmica, baseado no conhecimento teórico, técnico e metodológico das áreas das Ciências Humanas, Sociais Aplicadas, Exatas e da Terra, assim como, com habilidades para saber intervir nesta dinâmica, propondo soluções integradas de natureza social, ambiental, econômica, cultural e físico-territorial.

Sendo o urbanismo uma área de conhecimento interdisciplinar, o currículo deverá também refletir está característica fundamental, constituindo-se em uma totalidade articulada de saberes, explicitado em ações mentais, experiências e atividades planejadas que definirão o percurso que o estudante fará no curso.

> Um conjunto de atividades estruturais e articuladas, constituidoras de um projeto rigoroso e corrente de investigação do mundo físico, da realidade e do próprio saber, de busca de sentido e gênese da prática social, do próprio

> saber, ensinar e apreender, da formação de alunos, intelectuais, cidadãos e profissionais (COELHO, 1993, p.129).

Por conseguinte, consideramos que o futuro projeto do Curso de Urbanismo deve ser construído como um Sistema Curricular que se direciona ao perfil profissional proposto e, portanto, se compõe de entidades, partes, elementos ou subsistemas e das relações entre eles (ANASTASIOU, 2010). Para atingirmos este formato, o Currículo deve funcionar como um *sistema aberto* podendo interagir com o seu meio, por intermédio de entradas e saídas e, como um *sistema dinâmico*, que tem componentes ou fluxos, ou ambos, que podem mudar ao longo do tempo, construindo um contexto de articulações, uma estrutura flexível.

A partir da implementação de dinâmicas e processos dirigidos a facilitar a participação coletiva e o diálogo flexível, na Comunidade Universitária, o colegiado do curso e a referida comissão, têm hoje a possibilidade de traçar os principais lineamentos do projeto de reformulação curricular, visando tornar o Curso de Urbanismo significativo tanto para o estudante, como para a sociedade. Considera-se fundamental colocar no mundo do trabalho, profissionais com uma formação atualizada, cientificamente planejada pelos docentes especialistas das diversas áreas do conhecimento que compõem o Curso, mas, de forma integrada, como produto da articulação destas, e a partir de objetivos traçados coletivamente visando à efetivação do perfil profissiográfico definido também coletivamente. Estes objetivos são:

a) promover a qualidade de vida, a equidade social e o desenvolvimento dos habitantes dos assentamentos humanos, com vistas à construção de cidades sustentáveis;

b) valorizar o entendimento do fenômeno espacial urbano-regional como uma totalidade, a partir de uma visão sistêmica, interdisciplinar, multidisciplinar e transdisciplinar.

c) instrumentalizar o discente nos diversos campos do conhecimento técnico, teórico e metodológico do Urbanismo, necessários à sua atuação profissional futura;

d) estimular atitudes, procedimentos e atividades que despertem a curiosidade e o espírito científico, desenvolvendo a capacidade investigativa e critica do discente, integrando graduação e pós-graduação;

e) promover a inserção política do profissional necessária à difusão e compreensão do papel do urbanista na sociedade, visando colocar em destaque a atuação deste profissional frente à problemática urbano-regional.

f) proporcionar um ambiente acadêmico que prime pela compreensão da ética e da justiça.

Neste contexto foi definida coletivamente uma *visão estratégica*, do que se considera plausível de atingir no curto prazo em termos de Reforma Curricular. As diretrizes para este novo formato podem se estabelecer a partir dos seguintes princípios:

a) definição dos componentes curriculares integradores: os Eixos que viabilizarão a integração horizontal/vertical, entre as disciplinas e áreas de conhecimento do Curso, favorecendo a interdisciplinaridade;

b) definição de ações que viabilizem a transversalidade, no sistema curricular;

c) incorporação da variável espacial no processo de ensino: compreendendo o espaço como categoria de análise e síntese;

d) formulação de novos componentes curriculares introdutórios, porém abrangentes;

e) reestruturação do Trabalho de Conclusão de Curso - TCC e incorporação do Estágio Supervisionado e das Atividades Acadêmico-Científico-Culturais - AACC, em concordância com as normas vigentes na universidade, entre outras ações.

Um conjunto de elementos de caráter institucional e legal contextualizaram o Projeto Político Pedagógico do Curso e serviram de referência para a Visão Estratégica, quais sejam:

a) como produto do processo de criação e reconhecimento do Curso de Urbanismo, diversas observações de cunho pedagógico foram colocadas pela Comissão Avaliadora do Conselho Estadual de Educação, em relatório

especifico. As recomendações deste relatório constituíram-se em insumo fundamental, para a proposta de reformulação curricular do Curso;

b) verificaram-se mudanças estruturais no cenário do ensino universitário nacional, a partir da vigência da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9.394/1996) determinando a inserção de um novo conjunto de princípios e paradigmas no processo e novas configurações no planejamento curricular; e, finalmente;

c) a aprovação da Resolução 51/2010 (CEE/BA).

Em paralelo, metodologicamente foram desenvolvidas diversas ações, visando obter um diagnóstico em termos qualitativos e quantitativos, assim como, elementos norteadores para o Projeto Político Pedagógico do Curso. Estas ações foram:

a) pesquisa realizada junto aos docentes do Curso;

b) pesquisa realizada junto aos estudantes;

c) incorporação dos resultados da pesquisa realizada pelo Núcleo de Pesquisa das Cidades (NUPEC), junto aos egressos do Curso;

d) seminários internos e com especialistas;

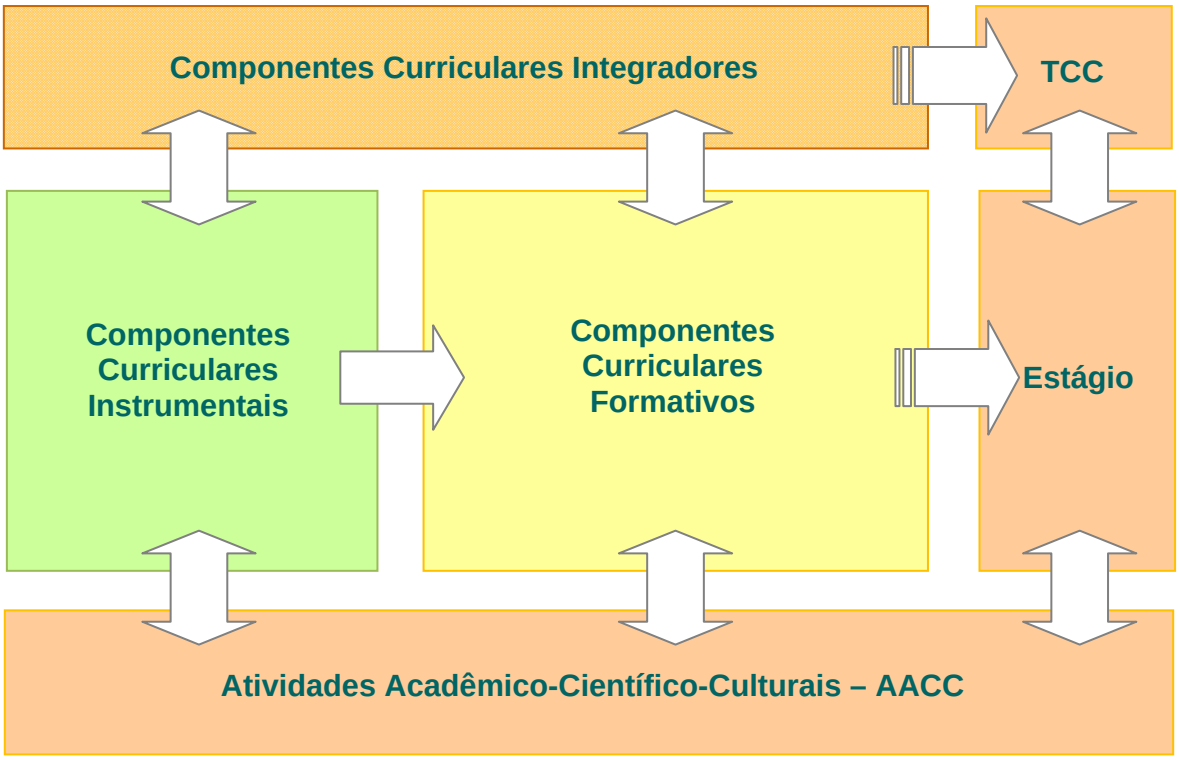
e) pesquisa da estrutura curricular de outros cursos de Urbanismo no mundo, uma vez que este é o único do Brasil.

Conforme explicitado, o corpo docente do curso dedicou tempo e atividades, para análise e discussão acerca do perfil profissional do urbanista, assim como, para definir quais seriam os componentes curriculares integradores ou articuladores da formação, no percurso efetivado pelo estudante para alcançar este perfil.

Apoiados nos princípios descritos na legislação vigente, esta comissão considera fundamental superar a forma estanque presente na atual grade curricular do Curso, a qual revela a tradicional fragmentação disciplinar, característica de Cursos anteriores à promulgação da LDB. A concepção de um eixo curricular principal, que integre as diversas fases do curso, constitui-se em um elemento central da nova abordagem, sobre o qual os saberes, os conceitos, princípios, leis e quadros teórico-práticos, serão definidos e articulados.

O eixo curricular principal será constituído pelos Componentes Curriculares Integradores, os quais articularão os conteúdos essenciais dos componentes Instrumentais e Formativos, visando efetivar o perfil profissiográfico proposto no Projeto Político Pedagógico do curso (Figura 1). Este Eixo funcionará como centro ou foco dos estudos tanto em fases específicas, como ao longo de todo o processo e, integrará os saberes dos componentes curriculares, possibilitando nesta estratégia que áreas ou núcleos de saberes sejam também articulados por atividades transversais especificas, viabilizando uma visão orgânica do processo de aprendizagem.

FIGURA 1 – REFORMULAÇÃO CURRICULAR: PRINCIPAIS COMPONENTES



Fonte: Elaboração do autor.

Os componentes curriculares instrumentais concentrarão os saberes e conceitos teórico-práticos que servirão de apoio à formação visando fortalecer habilidades especificas e nos aspectos metodológicos, nas diversas áreas do conhecimento. Por ouro lado espera-se que os componentes curriculares formativos estejam mais diretamente vinculados com o desenvolvimento profissional, atribuições e

competências do futuro urbanista. Estes componentes curriculares sejam eles instrumentais ou formativos deverão se integrar com o Eixo curricular principal seguindo diversas estratégias, para esse fim.

Finalmente, como pode ser observado na figura 1, os componentes associados ao Estagio e ao Trabalho de Conclusão do Curso, materializam a culminação da formação professional, sendo ambos conseqüência e produto da articulação e da interdisciplinaridade proposta. A nova estrutura possibilitará, segundo o nosso entendimento, um maior incentivo aos trabalhos coletivos e interdisciplinares, maior integração entre ensino, pesquisa e extensão, assim como, uma maior diversificação de abordagens e escalas geográficas em nosso objeto de estudo.

Os componentes curriculares integradores surgem da necessidade de fomentar a transdisciplinaridade e constituirão o Eixo que viabilizará a integração horizontal (componentes do mesmo semestre) e vertical (componentes de semestres diversos) dos componentes curriculares e áreas de conhecimento, favorecendo a interdisciplinaridade. Para garantir a articulação e integração entre os componentes curriculares, propõe-se uma nova estrutura metodológica, baseada no trabalho através dos *Laboratórios Urbanos e Regionais*. Tais laboratórios constituem-se em espaços acadêmicos responsáveis pela garantia da afinidade e articulação entre os conteúdos, atividades e temas, que viabilizem a transversalidade no sistema curricular, previamente definidos em jornadas pedagógicas que precedem o semestre, considerando um objeto empírico específico em análise.

Os Laboratórios Urbanos e Regionais serão definidos e percebidos como um espaço de integração da teoria e da pratica, em urbanismo, sem perder a visão do conjunto, no qual se explorará uma tendência maior dos discentes a utilizarem o espaço como categoria analítica, integrando também os saberes cognitivos (formação científica), com os aspectos atitudinais, essenciais ao desempenho profissional e social e à vivência cidadã. Consideramos nesta estratégia, que a integração efetiva dos diversos componentes curriculares do curso de Urbanismo, só será possível mediante a constituição de um espaço de aprendizagem que seja norteado pela investigação, debate e proposição, tendo a realidade concreta e objetiva como objeto/fio condutor desta aprendizagem.

Os componentes curriculares integradores - Laboratórios - estarão estruturados em um crescente de escala geográfica e de complexidade, uma ampliação progressiva, indo da escala da rua/unidade de vizinhança, passando pela escala do bairro, da cidade até a escala regional. A cada ampliação da escala tem-se o aumento de complexidade da abordagem com a ampliação do escopo das investigações e a incorporação de outros elementos, conceitos ou técnicas intervenientes às análises, compatíveis com a escala de trabalho.

Cada um dos Laboratórios estará localizado na matriz curricular de tal forma que os componentes curriculares já realizados pelo discente em semestres anteriores forneçam subsídios às atividades deste Laboratório. Neste sentido, a cada semestre o discente em formação se vê premido a resgatar e (re)elaborar os conteúdos trabalhados em semestres anteriores, ensejando a transdisciplinaridade e consolidando o aprendizado.

Todos os outros componentes curriculares sejam eles instrumentais ou formativos, trabalhados em paralelo aos Laboratórios, também servirão de subsídio às atividades deste componente integrador, porém de forma interdisciplinar com a coparticipação dos docentes responsáveis por estes componentes, através de atividades dirigidas, trabalhos conjuntos, co-orientação de atividades, participação em aulas, pesquisas, seminários direcionados, construção de mapas ou bases de dados, etc.

Simultaneamente à integração horizontal/vertical deveremos definir ações que viabilizem a transversalidade no sistema curricular, portanto, componentes de forma individual ou articulados com outros poderão, nesta proposta se integrar com o eixo curricular principal. Pelas atuais determinações legais de âmbito nacional, os currículos tem a possibilidade de superar a fragmentação tradicional disciplinar através da integração ou articulação das antigas disciplinas, ou de elementos essenciais das mesmas, em módulos ou núcleos, considerados então como uma parte articulada do sistema curricular, responsável por uma tarefa ou formação especifica, numa etapa definida.

Neste contexto, e seguindo a estratégia propõe-se a implementação gradativa de Núcleos Articuladores, como espaços abrangentes e flexíveis de coordenação, os quais agruparão saberes de áreas diversas, e convergirão para efetivação do perfil

nos diversos momentos curriculares, conforme os objetivos propostos, atuando como um conjunto de elementos interconectados, de modo a formar um todo organizado. Visam, portanto, ‘combinar’, ‘ajustar’, ‘formar um conjunto’. Um conjunto de componentes curriculares sejam eles instrumentais ou formativos ou ambos, poderão ser integrados considerando as temáticas afins nos núcleos articuladores.

Um exemplo disto seria a articulação dos componentes curriculares: Gestão do Saneamento Ambiental, Gestão de Infraestruturas e Serviços Urbanos e Gestão Urbana, dada a sua afinidade temática. Também componentes curriculares relativos à Mobilidade Urbana e Habitação poderão ser objeto de coordenação e articulação, considerando a sua interdependência na dinâmica urbana.

Destaca-se a importância de ter uma base teórico-metodológica forte no Curso, implementada nos primeiros semestres e estruturada por componentes curriculares associados à Teoria do Urbanismo, História do Pensamento da Cidade, Filosofia, Teoria Social e Cidade, Sociologia Urbana, Antropologia Cultural Urbana, Economia Urbana e Direito Urbanístico.

Consideramos também de grande importância que tanto os laboratórios, assim como, todas as disciplinas propostas configurem espaços de aprendizagem baseados na práxis e na observação da realidade concreta, por conseguinte a programação permanente de visitas de campo e de avaliação *in loco* dos problemas urbanos, assim como, das experiências de sucesso, será fundamental, neste novo projeto político pedagógico.

Seguindo a estratégia metodológica apresentada o Curso poderá fornecer respostas para a emergência de novos conteúdos associados à crescente escala da Urbanização, tais como, redes técnicas, novos instrumentos de gestão, espaço público, violência urbana, desenho urbano e questão fundiária. Metodologicamente, a proposta ora apresentada de Projeto Político Pedagógico, possibilita construir diversos espaços flexíveis e interdisciplinares, visando à avaliação permanente do fenômeno urbano, do perfil profissiográfico e dos instrumentos disponíveis, em sintonia com as mudanças locais e globais.

Procura-se, portanto, construir alternativas frente aos impactos deixados pelo “urbanismo moderno”, marcado pelo pensamento tayloriano e fordista, o qual segundo Ascher (2001) procurava a performance nas economias de escala, na

simplificação, na repetição das funções urbanas e na sua afetação a espaços consagrados, sendo o zoneamento e os grandes conjuntos urbanos expressão desta lógica.

Os aspectos pedagógicos e princípios que nortearam a concepção desta proposta de reformulação curricular para o Curso de Urbanismo da UNEB baseiam-se no questionamento permanente à disciplinarização do conhecimento, assim como, à fragmentação do conhecimento e dos processos didáticos. A concepção aqui apresentada busca estabelecer uma proposta pedagógica baseada numa estrutura integrada e flexível, favorecendo a construção de horizontalidades, reforçando a autonomia do estudante, desmontando as estruturas hierarquizadas de saberes e relações.

5 Perfil do Egresso

Deseja-se que o egresso do Curso de Bacharelado em Urbanismo tenha sólida formação humanística com visão crítica da realidade que o cerca, respeitando os Direitos Humanos, o bem estar e a dignidade da pessoa humana.

Espera-se ainda, que ele compreenda as questões científicas, técnicas, sociais, culturais, históricas, políticas, ambientais e econômicas nas diversas escalas espaciais e suas relações, adquirindo ao longo do percurso do curso ampla consciência da função social do Urbanismo e da necessidade da construção de cidades sustentáveis, socialmente justas e equitativas.

Considera-se também indispensável ao futuro egresso entendimento do papel da Sociedade Civil, do Estado e das Políticas Públicas nos processos de intervenção urbanos e regionais, assim como, das relações entre as diversas esferas governamentais.

Por fim, ressaltamos que a empatia, a tolerância, o senso de cooperação, diálogo flexível e adaptabilidade quando da condução de processos que envolvam a participação coletiva, serão elementos essenciais para compor e complementar o perfil profissional do futuro egresso do Curso de Bacharelado em Urbanismo a ser formado pela UNEB.

6 Competências e Habilidades

Considerando o perfil proposto, o Curso de Bacharelado em Urbanismo da UNEB deverá possibilitar para o egresso uma formação profissional que revele as seguintes Habilidades e Competências:

I. compreender a dinâmica urbano-regional, baseado no conhecimento teórico, técnico e metodológico das áreas das Ciências Humanas, Sociais Aplicadas, Exatas e da Terra, bem como saber intervir nesta dinâmica, propondo soluções integradas de natureza social, ambiental, econômica, cultural e físico-territorial;

II. visualizar o fenômeno espacial como totalidade e de maneira sistêmica, inter, multi e trans disciplinar, com perspectiva de integração/especificação no processo do entendimento;

III. investigar, observar, analisar, compreender e intervir na concepção, organização e gestão do espaço, traduzindo as necessidades do indivíduo e dos grupos sociais, protegendo o equilíbrio do ambiente natural, a conservação e valorização dos ecossistemas e do patrimônio construído, assim como, a utilização racional dos recursos disponíveis;

IV. analisar de maneira crítica os fenômenos sócioespaciais, implementando um urbanismo reflexivo e aplicando de forma articulada, conhecimentos teóricos e práticos, no campo de atuação profissional, visando propor soluções flexíveis e diversificadas em consonância com uma sociedade cada vez mais diferenciada na sua composição, nas suas práticas e nos seus gostos;

V. dominar as metodologias e/ou modelos de ordenamento do território, de planejamento e de desenho urbano, em diversas escalas, aplicando as técnicas adequadas para a sua representação e análise;

VI. analisar a demanda e oferta de equipamentos urbanos e comunitários, assim como, das redes técnicas de transporte e de serviços públicos, adequando-os aos interesses e necessidades da população e às características do sítio geográfico, definindo prioridades e promovendo a equidade sócioespacial a

partir de uma visão integrada, indo além do estritamente funcional e econômico.

VII. levantar, tratar, sistematizar, analisar, interpretar, sintetizar e apresentar dados e informações, visando à construção de diagnósticos, estudos, relatórios e/ou pesquisas relativas às características e condicionantes do espaço urbano e regional, considerando os aspetos sociais, demográficos, ambientais, técnicos, culturais, econômicos e físico-territoriais;

VIII. levantar, tratar, sistematizar, analisar, interpretar, sintetizar e apresentar dados geográficos e/ou informações georeferenciadas, como subsídio à prática do Urbanismo;

IX. pesquisar, utilizar, monitorar e/ou construir indicadores das demandas sócioespaciais, em especial os relacionados com os padrões de qualidade dos serviços urbanos, de qualidade ambiental, de qualidade de vida, de justiça social, equidade e das condições de vida nos núcleos urbanos;

X. definir diretrizes, objetivos e metas, assim como, elaborar, implementar e avaliar planos, programas, projetos e ações nos diversos setores da política urbana e nas diversas escalas territoriais, viabilizando uma atuação integrada sobre a problemática urbana e regional;

XI. conhecer as questões referentes aos marcos regulatórios relacionados à questão urbana, aplicando adequadamente a legislação pertinente e compreendendo os processos de tomada de decisão;

XII. conhecer os instrumentos de política urbana, das políticas setoriais, e da gestão democrática da cidade, considerando as variáveis políticas, assim como, as particularidades locais e regionais, articulando as políticas de desenvolvimento urbano e regional, das diversas esferas de governo;

XIII. liderar equipes multidisciplinares promovendo a articulação social, considerando a concepção e domínio de instrumentos e métodos para o desenvolvimento de processos participativos, na gestão e no planejamento, visando o diálogo e a mediação de conflitos, assim como, a condução de grupos de trabalho, compatibilizando os posicionamentos individuais e coletivos no processo de tomada de decisão.

7 Organização Curricular

Compreender a dinâmica urbano-regional como fenômeno espacial e como totalidade sistêmica implica articular no tempo, conhecimentos teóricos, técnicos e metodológicos das áreas das Ciências Humanas, Sociais Aplicadas, Exatas e da Terra. Por conseguinte, consideramos fundamental a organização do sistema curricular, visando construir os momentos e espaços pedagógicos, a partir desta perspectiva de integração.

Os Laboratórios Urbanos e Regionais se constituem nos Componentes Curriculares Integradores, formalizando um espaço de integração da teoria e da prática em urbanismo. Como foi mencionado, nestes componentes utiliza-se o espaço como categoria analítica, viabilizando a estratégia interdisciplinar de integrar efetivamente os diversos componentes curriculares do curso. Este Eixo Curricular Integrador viabilizará a integração horizontal/vertical no sistema curricular e estará conformado pelos seguintes componentes curriculares: Introdução ao Urbanismo; Laboratório de Técnicas de Representação; Laboratório de Projeto Urbanístico; Laboratório Urbano I – Escala da Unidade de Vizinhança; Laboratório Urbano II – Escala de Bairro; Laboratório Urbano III – Escala da Cidade; Laboratório Regional; Introdução ao Trabalho de Conclusão de Curso; Estágio Supervisionado e; Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

Na seção 11 deste documento titulada Fluxograma do Curso pode-se observar esta nova estrutura, assim como, a carga horária individual dos componentes curriculares, por semestre e total do curso.

Os saberes dos diversos componentes curriculares também deverão ser agrupados por afinidade e/ou complementaridade e convergirão para efetivar o perfil do urbanista nos diversos momentos curriculares. No contexto desta estratégia estes espaços abrangentes e flexíveis de coordenação serão denominados de Núcleos Articuladores e estarão dirigidos a definir ações que viabilizem a transversalidade no sistema curricular, se articulando permanentemente ao Eixo Integrador. A distribuição dos componentes curriculares por Núcleo Articulador ocorrerá da seguinte maneira:

a) Núcleo de Métodos, Técnicas e Representação Espacial, estruturado pelos componentes curriculares: Métodos Matemáticos; Geometria Descritiva; Metodologia do Trabalho Científico; Computação Gráfica e Urbanismo; Métodos Estatísticos; Fundamentos de Cartografia; Análise Demográfica; Geoprocessamento e; Cadastro;

b) Núcleo de Gestão e Meio Ambiente, integrado pelos componentes: Desenho Urbanístico e Ambiental; Sistemas e Tecnologias Ambientais Urbanas; Impactos Ambientais; Gestão do Saneamento Ambiental; Gestão de Infraestrutura, Serviços e Equipamentos Urbanos e; Gestão Urbana;

c) Núcleo de Economia e Teoria Social, composto por: Teoria Social, Filosofia e Cidade; Antropologia Cultural Urbana; Sociologia Urbana e; Economia Urbana;

d) Núcleo de Habitação e Mobilidade reunindo os componentes: Mobilidade Urbana; Habitação e Solo Urbano; Política e Planejamento dos Transportes e; Política e Planos de Habitação;

e) Núcleo Urbano-Regional, estruturado pelos componentes curriculares: História da Cidade; Desenho Urbano I; Desenho Urbano II; Modelos de Desenvolvimento Urbano; Planejamento no Brasil e; Métodos de Análise Regional;

f) Por fim, temos o Núcleo de Opções Livres e Formação Complementar, que reúne os Componentes Curriculares Optativos que permitem ao discente uma livre escolha a partir de uma gama de opções considerando elementos essenciais a sua formação acadêmico-profissional. Neste núcleo, encontram-se as Atividades Acadêmico-Científico-Culturais (AACC), cuja descrição detalhada a respeito da mesma, encontra-se em item específico deste Projeto.

No sistema curricular proposto todos os componentes do Eixo Curricular Integrador, ou seja, os Laboratórios Urbanos e Regionais são considerados como Componentes Curriculares Formativos, assim como, os componentes dos Núcleos de Habitação e Mobilidade e do Urbano Regional.

8 Estágio Curricular Supervisionado ou Prática Profissional

O currículo do Curso de Urbanismo vigente até o estabelecimento desta proposta não contemplava as atividades de estágio como parte integral das atividades acadêmicas do processo de formação profissional, embora, ao longo destes anos, tenham sido desenvolvidas, por parte dos formandos atividades que poderiam ser definidas como estágio voluntário.

Tais atividades permitem afirmar que o curso tem uma experiência que contribui para a importância da mesma no processo de formação, pois ela não apenas representa uma experiência para o discente como sujeito, mas, também contribui para projetar e divulgar, de maneira ampla, a existência do curso e a potencialidade de seus formandos. Poderia se registrar, de forma geral, que a referida experiência de estágio, desenvolvida até a materialização desta proposta, está caracterizada da seguinte maneira:

a) o interesse de realização é de iniciativa do próprio discente, que busca através da rede de contatos dos alunos que já exercem tal atividade;

b) em algumas ocasiões o colegiado do curso tem funcionado na intermediação, principalmente na divulgação da oferta de vagas quando contatado pelas instituições que necessitam de estagiários;

c) nos processos de contratação de estagiários, há uma tendência a privilegiar aqueles que têm conhecimentos e experiência no manuseio de aplicativos relacionados com a cartografia digital, em especial o ArqGis;

d) identifica-se uma tendência a desenvolver as atividades em órgãos públicos, especialmente da esfera estadual, destacando-se desde o início a Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia (CONDER) e a própria Secretaria de Desenvolvimento Urbano (SEDUR);

e) embora haja experiências de atividades de estágio em empresas particulares, estas têm menos densidade ou visibilidade e muitas vezes decorrem da própria relação de terceirização dos órgãos públicos;

f) podem se identificar diversos casos em que as atividades de estágio dos alunos do curso têm-se traduzido em contratações, uma vez que o aluno finaliza o curso;

g) em diversos espaços e eventos acadêmicos, os gestores das instituições que têm contratado estagiários do curso, manifestam abertamente a importância das competências e habilidades reveladas por tais alunos no desenvolvimento de suas atribuições.

Com base nessa dinâmica, entende-se que a proposta de Estágio Curricular Supervisionado do novo currículo, parte da valorização da experiência construída informalmente no curso e deverá se estruturar em coerência com o perfil profissional proposto neste currículo.

Desse modo, atentando para os espaços nos que poderá ser exercida a prática profissional do urbanista, pode-se identificar o desenvolvimento de atividades de estágio em diversos setores (Quadro 5).

QUADRO 5 - POSSÍVEIS INSTITUIÇÕES PARA REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES DE ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO PELOS ALUNOS DO CURSO DE URBANISMO - UNEB

Setor	Órgãos ou instituições – áreas
PÚBLICO Federal Estadual Municipal	Secretarias, companhias, agências, entidades e/ou empresas públicas relativas ao desenvolvimento e planejamento urbano e territorial, infraestrutura, saneamento, habitação, mobilidade, transporte, trânsito, meio ambiente, fiscalização e controle do uso do solo e dos instrumentos e equipamentos de gestão urbana e pública.
PRIVADO	Empresas e consultorias relativas ao desenvolvimento e planejamento urbano, infraestrutura, saneamento, habitação, mobilidade, transporte, trânsito, meio ambiente, fiscalização e controle do uso do solo e dos instrumentos e equipamentos de gestão urbana.
TERCEIRO SETOR	Organizações Não Governamentais (ONGs), Associações de moradores, Movimentos Sociais, sindicatos e associações que atuam com as demandas e o atendimento dos setores urbanos.

Fonte: elaboração especifica para este documento.

O Regulamento de Estágio compõe parte do apêndice desta proposta e determinará a forma de desenvolvimento destas atividades, descrevendo as suas condições de realização, observando as seguintes diretrizes gerais:

a) atendimento às disposições federais sobre estágio e ao regulamento interno da UNEB e do Departamento;

b) definição de responsabilidades dos segmentos envolvidos e dos mecanismos de acompanhamento e avaliação do processo;

c) identificação de passos, fluxos ou rotinas de atividades definindo instrumentos e cronograma de trabalho de acordo com o calendário acadêmico;

d) valorização das formas de apresentação dos avanços e resultados finais das atividades, atendendo aos formatos definidos pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e especificações internas da instituição;

e) consolidação de uma cultura de interação entre docentes e discentes que valoriza as opções teóricas e práticas autônomas do formando na definição das suas atividades de estágio.

Por fim, espera-se que a formalização das atividades de estágio no currículo do curso, gere as bases para o estabelecimento de parcerias de longo prazo de forma a não só garantir a prática profissional do formando, mas, a projeção e fortalecimento do curso.

9 Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)

O primeiro currículo do Curso de Urbanismo, vigente até o estabelecimento desta proposta de revisão, assimila o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) como componente curricular sob a denominação Seminário Monográfico (DCH/URB 011). O desenvolvimento do TCC é direcionado por regulamento específico, o qual foi atualizado em agosto de 2012, com o objetivo de ajustá-lo às disposições da Resolução 622/2004 (CONSEPE/UNEB).

Para o desenvolvimento do TCC na nova estrutura curricular, estabelecem-se os seguintes princípios norteadores:

a) promoção da integração entre ensino, pesquisa e extensão;

b) incentivo aos trabalhos coletivos e interdisciplinares;

c) fortalecimento do TCC como articulação da interdisciplinaridade vertical e horizontal;

d) diversificação de escalas geográficas e perspectivas teórico-metodológicas;

e) sincronia com as demandas decorrentes das mudanças sociais, assim como, no uso dos instrumentos e avanços tecnológicos;

f) autonomia do discente na definição de objetos de estudo e orientação.

Com base nesses princípios, assim como, na importante experiência construída em mais de 12 (doze) anos de produção acadêmica de TCC, atendendo ao disposto na Resolução 622/2004 (CONSEPE/UNEB) e as estratégias gerais que orientam esta Reforma Curricular, as diretrizes para o novo formato de TCC a serem mais bem explicitadas em regulamento específico, serão estabelecidas a partir dos seguintes princípios:

a) o TCC será desenvolvido nos dois últimos semestres (sétimo e oitavo) do currículo do curso com uma carga horária de 60 horas/aula no sétimo semestre e 90 horas/aula no oitavo semestre;

b) o aluno deverá cursar no sétimo semestre o componente curricular denominado Introdução ao TCC e será aprovado segundo o nível de

estruturação do projeto de pesquisa a ser desenvolvido posteriormente como TCC;

c) o Colegiado do Curso definirá linhas temáticas prioritárias para a pesquisa, de acordo com os componentes curriculares e, com as atividades e especificidades de pesquisa e de extensão dos docentes que atuam no curso;

d) segundo as linhas temáticas prioritárias definidas poderão ser estruturados grupos de docentes orientadores, no qual pelo menos um deles atue nas atividades de ensino do Curso de Urbanismo, considerando preferencialmente, os grupos de pesquisa certificados pela PPG/UNEB;

e) de igual forma, segundo as linhas temáticas prioritárias definidas, poderão ser estabelecidos ou celebrados acordos, convênios, autorizações e/ou parcerias com instituições públicas ou de iniciativa privada de caráter público, que permitam o desenvolvimento de estudos e projetos inscritos como TCC, conforme estabelece a Resolução 622/2004 (CONSEPE/UNEB);

f) o discente optará por objetos de estudo ou pelo tratamento de fenômenos relacionados direta ou indiretamente com as linhas temáticas prioritárias;

g) no TCC poderão ser desenvolvidas três modalidades principais, opções ou tipos de trabalho: pesquisa acadêmico-científica, projeto experimental ou projeto urbanístico:

   i. a *pesquisa acadêmico-científica* focaliza o estudo, análise, reflexão e desenvolvimento de propostas correlacionadas a objetos de estudo ou fenômenos vinculados aos problemas urbano-regionais;

   ii. *projeto experimental* corresponde as experiências práticas, aplicação de testes, desenvolvimento de ações ou produtos, aplicação de instrumentos de monitoramento ou observação de mudanças decorrentes de intervenções propiciadas direta ou indiretamente, todos estes relacionados com objetos de estudo ou fenômenos da área de conhecimento urbano e regional;

   iii. considera-se *projeto urbanístico,* a estruturação de propostas de intervenção sócioespacial e intersetorial elaboradas a partir de metodologias específicas, com a participação direta ou indireta dos

grupos sociais ou público alvo, de forma a superar problemas e demandas que implicam o diagnóstico, análise e planejamento para a definição de diretrizes, dependendo da escala e da complexidade da questão urbana e/ou regional tratada, materializado em projeto preliminar, estudo de viabilidade ou projeto executivo.

h) qualquer uma das modalidades ou opções de TCC poderá ser desenvolvida em equipe de no máximo três discentes orientados pelo(s) mesmo(s) docente(s);

i) o produto apresentado para avaliação será de caráter individual de cada discente, construído atendendo às respectivas normas da ABNT e passível de ser materializado nas seguintes modalidades, a serem regulamentadas em normas específicas pelo Colegiado de Curso:

   i. texto monográfico;

   ii. artigo científico;

   iii. relatório técnico;

   iv. projeto urbano ou seu estudo preliminar;

   v. projeto ou estudo(s) de viabilidade.

j) qualquer um destes produtos poderá ser acompanhado para efeitos de sua apresentação final de vídeos, folders, cartografia e outras formas de expressão que valorizem o resultado do TCC;

k) será garantida a divulgação regular no meio impresso e/ou digital dos produtos dos TCC;

Considera-se que os procedimentos gerais estabelecidos no Regulamento de TCC do Curso de Urbanismo, em consonância com a Resolução 622/2004 (CONSEPE/UNEB), devem permanecer vigentes, especialmente nas questões relacionadas a:

a) definição de objeto ou fenômeno de estudo diretamente por parte do discente;

b) apresentação sequencial do desenvolvimento dos trabalhos em sessões públicas;

c) fortalecimento da figura do co-orientador e cooperador técnico, dispostos pela Resolução 622/2004 (CONSEPE/UNEB), entendendo que os processos de orientação cooperada estimulam a necessária interdisciplinaridade não apenas na formação dos discentes, mas, também, no desenvolvimento dos docentes;

d) definição antecipada do calendário e reserva dos espaços que demandam as atividades, bem como, estabelecimento de datas de reunião entre coordenação, discentes e docentes;

e) promoção de atividades de suporte, especialmente com o acesso e manipulação de instrumentos relacionados com as Tecnologias da Informação;

f) monitoramento permanente do processo de orientação com base nos instrumentos estabelecidos;

g) depuração permanente dos instrumentos de acompanhamento estabelecidos no Regulamento de TCC do curso e, atualização e divulgação das normas ABNT vinculadas aos tipos de trabalhos;

h) sistema de avaliação processual e combinado, de acordo com a Resolução 622/2004 (CONSEPE/UNEB) e o Regimento Geral da UNEB.

Por fim, atenta-se para a necessidade de avaliar e refletir sobre o modelo de coordenação (comissão composta por três docentes) estabelecido no Regulamento de TCC do Curso de Urbanismo, esclarecendo sua compatibilização, primeiramente em relação ao disposto na Resolução 622/2004 (CONSEPE/UNEB), assim como, na definição de responsabilidades e na atuação efetiva de seus membros, comprometidos com as orientações.

10 Atividades Acadêmico-Científico-Culturais – AACC

O mundo atual tem como característica, dentre outros aspectos, a diluição das barreiras entre os diversos conhecimentos e a demanda por profissionais que tenham visão ampla e diversificada sobre a realidade. A formação estanque e constituída por limites claros e precisos não mais se adequada às atuais necessidades da sociedade e do mundo do trabalho. Neste sentido a LDB e os encaminhamentos realizados através de pareceres e resoluções do CNE ampliam as estratégias de formação incluindo nos currículos dos cursos superiores um espaço flexível de aprendizado, flexível tanto na forma quanto no conteúdo, as Atividades Acadêmico-Científico-Culturais – AACC.

A formação de Bacharel em Urbanismo não foge a esta realidade, não só como nova postura frente a esta realidade de formação profissional, como também no tocante às características próprias do seu objeto de trabalho/intervenção, o urbano. A questão urbana é em si complexa e multifacetada e demanda um rol de conhecimentos de difícil delimitação, o que faz das AACC um poderoso instrumento de formação.

As AACC são atividades de caráter científico, cultural e acadêmico, desenvolvidas pelo aluno através de participação em eventos, monitorias de ensino e extensão, iniciação científica, apresentação de trabalhos, exposições, comissões organizadoras, participação em eventos, participação cursos, ações de caráter técnico, cultural e comunitário, produções coletivas, dentre outros projetos de alcance social com afinidade à área do curso, que estejam vinculadas à Universidade ou outras Instituições, assim como órgãos, as quais poderão ser incorporadas ao processo de integralização curricular do aluno, desde que devidamente validadas pelo Colegiado do Curso.

As AACC estão regulamentadas na UNEB desde 2008 através da Resolução 1022/2008 (CONSEPE), em consonância com o Parecer 08/2007 (CNE/CES) e a Resolução 02/2007 (CNE/CES). Apesar desta regulamentação a implantação destas atividades no Curso de Bacharelado em Urbanismo carecia de previsão específica deste componente no Projeto de Curso, já que este foi concebido anterior à normatização das AACC pelo CNE.

Como resultado, têm-se dentre outas alterações a inclusão das AACC. As mesmas deverão ser realizadas pelo aluno no âmbito da Universidade ou em outras Instituições a partir do seu ingresso no curso e, têm como finalidade o aprofundamento temático e interdisciplinar, a ampliação e a consolidação da formação acadêmico-cultural do discente, além de contribuírem para a flexibilização do currículo.

A nova matriz curricular do curso de Bacharelado em Urbanismo prevê o cumprimento da carga horária de 240 horas para AACC que são regulamentadas na UNEB pela Resolução 1.022/2008 (CONSEPE), obrigatórias na integralização do curso.

Para o cômputo das AACC na carga horária exigida para integralização curricular, o discente deverá ingressar com pedido de aproveitamento de AACC junto com o comprovante de realização da atividade. Deverá o Colegiado do Curso, através de comissão especificamente instituída para este propósito, avaliar e aprovar as atividades desenvolvidas pelo discente, seguindo o que dispõem as normas da UNEB, especificamente a Resolução 1.022/2008 (CONSEPE), enquadrando a atividade no rol das atividades apresentadas no anexo da referida Resolução.

11 Fluxograma

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA
CURSO DE BACHARELADO EM URBANISMO
REFORMULAÇÃO CURRICULAR - FLUXOGRAMA

INTRODUÇÃO AO URBANISMO 60	LABORATÓRIO DE TÉCNICAS DE REPRESENTAÇÃO 90	LABORATÓRIO DE PROJETO URBANISTÍCO 60	LABORATÓRIO URBANO I Unidade de Vizinhança 90	LABORATÓRIO URBANO II Bairro 90	LABORATÓRIO URBANO III Cidade 90	LABORATÓRIO REGIONAL 90	ESTÁGIO SUPERVISIONADO 225
MÉTODOS MATEMÁTICOS 60	MÉTODOS ESTATÍSTICOS 90	ANÁLISE DEMOGRÁFICA 60	OPTATIVA 60	MOBILIDADE URBANA 60	POLÍTICA E PLANEJAMENTO DOS TRANSPORTES 90	INTROD. AO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC) 60	TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC) 90
HISTÓRIA DA CIDADE 60	DESENHO URBANO I 60	DESENHO URBANO II 60	MODELOS DE DESENVOLVIMENTO URBANO 60	PLANEJAMENTO NO BRASIL 90	METODOS DE ANÁLISE REGIONAL 60	OPTATIVA 60	
GEOMETRIA DESCRITIVA 60	FUNDAMENTOS DE CARTOGRAFIA 60	GEOPROCESSAMENTO 60	CADASTRO 60	OPTATIVA 60			
METODOLOGIA DO TRABALHO CIENTÍFICO 60	DIREITO URBANÍSTICO E AMBIENTAL 90	SISTEMAS E TECNOLOGIAS AMBIENTAIS URBANAS 90	IMPACTOS AMBIENTAIS 60	HABITAÇÃO E SOLO URBANO 60	POLÍTICA E PLANOS DE HABITAÇÃO 90	OPTATIVA 60	
TEORIA SOCIAL, FILOSOFIA E CIDADE 60	ANTROPOLOGIA CULTURAL URBANA 60	SOCIOLOGIA URBANA 60	ECONOMIA URBANA 90	GESTÃO DO SANEAMENTO AMBIENTAL 60	GESTÃO DE INFRAESTRUTURA, SERVIÇOS E EQUIP. URBANOS 90	GESTÃO URBANA 90	
COMPUTAÇÃO GRÁFICA E URBANISMO 60							
AACC 30	AACC 30	AACC 30	AACC 30	AACC 30	AACC 30	AACC 30	AACC 30

CARGA HORÁRIA POR SEMESTRE							
420	**450**	**390**	**420**	**420**	**420**	**360**	**315**

Núcleo de Métodos, Técnicas e Representação Espacial 570	**Núcleo de Gestão e Meio Ambiente** 480	**Núcleo de Economia e Teoria Social** 270	**Núcleo de Habitação e Mobilidade** 300	**Núcleo Urbano-Regional** 390	**Núcleo de Opções Livres e Formação Complementar** **480**	**Eixo Curricular Integrador** 945	**CARGA HORÁRIA TOTAL*** **3195**

* A CARGA HORÁRIA TOTAL não contabiliza a carga horária referente às AACC

12 Matriz Curricular

QUADRO 6 – MATRIZ CURRICULAR: COMPONENTES CURRICULARES OBRIGATÓRIOS

Id.	Nome do Componente Curricular	Semestre	Carga Horaria	Eixo	Núcleo de Estudo
1	Computação Gráfica e Urbanismo	1º	60	Instrumental	Métodos, Técnicas e Representação Espacial
2	Geometria Descritiva	1º	60	Instrumental	Métodos, Técnicas e Representação Espacial
3	História da Cidade	1º	60	Instrumental	Urbano-Regional
4	Introdução ao Urbanismo	1º	60	Integrador	Eixo Curricular Integrador
5	Metodologia do Trabalho Científico	1º	60	Instrumental	Métodos, Técnicas e Representação Espacial
6	Métodos Matemáticos	1º	60	Instrumental	Métodos, Técnicas e Representação Espacial
7	Teoria Social, Filosofia e Cidade	1º	60	Instrumental	Economia e Teoria Social
8	Antropologia Cultural Urbana	2º	60	Instrumental	Economia e Teoria Social
9	Desenho Urbano I	2º	60	Formativo	Urbano-Regional
10	Direito Urbanístico e Ambiental	2º	90	Instrumental	Gestão e Meio Ambiente
11	Fundamentos de Cartografia	2º	60	Instrumental	Métodos, Técnicas e Representação Espacial
12	Laboratório de Técnicas de Representação	2º	90	Integrador	Eixo Curricular Integrador
13	Métodos Estatísticos	2º	90	Instrumental	Métodos, Técnicas e Representação Espacial
14	Análise Demográfica	3º	60	Instrumental	Métodos, Técnicas e Representação Espacial
15	Desenho Urbano II	3º	60	Formativo	Urbano-Regional
16	Geoprocessamento	3º	60	Instrumental	Métodos, Técnicas e Representação Espacial
17	Laboratório de Projeto Urbanístico	3º	60	Integrador	Eixo Curricular Integrador
18	Sistemas e Tecnologias Ambientais Urbanas	3º	90	Instrumental	Gestão e Meio Ambiente
19	Sociologia Urbana	3º	60	Instrumental	Economia e Teoria Social
20	Cadastro	4º	60	Instrumental	Métodos, Técnicas e Representação Espacial
21	Economia Urbana	4º	90	Instrumental	Economia e Teoria Social
22	Impactos Ambientais	4º	60	Instrumental	Gestão e Meio Ambiente
23	Laboratório Urbano I – Unidade de Vizinhança	4º	90	Integrador	Eixo Curricular Integrador
24	Modelos de Desenvolvimento Urbano	4º	60	Formativo	Urbano-Regional
25	Gestão do Saneamento Ambiental	5º	60	Formativo	Gestão e Meio Ambiente
26	Habitação e Solo Urbano	5º	60	Formativo	Habitação e Mobilidade
27	Laboratório Urbano II – Bairro	5º	90	Integrador	Eixo Curricular Integrador

28	Mobilidade Urbana	5º	60	Formativo	Habitação e Mobilidade
29	Planejamento no Brasil	5º	90	Formativo	Urbano-Regional
30	Gestão de Infraestrutura, Serviços e Equipamentos Urbanos	6º	90	Formativo	Gestão e Meio Ambiente
31	Laboratório Urbano III – Cidade	6º	90	Integrador	Eixo Curricular Integrador
32	Métodos de Análise Regional	6º	60	Formativo	Urbano-Regional
33	Política e Planejamento dos Transportes	6º	90	Formativo	Habitação e Mobilidade
34	Políticas e Planos de Habitação	6º	90	Formativo	Habitação e Mobilidade
35	Gestão Urbana	7º	90	Formativo	Gestão e Meio Ambiente
36	Introdução ao Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)	7º	60	Formativo	Eixo Curricular Integrador
37	Laboratório Regional	7º	90	Integrador	Eixo Curricular Integrador
38	Estágio Supervisionado	8º	225	Formativo	Eixo Curricular Integrador
39	Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)	8º	90	Formativo	Eixo Curricular Integrador

QUADRO 7 – MATRIZ CURRICULAR: COMPONENTES CURRICULARES OPTATIVOS

Id.	Nome do Componente Curricular	Carga Horaria
1	Campo-Cidade no Brasil	60
2	Centralidades Urbanas	60
3	Ciências do Ambiente	60
4	Circulação Urbana e Transporte Não Motorizado	60
5	Contabilidade Geral	60
6	Desenvolvimento Local para Cidades Sustentáveis	60
7	Desenvolvimento Urbano da Bahia	60
8	Direito Tributário Urbano	60
9	Economia Política da Urbanização	60
10	Ecossistemas Urbanos	60
11	Eco-Urbanismo Participativo e Solidário	60
12	Ergonomia	60
13	Espaços Públicos	60
14	Estado e Redes Sociais	60
15	Finanças Públicas	60
16	Gestão e Mapeamento de Riscos Socioambientais	60
17	Imagens Urbanas	60
18	Informática Aplicada	60
19	Introdução à Economia dos Transportes	60
20	Leituras Urbanas e Produção de Textos Científicos	60
21	Libras	60
22	Metodologias Participativas de Planejamento e Gestão Urbanos	60
23	Métodos Estatísticos Inferenciais	60
24	Paisagismo	60
25	Patrimônio Urbano de Interesse Cultural	60
26	Perspectiva	60
27	Politica Urbana	60
28	Teoria do Espaço	60

29	Topografia	60
30	Turismo	60
31	Urbanização em Pequenas e Médias Cidades	60

QUADRO 8 – ÁREAS DE CONHECIMENTO: COMPONENTES CURRICULARES OBRIGATÓRIOS

Área de Conhecimento	Nome do Componente Curricular	Semestre
Análise Urbano-Regional	Introdução ao Urbanismo	1º
	Desenho Urbano I	2º
	Desenho Urbano II	3º
	Modelos de Desenvolvimento Urbano	4º
	Planejamento no Brasil	5º
	Métodos de Análise Regional	6º
Desenho	Computação Gráfica e Urbanismo	1º
	Geometria Descritiva	1º
	Laboratório de Técnicas de Representação	2º
Estatística	Métodos Matemáticos	1º
	Métodos Estatísticos	2º
	Análise Demográfica	3º
Geoinformação	Fundamentos de Cartografia	2º
	Geoprocessamento	3º
	Cadastro	4º
Gestão	Gestão do Saneamento Ambiental	5º
	Gestão de Infraestrutura, Serviços e Equipamentos Urbanos	6º
	Gestão Urbana	7º
Humanas	História da Cidade	1º
	Teoria Social, Filosofia e Cidade	1º
	Antropologia Cultural Urbana	2º
	Sociologia Urbana	3º
	Economia Urbana	4º
Interdisciplinar	Metodologia do Trabalho Científico	1º
	Laboratório de Projeto Urbanístico	3º
	Laboratório Urbano I – Unidade de Vizinhança	4º
	Laboratório Urbano II – Bairro	5º
	Laboratório Urbano III – Cidade	6º
	Laboratório Regional	7º
	Introdução ao Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)	7º
	Estágio Supervisionado	8º
	Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)	8º
Meio Ambiente	Direito Urbanístico e Ambiental	2º
	Sistemas e Tecnologias Ambientais Urbanas	3º
	Impactos Ambientais	4º
Transporte e Uso do Solo	Habitação e Solo Urbano	5º
	Mobilidade Urbana	5º
	Política e Planejamento dos Transportes	6º
	Políticas e Planos de Habitação	6º

13 Ementário

COMPONENTE CURRICULAR	CAMPO DE FORMAÇÃO	CARGA HORÁRIA
COMPUTAÇÃO GRÁFICA E URBANISMO	Instrumental	60

EMENTA

Introdução aos conceitos e equipamentos de CAD. Uso do computador como ferramenta de desenho geométrico e técnico. Representações gráficas bidimensionais em urbanismo e em paisagismo. Informática e computação gráfica como ferramenta auxiliar de concepção e apresentação de projeto. Uso de programas específicos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BALDAM, Roquemar; COSTA, Lourenço. **AutoCAD 2012**: utilizando totalmente. São Paulo: Érica, 2011.

COSTA, Lourenço; BALDAM, Roquemar. **AutoCAD 2013**: utilizando totalmente. São Paulo: Érica, 2012.

KATORI, Rosa. **AutoCAD 2012**: projetos em 2D. São Paulo: Senac , 2011.

LIMA, Claudia Campos. **Estudo dirigido de AutoCAD 2013**: para Windows. São Paulo: Érica, 2012.

VENDITTI, Marcus Vinicius dos Reis. **Desenho técnico sem prancheta com AutoCAD 2010**. Florianópolis: Visual Books, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALCÂNTARA, Cláudio Mello. **Plotagem e impressão com AutoCAD 2004**. São Paulo: Érica, 2003.

BALDAM, Roquemar de Lima. **Utilizando totalmente AutoCAD 2000**: 2D, 3D e avançado. 7. ed. São Paulo: Érica, 2002.

BITTAR, Denise A. **AutoCAD 2000 para arquitetos e urbanistas**. São Paulo: Érica, 2001.

BITTAR, Denise Álvares. **AutoCAD 2000**: para arquitetos e urbanistas 2D, 3D, avançado. São Paulo: Érica, 2002.

DUARTE, Fábio. **Arquiteturas e tecnologias de informação da revolução industrial à revolução digital**. São Paulo: FAPESP; UNICAMP, 1999.

LIMA JUNIOR, Almir Wirth. **AutoCAD 2011**. Rio de Janeiro: Alta Books, 2011.

OMURA, George. **AutoCAD 2000**: guia de referência. São Paulo: Makron Books, 2000.

OMURA, George. **Dominando o AutoCAD 2000**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 2000.

PEREIRA, Jailson dos Santos. **Prática de projeto em AutoCAD**. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2010.

SMITH, Bud E Smith; MIDDLEBROOK, Mark. **AutoCAD 2000**: para dummies. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

VELLOSO, Fernando de Castro. **Informática**: conceitos básicos. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

COMPONENTE CURRICULAR	CAMPO DE FORMAÇÃO	CARGA HORÁRIA
GEOMETRIA DESCRITIVA	Instrumental	60

EMENTA

Sistemas de projeção. Sistema Mongeano. Estudo do ponto, da reta e do plano. Posições relativas das retas. Representação dos planos. Retas e planos: posições relativas, intersecção. Métodos: mudanças de plano: rotação, rebatimento. Noções dos sólidos no espaço.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BORGES, G. C. de M. **Noções da geometria descritiva**: teoria e exercícios. 6. ed. Porto Alegre: Sagra-dc Luzzatto, 2002.

FONSECA, Ana Angélica Sampaio; CARVALHO, Antonio Pedro Alves; PEDROSO, Gilberto Menezes. **Geometria descritiva**: noções básicas. 3. ed. Salvador: Quarteto, 1999.

MACHADO, Adervan. **Geometria descritiva**. São Paulo: Projeto Editores Associados, 1978.

MONTENEGRO, Gildo A. **Geometria descritiva**. São Paulo: Edgard Blücher, 2002.

PESSOA, Maria da Conceição L.R.; SANTOS, Elisabete Araújo U. dos; SILVA, Antonio Andrade da. **Desenho geométrico**. Salvador: Quarteto, 2000.

PRÍNCIPE JUNIOR, Alfredo dos Reis. **Noções de geometria descritiva**. 38. ed. São Paulo: Nobel, 1981. (Vol. 1 e 2)

RODRIGUES, Álvaro J. **Geometria descritiva**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945. (Vol. 1 e 2)

VICTAL, Carlos Gentil M. **Do ponto, da reta e do plano**. Salvador: Centro Editorial e Didático da UFBA, 1993.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BAKER, Geoffrey H. **Análises de la forma**: urbanismo y arquitetura. México: Gustavo Gili, 1991.

CARVALHO, B. de A . **Desenho geométrico**. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1988.

FONSECA, Ana Angélica Sampaio; CARVALHO, Antonio Pedro Alves de; CARDOSO, Christina Araújo Paim; PEDROSO, Gilberto de Menezes. **Superfícies**. Salvador: Quarteto, 1999.

LACOURT, Helena. **Noções e fundamentos de geometria descritiva**: ponto, reta, planos, métodos descritivos, figuras em planos. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1995.

PALLANIM, V. **Princípios da gestalt na organização da forma**: abordagem bidimensional. São Paulo: EDUSP, 1989.

WICK, R. **Pedagogia da Bauhaus**. São Paulo: Martins Fontes, 1982.

WONG, W. **Princípios de forma e desenho**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

COMPONENTE CURRICULAR	CAMPO DE FORMAÇÃO	CARGA HORÁRIA
HISTÓRIA DA CIDADE	Instrumental	60

EMENTA

Estudos urbanos em bases conceituais e históricas. A história das cidades, do pensamento sobre elas e de grandes intervenções no contexto urbano. A produção das cidades em seu contexto social, cultural, político e econômico.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ARGAN, Giulio C. **História da arte como história da cidade**. 4 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

BENEVOLO, Leonardo. **História da cidade**. São Paulo: Perspectiva, 1983.

DAVIS, Mike. **Planeta favela**. São Paulo: Boitempo, 2007. 270 p

DEÁK, C.; SCHIFFER, S.R. **O processo de urbanização no Brasil**. São Paulo: Edusp, 1999.

FREITAG, Bárbara. **Teorias da cidade**. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional; Campinas: Papirus, 2006. 190p

HALL, P. **Cidades do amanhã**: uma história intelectual do planejamento e do projeto urbano no século XX. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2002.

HAROUEL, Jean-Louis. **Historia do urbanismo**. Campinas: Papirus, 1990. 150p.

MUNFORD, Lewis. **A cidade na história**: suas transformações e perspectivas. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

PADILHA, Nino (org.). **Cidade e urbanismo**: história, teorias e práticas. Salvador: Mestrado em Arquitetura e Urbanismo da FAUFBA, 1998.

ROSSI, Aldo. **A arquitetura da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

VASCONCELOS, Pedro de A. **Dois séculos de pensamento sobre a cidade**. Ilhéus: Editus, 1999.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ABRIL. **A evolução das cidades**. Rio de Janeiro: Abril Cultural Time Life, 1993.

BAIROCH, Paul. **De Jericó a México**. México: Trilhas, 1990.

BENEVOLO, Leonardo. **As origens da urbanística moderna**. São Paulo: Martins Fontes, 1981.

CHILDE, Vere Gordon, **A evolução cultural do homem**. 5. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981. 229 p

CHOAY, Françoise. **O urbanismo**: utopia e realidade: uma antologia. São Paulo: Perspectiva, 1979.

JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades**. São Paulo: Martins Fontes, 2000. 510 p.

LE GOFF, J. **Por amor às cidades**: conversações com Jean Lebrun. São Paulo: Ed. da UNESP, 1998.

LEPETIT, Bernard. **Por uma nova história urbana**. São Paulo: Edusp, 2002.

NORWICH, John Julius. **Great cities in history**. New York: Thames & Hudson, 2009.

VEGARA-GOMEZ, Alfonso. **Ideas alternativas para la construcción de la ciudad**. Viscaya: Disputation Floral de Viscaya, 1968.

COMPONENTE CURRICULAR	CAMPO DE FORMAÇÃO	CARGA HORÁRIA
INTRODUÇÃO AO URBANISMO	Integrador	60

EMENTA

Conceitos de espaço: urbano e regional. Cidade e urbanismo. O fenômeno urbano. A questão urbana. Lugar, território e região. Sistemas e redes técnicas urbanas. A cidade como um sistema. Cidade e campo: espaço urbano e rural. Sustentabilidade urbana.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ASCHER, François. **Os novos princípios do urbanismo**. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

CORRÊA, R.L. **O espaço urbano**. 4. ed. São Paulo: Ática, 2002.

DUPUY, Gabriel. **El urbanismo de las redes**. Madrid: Oikos Tau, 1998.

LACAZE, **Os métodos do Urbanismo**. Campinas: Papirus, 1993.

LE CORBUSIER. **A carta de Atenas**. São Paulo: Hucitec, EDUSP, 1993.

MACHADO, D. B. P. (org.). **Sobre urbanismo**. Rio de Janeiro: Vianna & Mosley, 2006.

MASSEY, Doreen. **Pelo espaço**: uma nova política da especialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e a gestão urbanos**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

VASCONCELOS, P. de A. **Dois séculos de pensamento sobre a cidade**. 2. ed. Salvador: EDUFBA, 2012.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CASTRO, Iná E.; GOMES, Paulo C. C.; CORRÊA, Roberto L. **Olhares geográficos**: modos de ver e viver o espaço. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

FERRARI, Célson. **Curso de planejamento municipal integrado**. São Paulo: Pioneira, 1986.

HAROUEL, J. L. **História do urbanismo**. 4. ed. Campinas: Papirus, 1990.

LEFEBVRE, HENRI. **Direito à cidade**. 5. ed. São Paulo: Centauro, 2009.

PADILHA, N. (org.). **Cidade e urbanismo**: historia teorias e práticas. Salvador: Mestrado em Arquitetura e Urbanismo/FAUFBA, 1998.

COMPONENTE CURRICULAR	CAMPO DE FORMAÇÃO	CARGA HORÁRIA
METODOLOGIA DO TRABALHO CIENTÍFICO	Instrumental	60

EMENTA

Ato de estudar. Leitura analítica, documentação, anotação e fichamentos. Noções gerais sobre pesquisa. Fontes de informação especializada no campo de urbanismo. Mapeamento de conceitos. Construção de raciocínios e pensamento crítico. Técnicas de elaboração, normalização e formatação de Trabalhos Acadêmicos, Artigos Científicos e Relatórios Técnicos segundo as disposições da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). Outras normalizações internacionais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6022**: informação e documentação: artigo em publicação periódica científica impressa: apresentação. Rio de Janeiro, 2003.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 10719**: informação e documentação: relatório técnico e/ou científico: apresentação. Rio de Janeiro, 2011.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 14724**: informação e documentação: trabalhos acadêmicos: apresentação. Rio de Janeiro, 2011.

CASTRO, Cláudio Moura. **A prática da pesquisa**. 2. ed. São Paulo: Prentice Hall Brasil, 2006.

IBGE – Centro de Documentação e Disseminação de Informações. **Normas de apresentação tabular**. 3. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 1993. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/normastabular.pdf>. Acesso em: 20 maio 2012.

SUPERINTENDÊNCIA de Estatística e Informações da Bahia (SEI). **Normas de apresentação tabular**. Salvador: SEI, [200-].

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 10520**: informação e documentação: apresentação de citações em documentos. Rio de Janeiro: ABNT, 2002.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6023**: informação e documentação: referências: elaboração. Rio de Janeiro: ABNT, 2002.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6028**: informação e documentação: resumo: apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2003.

JANUZZI, Paulo de Martino. **Indicadores sociais no Brasil**: conceitos, fontes de dados e aplicações. 3. ed. Campinas: Alinea, 2004.

RODRIGUES, Rui Martinho. **Pesquisa acadêmica**: como facilitar o processo de preparação e suas etapas. São Paulo: Atlas, 2007.

COMPONENTE CURRICULAR	CAMPO DE FORMAÇÃO	CARGA HORÁRIA
MÉTODOS MATEMÁTICOS	Instrumental	60

EMENTA:

Funções elementares de variável real: constante, afim, quadrática, modular, exponencial, logarítmica e trigonométrica. Noções básicas de Limites e continuidade de funções. Noções básicas de Derivada, Integral e suas aplicações. Coordenadas Polares. Matrizes. Propriedades e operações. Modelos Econômicos e Probabilísticos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

DANTE, L. R. **Matemática**: contexto & aplicações. São Paulo: Ática, 2003. Vol. 1.

IEZZI, G.; MURAKAMI, C. **Fundamentos de matemática elementar**. São Paulo: Atual, 1993. Vol. 1.

IEZZI, G.; DOLCE, O.; MURAKAMI, C. **Fundamentos da matemática elementar**. São Paulo: Atual, 1993. Vol. 2.

STEWART, James. **Cálculo**. São Paulo: CENGAGE Learning, 2009.

VERAS, Lílian Ladeira. **Matemática aplicada a economia**. São Paulo: Atlas, 1985.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

FLEMMING, Diva Marília. **Cálculo A**. Santa Catarina: Editora da UFSC, 1987.

HOFFMAN, Laurence D. **Cálculo**. 2. ed. São Paulo: Livros Técnicos e Científicos, 1990.

PAIVA, M. **Matemática**. São Paulo: Moderna, 1995. Vol. 1.

ROMANO, Roberto. **Cálculo diferencial e integral**. São Paulo: Atlas, 1983.

COMPONENTE CURRICULAR	CAMPO DE FORMAÇÃO	CARGA HORÁRIA
TEORIA SOCIAL, FILOSOFIA E CIDADE	Instrumental	60

EMENTA

Paradigmas das Ciências Sociais relativos aos estudos urbanos. Ideologia e epistemologia. Pensamento filosófico e cidade. Conceitos e reflexões filosóficas acerca do espaço urbano.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

AGOSTINHO. **A cidade de Deus**: contra os Pagãos. São Paulo: Vozes, 2010. (Parte I)

ARISTÓTELES. **Política**: texto integral. São Paulo: Martin Claret, 2008.

BAUMAN, Zygmunt. **Confiança e medo na cidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

BRANDÃO, Carlos Antonio Leite (org.). **As cidades da cidade**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006.

CAMARGO, Azael; LAMPARELLI, Celso; GEORGE, Pedro. Nota Introdutória sobre a construção de um objeto de estudo: o urbano. **Estudos FUNDAP**, São Paulo, ano 1, n. 1. 1983.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 26. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1972.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. 2. ed. São Paulo: Annablume, 2006.

HARVEY, David. **Espaços de esperança**. São Paulo: Loyola, 2004.

LEFÉBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Moraes, 1991.

OLIVEIRA, Francisco. O Estado e o urbano no Brasil. **Espaço & Debates**, São Paulo, n. 06, 1981.

PEREIRA, P. C. (org.). **A filosofia e a cidade**. Porto: Campo das Letras, 2009.

SARTRE, Jean-paul. **O Muro**. São Paulo: Saraiva, 2011.

STEIN, Ernildo. **A cidade de Deus e a cidade dos homens**: de Agostinho a Vico. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004. (v. 1).

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CASTORIADIS, C. **A instituição imaginária da sociedade**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

FREIRE, Paulo. **A educação na cidade**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

HABERMAS, J. **Consciência moral e agir comunicativo**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. 4. ed. São Paulo: Loyola, 1994.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela mão de Alice**: o social e o político na pós-modernidade. Porto: Afrontamento. 2000.

SELL, Carlos Eduardo. **Sociologia clássica**. Petrópolis: Vozes, 2010.

SENNETT, Richard. **O declínio do homem público**: as tiranias da intimidade. São Paulo: Companhia das letras, 1988.

SENNETT, Richard. **O artífice**. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 2009.

VELHO, Otávio (Org.). **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

COMPONENTE CURRICULAR	CAMPO DE FORMAÇÃO	CARGA HORÁRIA
ANTROPOLOGIA CULTURAL URBANA	Instrumental	60

EMENTA

A abordagem antropológica e o desenvolvimento da Antropologia Urbana. A dicotomia rural- urbano. A prática etnográfica no meio urbano. A Antropologia Urbana no Brasil. Organização social e espaço. Dinâmica cultural e formas de sociabilidade nas cidades contemporâneas: identidades, usos e apropriações do espaço urbano. Cidade, memória e patrimônio.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

AGIER, Michel. **Antropologia da cidade**: lugares, situações, movimentos. São Paulo: Terceiro Nome. 2011.

CANCLINI, Néstor Garcia. **A globalização imaginada**. São Paulo: Iluminuras, 2007

HERSCHMANN, Micael. **O funk e o hip-hop invadem a cena**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2000.

LAPLANTINE, François. **Aprender antropologia**. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.

LEITE, Rogério Proença. **Contra-usos da cidade**: lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea. 2. ed. Campinas: EdUnicamp; Aracaju: EdUFS, 2007.

MAGNANI, José Guilherme Cantor; TORRES, Lilian de Luca (Orgs.). **Na metrópole**: textos de Antropologia Urbana. São Paulo: EDUSP; FAPESP, 1996.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. **Da periferia ao centro:** trajetórias de pesquisa em Antropologia Urbana. São Paulo: Terceiro Nome, 2012.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ARANTES, Antonio (Org.) **O espaço da diferença**. Campinas: Papirus, 2000.

ARCE, José Manuel Valenzuela. **Vida de barro duro**: cultura popular juvenil e grafite. Rio de Janeiro: UFRJ, 1999.

AUGÉ, Marc. **Por uma antropologia dos mundos contemporâneos**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

BAUMAN, Zigmunt. **Comunidade**: a busca por segurança no mundo atual. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de muros**: crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: Ed. 34/EDUSP, 2008.

FELDMAN-BIANCO, Bela. (org.) **Antropologia das sociedades contemporâneas**: métodos. São Paulo: Unesp, 2010.

JUNIOR, Milton Esteves; URIARTE, Urpi Montoya (Orgs.). **Panoramas urbanos**: reflexões sobre a cidade. Salvador: EDUFBA, 2003.

OLIVEN, Ruben George. **A Antropologia de grupos urbanos**. Petrópolis: Vozes, 1985.

VELHO, Gilberto (Org.). **Antropologia urbana**: cultura e sociedade no Brasil e em Portugal. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

VELHO, Gilberto; KUSHNIR, Karina (Orgs.). **Pesquisas urbanas**: desafios do trabalho antropológico. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

COMPONENTE CURRICULAR	CAMPO DE FORMAÇÃO	CARGA HORÁRIA
DESENHO URBANO I	Formativo	60

EMENTA

Formas históricas de organização física do espaço urbano. As correntes teóricas e os modelos físicos da espacialização da produção, serviços e pessoas nas cidades. As experiências brasileiras de projetos de cidades, espaço urbano e sociedade.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ALOMAR, Gabriel. **Teoria de la ciudad**. Madrid: IEAL, 1980

CACCIARI, Massimo. **A cidade**. São Paulo: Gustavo Gili, 2010.

CHOAY, Françoise. **El urbanismo**: utopías y realidades. Barcelona: Lumen, 1970.

GUIMARAES, P. P. **Configuração urbana: evolução, avaliação, planejamento e urbanização**. São Paulo: ProLivros, 2004.

LAMAS, José M. Ressano Garcia. **Morfologia urbana e desenho de cidade**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbekian, 1993.

LE CORBUSIER. **Urbanismo**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

MARICATO, Erminia. **A produção da casa (e da cidade) no Brasil industrial**. São Paulo: Alfa-Omega, 1979.

MORRIS, A. E. J. **Historia de la forma urbana**. Barcelona: Gustavo Gili, 1984.

MUMFORD, Lewis. **A cidade na história**. São Paulo: Martins Fontes, 1975.

PUIG, Arturo Soria. **Cerdà las cinco bases de la teoría general de la urbanización**. Barcelona: Electa. 1996.

SANTOS, Carlos Nelson F. dos. **A cidade como um jogo de cartas**. São Paulo: Projeto, 1988.

SITTE, C. **A construção das cidades segundo seus princípios artísticos**. São Paulo: Ática, 1992.

VASCONCELOS, Pedro de A. **Dois séculos de pensamento sobre a cidade**. Ilhéus: Editus, 1999.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

AZEVEDO, T. **Povoamento da cidade de Salvador**. Salvador: Prefeitura Municipal de Salvador, 1949.

BENEVOLO, Leonardo. **A cidade na história da Europa**. Lisboa: Presença, 1995.

BETTIN, Gianfranco. **Los sociólogos de la ciudad**. Barcelona: Gustavo Gili, 1982.

CORNELL, Elias. **A arquitetura da relação cidade-campo**. Brasília: Alva,1998.

COULANGES, Fustel de. **A cidade antiga**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

ENGELS, F. **El problema de la vivienda y las grandes ciudades**. Barcelona: Gustavo Gili, 1974.

HALL, Peter. **Ciudades del mañana**. Barcelona: Serbal, 1996.

RONCAYOLO, Marcel. A cidade. **Enciclopédia Einaudi**, v. 8, Região. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da moeda, 1986. p. 396-487.

SOUZA, Ferraz de. **Contrastes regionais e formações urbanas**. Porto Alegre: UFRGS, 2000.

COMPONENTE CURRICULAR	CAMPO DE FORMAÇÃO	CARGA HORÁRIA
DIREITO URBANÍSTICO E AMBIENTAL	Instrumental	90

EMENTA

A evolução histórica do Direito Urbanístico e do Direito Ambiental no Brasil, relativo à intervenção no espaço urbano e regional. Princípios, diretrizes e instrumentos na Constituição Federal e na legislação infraconstitucional. Marcos legais que tratam da temática urbana e ambiental. Marcos legais da habitação de interesse social, da mobilidade urbana, do saneamento básico e do ordenamento do uso do solo. Leis estaduais e municipais correlatas. Aspectos jurídicos da elaboração, implementação e revisão participativa da Lei Municipal do Plano Diretor e dos planos setoriais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

HUFF, Theodoro; ZANETI, Izabel; BATISTA, Carlos. **Direito ambiental e desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro : Lumen Juris, 2009.

MACHADO, Paulo Affonso Leme. **Direito ambiental brasileiro**. 17. ed. São Paulo: Malheiros, 2009.

MARQUES, José (org.) **Sustentabilidade e temas fundamentais de direito ambiental**. Campinas: Millenium, 2009.

PINTO, Victor Carvalho. **Direito urbanístico**: plano diretor e direito de propriedade. São Paulo: R. dos Tribunais, 2005.

ROCCO, Rogério; COUTINHO, Ronaldo. **O direito ambiental das cidades**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009.

RODRIGUES, Francisco. **Estudos de direito constitucional e urbanístico**. São Paulo: SRS, 2007.

SILVA, Carlos Henrique**. Plano diretor: teoria e prática**. São Paulo: Saraiva, 2008.

SILVA, José Afonso da. **Direito urbanístico brasileiro**. São Paulo: Malheiros, 2012.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALFONSIN, Jacques Távora. **Direito à moradia e segurança da posse no Estatuto da Cidade**. Belo Horizonte: Fórum, 2004.

CARVALHO FILHO, Jose dos Santos. **Comentários ao Estatuto da Cidade**. 2.ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006.

FERNANDES, Edésio. **Direito urbanístico e politica urbana no Brasil**. Belo Horizonte: Del Rey, 2000.

HUMBERT, Georges Louis Hage. **Direito urbanístico e função socioambiental da propriedade imóvel urbana**. Belo Horizonte: Fórum, 2009.

KRIEGER, Maria das Graças et. al. **Dicionário de direito ambiental**: terminologia das leis do meio ambiente. Rio de Janeiro: Lexikon. 2008.

LUFT, Rosangela. Questões pontuais na elaboração do Plano Diretor. Rio de janeiro, **Revista da Faculdade de Direito da UERJ**, v. 1, n. 18, 2010.

MOTA, Mauricio. **Fundamentos teóricos do direito ambiental**. Rio de Janeiro: Campus, 2008.

COMPONENTE CURRICULAR	CAMPO DE FORMAÇÃO	CARGA HORÁRIA
FUNDAMENTOS DE CARTOGRAFIA	Instrumental	60

EMENTA

Introdução e Histórico da Cartografia, A Cartografia Sistemática Brasileira, Sistema de Coordenadas Esféricas, Projeções cartográficas, generalização cartográfica, dados cartográficos e interpolação, simbologia e cartografia temática.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

FLORENZANO, T. G. **Geomorfologia**: conceitos e tecnologias atuais. São Paulo: Oficina de Textos, 2008.

MARTINELLI, M. **Curso de cartografia temática**. São Paulo: Contexto, 1991.

OLIVEIRA, Cêurio de. **Curso de Cartografia moderna**. Rio de Janeiro: IBGE, 1993.

OLIVEIRA, Cêurio de. **Dicionário cartográfico**. Rio de Janeiro: IBGE, 1993.

RAISZ, E. **Cartografia geral**. Rio de Janeiro: Científica, 1964.

ROBINSON, A. et al. **Elements of cartography**. 6. ed. New York: John Wiley & Sons, 1995.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ACSELRAD, H. **Cartografia social e dinâmicas territoriais**: marcos para o debate. Rio de Janeiro: ETTERN/IPPUR, 2010.

CÂMARA, Gilberto; DAVIS, Clodoveu; MONTEIRO, Antonio. **Introdução à ciência da geoinformação**. São José dos Campos: INPE, 2001. Disponível em: <http://mtc-m12.sid.inpe.br/col/sid.inpe.br/sergio/2004/04.22.07.43/doc/publicacao.pdf>. Acesso em: 4 mar. 2013.

CUNHA, Cenira; QUEIROZ, Débora. A cartografia geomorfológica de detalhe: uma proposta visando à multidisciplinaridade. Rio Claro, **Revista Climatologia e Estudos da Paisagem**, v. 7, n. 1-22012. Disponível em: <http://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/climatologia/article/view/5339/4794>. Acesso em: 4 mar. 2013.

DUARTE, Paulo A. **Escala**: fundamentos. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1983.

DUARTE, Paulo A. **Cartografia básica**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1988.

DUARTE, Paulo A. **Cartografia temática**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1991.

DUARTE, Paulo A. **Fundamentos de cartografia**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1994.

JOLY, Fernand. **A cartografia**. Tradução por Tânia Pellegrini. Campinas: Papirus, 1990.

LIBAULT, André. **Geocartografia**. São Paulo: Nacional, 1975.

SLUTER, Claudia Robbi. Sistema especialista para geração de mapas temáticos. Brasilia, **Revista Brasileira de Cartografia**, n. 53, SBC, 2001.

COMPONENTE CURRICULAR	CAMPO DE FORMAÇÃO	CARGA HORÁRIA
LABORATÓRIO DE TÉCNICAS DE REPRESENTAÇÃO	Integrador	90

EMENTA

Construções geométricas fundamentais, cálculo gráfico, métodos, polígonos, tangências e concordâncias. Projeções ortogonais (plantas, cortes e elevações). Desenhos de observação e imaginativos. Técnicas de pintura e desenho. Conhecimento técnico de representação gráfica em urbanismo. Representação tridimensional do espaço urbano: maquetes em materiais diversos. Representação gráfica de formas bidimensionais e tridimensionais. Noções de perspectiva. Perspectivas e cores como meio de compreender e representar o espaço. Croqui: espaço/paisagem/figura humana e suas proporções. Desenho livre de projetos urbanísticos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BELMIRO, A. **Perspectiva para principiantes**. Rio de Janeiro: Ediouro, 1979.

CARVALHO, B. de A . **Desenho geométrico**. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1988.

EDWARDS, B. **Desenhando com o lado direito do cérebro**. 2. ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 2000.

FRENCH, T. E. **Desenho técnico e tecnologia gráfica**. 5. ed. São Paulo: Globo, 1995.

HARRISON, Hanzel. **Técnicas de desenho & pintura**. Erechim: Edelbra, 1994.

HECHINGER, M.; KNOLL, W. **Maquetas de arquitetura**. Barcelona: Gustavo Gili, 1992.

MANSSIRONI, M. **Ver pelo desenho**. São Paulo: Martins Fontes, 1982.

MONTENEGRO, G. A. **A perspectiva dos profissionais**. São Paulo: Edgard Blucher, 1990.

PEDROSA, Israel. **Da cor a cor inexistente**. Brasília: UnB, 1982.

PESSOA, Maria da Conceição L.R.; SANTOS, Elisabete Araújo U. dos; SILVA, Antonio Andrade da. **Desenho geométrico**. Salvador: Quarteto, 2000.

SCHAARWÄCHTER, Georg. **Perspectiva para arquitectos**. Barcelona: Gustavo Gili, 1985.

SCHARZ, H. **Como desenhar edifícios e paisagens urbanas**. 2. ed. Lisboa: Editorial Presença, 1997.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

DONDIS, D.A. **Sintaxe da linguagem visual**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

DOYLE, Michael E. **Color drawing**. New York: Van Nostrand Reinhold, 1981.

GIANAZZA. **A perspectiva**. São Paulo: Tecnoprint, 1983.

MUNARI, Bruno. **Das coisas nascem coisas**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

OSTROWER, F. **Criatividade e processos de criação**. 24. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

PEREIRA, Aldemar. **Desenho técnico básico**. 9. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves,1990.

WONG, W. **Princípios de forma e desenho**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

COMPONENTE CURRICULAR	CAMPO DE FORMAÇÃO	CARGA HORÁRIA
MÉTODOS ESTATÍSTICOS	Instrumental	90

EMENTA:

Planejamento da coleta de dados; Técnicas de Amostragem; Descrição e Exploração de dados categorizados e quantitativos; Medidas Descritivas: Média, Desvio Padrão e Medidas baseadas no ordenamento dos dados; Probabilidade: Definições Básicas; Modelos de Probabilidade: O modelo Binomial e o Modelo Normal; Aproximação normal à binomial; Correlação e Regressão: Diagrama de dispersão, coeficiente de correlação de Pearson, Correlação por postos, Regressão Linear Simples, Analise dos Resíduos e transformações. Aplicação: Índices Urbanos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BARBETTA, Pedro. **Estatística aplicada às ciências sociais**. 7. ed. Santa Catarina: Ed. da UFSC, 2010.

LEVIN, Jack. **Estatística aplicada às ciências humanas**. 2. ed. São Paulo: Harbra, 1985.

MORETTIN, Bussab; WILTON, Pedro. **Estatística básica**. 7. ed. São Paulo: Atual, 2011.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

FONSECA, Jairo Simon da; MARTINS, Geraldo. **Curso de estatística**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1995.

LEVINE, David. **Estatística**: teoria e aplicações: usando Microsoft Excel. 6. ed. São Paulo: LTC, 2011.

MANN, Prem S. **Introdução à estatística**. 5. ed. São Paulo: LTC, 2006.

MORETTIN, Luiz Gonzaga. **Estatística básica**: probabilidade e inferência. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2012.

TRIOLA, Mário. **Introdução à estatística**. 10. ed. São Paulo: LTC, 2011.

COMPONENTE CURRICULAR	CAMPO DE FORMAÇÃO	CARGA HORÁRIA
ANÁLISE DEMOGRÁFICA	Instrumental	60

EMENTA

Conhecimento das técnicas de análise que buscam compreender os movimentos espaciais, quantitativos e características particulares das populações.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BELTRÃO, P.C. **Demografia, ciência da população**: análise e teoria. Porto Alegre: Sulina, 1972.

BERQUO, Elza; CUNHA, Estela M. Garcia de Pinto da; BASSANEZI, Maria Silvia C. Beozzo. **Reprodução das gerações**: Nepo 30 anos. Campinas: NEPOS/UNICAMP, 2012.

JACQUARD, Albert. **Explosão demográfica**. São Paulo: Ática, 2002.

MARTINS, George. **População e sustentabilidade na era das mudanças ambientais globais**. Campinas: ABEP, 2012.

MCDONOUGH, Peter; SOUZA, Amaury. **A política de população no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

SANTOS, Jair L. F.; LEVY, Maira Stella Ferreira; SZMARECSÁNYI, Tamás (org.) **Dinâmica da população**: teoria, métodos e técnicas de análise. São Paulo: T. A. Queiroz Editor, 1991.

SINGER, Paul. **Dinâmica populacional e desenvolvimento**. 4. ed. São Paulo: Hucitec,1988.

TEIXEIRA, Paulo Eduardo; BRAGA, Antonio Mendes da Costa; BAENINGER, Rosana (orgs.). **Migrações implicações passadas, presentes e futuras**. Campinas: NEPOS/UNICAMP, 2012.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ANUÁRIO ESTATÍSTICO DA BAHIA. Salvador: Superintendência de Estudos Econômico, 1972.

CARVALHO, J. A. M, SAWYER, D. O.; RODRIGUES, R. N. **Introdução a alguns conceitos básicos e medidas em demografia**. Belo Horizonte: ABEP, 1998.

DAMIANI, Amélia. **População e Geografia**. São Paulo: Contexto, 1991.

HAKKERT, R. **Fontes de dados demográficos**. Belo Horizonte: ABEP, 1996.

OJIMA, R.; HOGAN, D.; MARANDOLA Jr. E. **População e meio ambiente**: desafios e sustentabilidade. São Paulo: Edgar Blücher, 2010.

TORRES, Haroldo; COSTA. Heloisa. (Orgs.) **População e meio ambiente**: debates e desafios. São Paulo: SENAC, 1999.

WOOD, C. H.; CARVALHO, J. A. M. de. **A demografia da desigualdade no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 1994.

COMPONENTE CURRICULAR	CAMPO DE FORMAÇÃO	CARGA HORÁRIA
DESENHO URBANO II	Formativo	60

EMENTA

Organização e racionalização do uso físico do espaço urbano. Determinação do fluxo de pessoas, localização de equipamentos sociais e de zonas produtivas. Dimensionamento e inter-relação de áreas. A cultura, os hábitos e a organização espacial.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ALOMAR, Gabriel. **Teoria de la ciudad**. Madrid: IEAL, 1980.

CAMPOS FILHO, Candido Malta. **Reivente seu bairro**. São Paulo: Editora 34, 2003.

FERREIRA, Francisco Whitaker. **Condições de vida e planejamento físico**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1966.

HARVEY, David. **Urbanismo y desigualdad**. 3. ed. México: Siglo Veintiuno, 1977.

LAMAS, José M. Ressano Garcia. **Morfologia urbana e desenho de cidade**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbekian, 1993.

LE CORBUSIER. **Os três estabelecimentos humanos**. São Paulo: Perspectiva, 1979.

_____. **Urbanismo**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

SAMPAIO, Antonio Heliodório Lima. **Outras Cartas de Atenas**: contextos originais. Salvador: Quarteto/PPG/AU/Faculdade de Arquitetura da UFBA, 2001.

SANTOS, Carlos Nelson F. dos. **A cidade como um jogo de cartas**. São Paulo: Projeto, 1988.

WERNA, Edmundo et al. **Pluralismo na habitação**. São Paulo: Annablume, 2001.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CASTELLS, Manuel. **La cuestión urbana**. México: Siglo Veintiuno. 1977

_____. Crise do Estado, consumo coletiva e contradições urbanas, In: Poulantzas, Nicos. **O Estado em crise**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

CHOAY, Françoise. **El urbanismo, utopías y realidades**. Barcelona: Lumen, 1970.

DEBIAGI, Moema Castro. **Distribuição dos equipamentos sociais urbanos**. Porto Alegre: UFRGS, 1978. Dissertação de Mestrado. (mimeo)

MASCARÓ, Juan Luís . **Desenho urbano e custos de urbanização**. Porto Alegre: Sagra, 1989

_____. **Manual de loteamentos e urbanização**. Porto Alegre: Sagra-Deluzzato, 1994.

MORETTI, Ricardo de Souza. **Normas urbanísticas para habitação de interesse social**. São Paulo: FINEP/IPT, 1997.

MORRIS, A. E. J. **Historia de la forma urbana**. Barcelona: Gustavo Gili, 1984.

MUKAI, Toshio. **Direito e legislação urbanística no Brasil**. São Paulo: Saraiva, 1988.

RIGOTTI, Giorgio. **Urbanismo**: la composición. Barcelona: Labor, 1967.

_____. **Urbanismo**: la técnica. Barcelona: Labor, 1967.

COMPONENTE CURRICULAR	CAMPO DE FORMAÇÃO	CARGA HORÁRIA
GEOPROCESSAMENTO	Instrumental	60

EMENTA

Conceitos e fundamentos do Geoprocessamento. Sensoriamento Remoto e Sistemas de Informação Geográfica. Noções de aerofotogrametria. Conceitos e fundamentos básicos do imageamento por satélites, sistemas sensores e comportamento espectral de alvos Base de dados em Sistemas de Informação Geográfica. Procedimentos e métodos de análise de dados georreferenciados. Procedimentos de interpretação e análise de imagens. Instrumentalização de técnicas do Geoprocessamento e aplicações em relação ao espaço urbano.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CENTENO, J. A. S. **Sensoriamento remoto e processamento de imagens digitais**. Paraná: Curso de Pós Graduação em Ciências Geodésicas da UFPR, 2003.

JENSEN, J. R. **Sensoriamento remoto e do ambiente**: uma perspectiva em recursos terrestres. São Paulo: Parentese, 2009.

JOLY, Fernand. **A cartografia**. 12. ed. Campinas: Papirus, 2009.

MOURA, Ana Clara Mourão. **Geoprocessamento aplicado ao planejamento urbano**. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

SILVA, Antônio Nelson Rodrigues. **SIG:** uma plataforma para introdução de técnicas emergentes no planejamento urbano, regional e de transportes. São Carlos: EdUFSCar, 2008.

SILVA, Jorge Xavier da; ZAIDAN, Ricardo Tavares. **Geoprocessamento & análise ambiental**: aplicações. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

MARTINELLI, Marcello. **Cartografia temática**: caderno de mapas. São Paulo: EDUSP, 2003.

MASCARÓ, Juan Luis. **Loteamentos urbanos**. 2. ed. Porto Alegre: J. Mascaró, 2005.

MASCARÓ, J. Luis. **Infraestrutura urbana**. Porto Alegre: Sagra, 2005.

ROAF, Susan; CRICHTON, David; NICOL, F. **A adaptação de edificações e cidades às mudanças climáticas**: um guia de sobrevivência para o século XXI. Porto Alegre: Bookman, 2009.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **ABC do desenvolvimento urbano**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

COMPONENTE CURRICULAR	CAMPO DE FORMAÇÃO	CARGA HORÁRIA
LABORATÓRIO DE PROJETO URBANÍSTICO	Integrador	60

EMENTA

Noções de estrutura urbana, redes e centralidades. Sítio e morfologia urbana. Densidades urbanas, usos e funções. Noção de escala. Parâmetros urbanísticos. Espacialização e análise de dados socioeconômicos, demográficos e demais componentes urbanos. Instrumentos legais indutores da urbanização e regularização.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BACON, Edmund. **Design of cities**. [s.l.]: Penquin Books. 1995.

GEDDES, Patrick. **Cidades em evolução**. Campinas: Papirus, 1994.

GEHL, Yan; GEMZOE, Lars. **Novos espaços urbanos**. Barcelona: Gustavo Gili, 2002.

LAMAS, José M. Ressano Garcia. **Morfologia urbana e desenho da cidade**. 2. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian; Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 1992.

MASCARÓ, Juan Luís. **Infra-estrutura urbana**. Porto Alegre: Masquatro, 2005.

MAUSBACH, Hans. **Urbanismo contemporâneo**. São Paulo: Martins Fontes; Lisboa: Editorial Presença, 1977. (Biblioteca de Textos Universitários)

RUANO, M. **Ecourbanismo**: entornos humanos sostenibles: 60 projectos. Barcelona: Gustavo Gili, 2007.

SANTOS, Carlos Nélson F. dos. **A cidade como um jogo de cartas**. Niterói: Projeto editores, 1988.

SANTOS, M. **Espaço e método**. 4 ed. São Paulo: Nobel, 1997.

SANTOS, M. **Metamorfose do espaço habitado**: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia. 6. ed. São Paulo: EDUSP, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ACIOLY JÚNIOR, C.; Davidson, F. **Densidade urbana**: um instrumento de planejamento. Rio de Janeiro: Mauad, 1998.

ASCHER, François. **Os novos princípios do urbanismo**, São Paulo: Martins Fontes, 2010.

BERKE, P. KAISER, D. RODRIGUEZ, D**. Urban land use planning**. 5. ed. [s.l.]: Urbana-Champaign; University of Illinois Press, 2006.

CARMONA, M. (Org.). **Globalización y grandes proyectos urbanos**: la respuesta de 25 ciudades. Buenos Aires: Infinito, 2005.

CASTILHO, A. L. H.; VARGAS, H. C. **Intervenções em centros urbanos**: objetivos, estratégias e resultados. São Paulo: Manole, 2008.

CORRÊA, R. L. **O espaço urbano**. 4. ed. São Paulo: Ática, 2002.

FERRARI, Célson. **Curso de planejamento municipal integrado**. São Paulo: Pioneira, 1986.

OSÓRIO L. M. (Org.). **Estatuto da Cidade e Reforma Urbana**: novas perspectivas para as cidades Brasileiras. Porto Alegre/São Paulo: Sergio Antonio Fabris Editor, 2002.

VILLAÇA, Flavio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel/FAPESP, 2001.

COMPONENTE CURRICULAR	CAMPO DE FORMAÇÃO	CARGA HORÁRIA
SISTEMAS E TECNOLOGIAS AMBIENTAIS URBANAS	Instrumental	90

EMENTA

Conceitos básicos de ecologia e de ecossistemas, fluxo de energia e metabolismo da natureza. A cidade como ecossistema. Princípios de Ecologia Humana, estudo de populações, enfoque das relações Homem-Ambiente. A questão ambiental no mundo e no Brasil destacando os eixos temáticos no que tocam ao estudo das cidades. Noções sobre saúde e meio ambiente. Sistemas e tecnologias urbanas de: abastecimento de água; esgotamento sanitário, drenagem pluvial e limpeza urbana. Poluição atmosférica e sonora.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ALBUQUERQUE, Guilherme; FERREIRA, Arian. **O saneamento ambiental no Brasil**: cenário atual e perspectivas. BNDS, 2012. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/livro60anos>. Acesso em: 4 mar. 2013.

BARROS, Raphael T. de V. et al. **Manual de saneamento e proteção ambiental para os municípios**. Belo Horizonte: Escola de Engenharia da UFMG, 1995.

BEGON, M; Townsend C.R.; Harper, J.L. **Ecologia de indivíduos e ecossistemas**. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.

BRAGA, Benedito. **A questão ambiental**. Rio de Janeiro: Bertrand, 2003.

BRASIL. Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental. **Panorama do saneamento básico no Brasil**. Brasília: MCidades, 2011.

FNS. **Manual de saneamento**. 2. ed. Brasília: DEOPE/FNS, 2006.

HELLER, L. **Estudo 20**: Saneamento ambiental e recursos hídricos (saneamento básico). 2012. Disponível em: <www.cedeplar.ufmg.br/pesquisas/pis/estudo%2020.pdf>.

KORMONDY, E.J.; Brown, D.E. **Ecologia humana**. São Paulo: Atheneu. 2002.

MOTA, Suetônio. **Introdução à engenharia ambiental**. Rio de Janeiro: ABES, 2000.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

AZEVEDO NETTO, José Martiniano et al. **Planejamento de sistemas de abastecimento de água**. Curitiba : UFPR/OPAS, 1973.

BOTELHO, Manoel H. C. **Águas de chuva**: engenharia das águas pluviais nas cidades. São Paulo: Edgard Blucher, 2004.

CETESB. **Apostila do curso gerenciamento de sistemas de resíduos sólidos**. São Paulo, 1982.

CETESB. **Sistemas de esgotos sanitários**. São Paulo: CETESB, 1987.

CUNHA, Sandra et. al. **Avaliação e perícia ambiental**. Rio de Janeiro: Bertrand, 2004.

DIAS, G.F. **Elementos de ecologia urbana e sua estrutura ecossistêmica**. Brasília: IBAMA, 1997. (Serie Meio Ambiente em Debate n. 18) 48p.

SANTOS, Álvaro Rodrigues dos. **Enchentes e deslizamentos**: causas e soluções: áreas de risco no Brasil. São Paulo: PINI, 2012.

COMPONENTE CURRICULAR	CAMPO DE FORMAÇÃO	CARGA HORÁRIA
SOCIOLOGIA URBANA	Instrumental	60

EMENTA

Estudo das teorias sociais voltadas para a questão urbana. Apresentar as vertentes clássicas na sociologia que fundamentaram a sociologia urbana. Apresentar os principais enfoques sociológicos e correntes do pensamento a respeito do desenvolvimento das cidades e os principais temas contemporâneos que envolvem o urbanismo: A Escola de Chicago, Teorias anglo-saxãs, Sociologia Francesa; Escola de Frankfurt, etc. Discutir as principais categorias e conceitos do fenômeno urbano contemporâneo (meio ambiente, violência urbana, espaço público, favelização). Teorias dos movimentos sociais e o direito à cidade.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CASTELLS, Manuel. **A questão urbana**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

_____. **A sociedade em rede**. V.1, São Paulo: Paz e Terra, 2000.

ENGELS, F. **A questão da habitação**. Disponível em: <http://www.marxists.org/portugues/marx/1873/habita/cap01.htm>. Acesso: 10 abr. 2009.

PIERSON, Donald (Org.). **Estudos de ecologia humana**. São Paulo: Martins Fontes, 1970.

_____ . **Sobre a propriedade**. Disponível: <http://libertarianismo.web25.f3.k8.com.br/images/stories/Livros/PJP-Teoriadapropriedade.pdf>. Acesso: 10 abr. 2009.

SENNETT, R. **Carne e pedra**: o corpo e a cidade na civilização ocidental. Rio de Janeiro: Record, 1997.

VELHO, Otávio G. (org). **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

COULON, Alan. **A Escola de Chicago**. Campinas: Papirus, 1995.

DAVIS, Mike. **Planeta favela**. São Paulo: Boitempo, 2006.

FREITAG, Bárbara. **Teorias da cidade**. Campinas: Papirus, 2006.

JACQUES, Paola B. (org.). **Apologia da deriva**: escritos situacionistas sobre a cidade. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.

KOWARICK, Lúcio. **Viver em risco:** sobre a vulnerabilidade socioeconômica e civil. São Paulo: Editora 34, 2009.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Documentos,1969.

_____ . **A revolução urbana**. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

SERPA, Angelo. **O espaço público na cidade contemporânea**. São Paulo: Contexto, 2007.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **A prisão e a ágora**: reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão das cidades. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006

WACQUANT, Loic. **Os condenados da cidade**: estudos sobre marginalidade avançada. Rio de Janeiro: Revan; FASE, 2001.

COMPONENTE CURRICULAR	CAMPO DE FORMAÇÃO	CARGA HORÁRIA
CADASTRO	Instrumental	60

EMENTA

Fundamentos de cadastro técnico urbano e municipal. Cadastro multifinalitário e gestões das informações. Cadastro fundiário e documentação imobiliária. Cadastro fiscal, planta de valores de terrenos e informatização das informações. ISS e taxas de serviços públicos. Técnicas de implantação e de revitalização de sistemas cadastrais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 14.166**: Rede de Referência Cadastral. Rio de Janeiro: ABNT, 1998.

ERBA, Diego; OLIVEIRA, Fabrício; LIMA JR, Pedro de Novais**. Cadastro multifinalitário como instrumento de política fiscal urbana.** Brasilia: Mcidades, 2003. Disponível em: <http://geotecnologias.wordpress.com/2008/08/19/livro-sobre-cadastro-multifinalitario-mcidades/>.

GRIPP, J.; WERNEK, A. **Cadastro técnico municipal**: notas de aula. Viçosa: UFV/Departamento de Engenharia Civil, 1999.

LOCH, C.; ERBA, D. A. **Cadastro técnico multifinalitário**: rural e urbano. Cambridge, MA: Lincoln Institute of Land Policy, 2007. 142p.

MINISTÉRIO DAS CIDADES. **Proposta de diretrizes nacionais para o cadastro territorial multifinalitário**. Brasilia: MCidades, 2007.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 13.133**: Normas para Levantamentos Topográficos. Rio de Janeiro: ABNT, 1998.

ERBA, Diogo Alfonso et al. **Cadastro multifinalitário como instrumento de política fiscal e urbana**. Rio de Janeiro: [s.n.], 2005. 144p.

LIPORONI, A. S. **Instrumentos para gestão tributária de cidades**. São Paulo: Universitária de Direito, 2003.

MEYER, R. M. C. **Avaliação de imóveis**: análise no campo da engenharia legal. Rio de Janeiro: Lumen Júris. 2003.

SÃO PAULO, Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Regional. **Sistema de gerenciamento de imóveis SGI**: manual conceitual. São Paulo: Fundação do Desenvolvimento Administrativo/FUNDAP, 2011. Disponível em: <http://www.fundap.sp.gov.br/sgi/Manual_SGI.pdf>.

SOUZA, Guilherme; AMORIM, Amilton; HASEGAWA, Júlio. Otimização de processos de detecção de alterações aplicados ao cadastro imobiliário**. Revista Brasileira de Cartografia**, n. 64/2, p. 149-158, 2012. Disponível em: <http://www.lsie.unb.br/rbc/index.php/rbc/article/viewFile/430/417>.

COMPONENTE CURRICULAR	CAMPO DE FORMAÇÃO	CARGA HORÁRIA
ECONOMIA URBANA	Instrumental	90

EMENTA

Aspectos econômicos do desenvolvimento e crescimento urbano e metropolitano. Infraestrutura urbana. A rede urbana, metrópoles e aglomerações urbanas. Teorias de localização urbana. Renda fundiária e uso do solo urbano. Mercado fundiário, capital imobiliário e estruturação intra-urbana. Degradação urbana, renovação/revitalização. Externalidades e intervenções alocativas do Estado. Tipologia dos bens e serviços. Bens de consumo coletivo. Os dois circuitos econômicos urbanos. O planejamento regional e urbano. Implicações econômicas dos instrumentos de gestão e planejamento urbano.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ABRAMO, Pedro. **A cidade caleidoscópica**: coordenação espacial e convenção urbana: uma perspectiva heterodoxa para a economia urbana. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

CARVALHO, Alexandre X. Y. et al. **Ensaios de economia regional e urbana**. Brasília: IPEA, 2008.

COSTA, José Silva; NIJKAMP; Peter. **Compêndio de economia regional**: teoria, temáticas e políticas. Paredes: Principia, 2009. (v. 1)

COSTA, José Silva; NIJKAMP; Peter. **Compêndio de economia regional**: métodos e técnicas de análise regional. Paredes: Principia, 2009. (v. 2)

CRUZ, Bruno de Oliveira et al. **Economia regional e urbana**: teorias e métodos com ênfase no Brasil. Brasília: IPEA, 2011.

DINIZ, Clélio Campolina; CROCCO, Marco (org.). **Economia regional e urbana**: contribuições teóricas recentes. Belo Horizonte: UFMG, 2006.

EUFRASIO, Mário A. **Estrutura urbana e ecologia humana**: a escola sociológica de Chicago (1915-1940). São Paulo: Editora 34, 1999.

FUJITA, M.; KRUGMAN, Paul; VENABLES, Anthony J. **Economia espacial**. São Paulo: Futura, 2002.

SINGER, Paul. **Curso de introdução à economia política**. 16. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1996.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ABRAMO, Pedro. **Mercado e ordem urbana**: do caos à teoria da localização residencial. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

CAVALCANTE, L. R. Produção teórica em economia regional: uma proposta de sistematização**. Revista Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos**, v. 2, p. 9-32, 2008.

GRIESON, R. E. **Urban economics**: readings and analysis. Boston: Little, Brown and Company, 1973.

LONGO, Carlos Alberto; RIZZIERI, Juarez Alexandre Baldini. **Economia urbana**: localização e relações intersetoriais. São Paulo: IPE/USP, 1982.

RICARDO, D. **Princípios de economia política**. São Paulo: Abril Cultural, [s.d.].

SANTOS, Milton. **Economia espacial**: críticas e alternativas. São Paulo: UdUSP, 2007.

SANTOS, Milton. **O espaço dividido**: os dois circuitos da economia urbana dos paises subdesenvolvidos. São Paulo: UdUSP, 2008.

COMPONENTE CURRICULAR	CAMPO DE FORMAÇÃO	CARGA HORÁRIA
IMPACTOS AMBIENTAIS	Instrumental	60

EMENTA

Definição, avaliação e conceitos básicos dos efeitos das ações do homem sobre o meio ambiente urbano. Fatores ambientais dos ecossistemas urbanos. Avaliação de Impactos ambientais em ecossistemas urbanos, legislação e elementos a serem considerados. Estudos de caso.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

FERREIRA, Leila. **A questão ambiental**: sustentabilidade e políticas públicas. São Paulo: Boitempo, 2003.

GUERRA, A.T. **Impactos ambientais urbanos no Brasil**. São Paulo: Bertrand, 2001.

MINISTERIO DE MEDIO AMBIENTE Y MEDIO RURAL Y MARINO. **Sistema de indicadores y condicionantes para ciudades grandes y medianas**. [s.l.]: Agència d'Ecologia Urbana de Barcelona. Disponível em: <http://www.fomento.gob.es/NR/rdonlyres/3093A86A-128B-4F4D-8800-BE9A76D1D264/111504/INDI_CIU_G_Y_M_tcm7177731.pdf>.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE – MMA. **Avaliação ambiental estratégica**. Brasíli: [s.n.], 2002. Disponível em: < www.mma.gov.br/estruturas/sqa_pnla/_arquivos/aae.pdf>.

PADUA, Elizabeth; MATALHO JR., Heitor (orgs.). **Ciências Sociais, complexidade e meio ambiente**: interfaces e desafios. Campinas: Papirus, 2008.

SANTOS, R. F. dos (Org.). **Vulnerabilidade ambiental.** Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2007.

SEIFFERT, Mari Elizabeth. **Gestão ambiental**: instrumentos, esferas de ação e ideologia ambiental. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

STEINBERGER, Marcia. (org.) **Território, ambiente e políticas públicas espaciais**. Brasília: Paralelo 15, 2006.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

AGRA FILHO, S. S. **Os estudos de impactos ambientais no Brasil**: uma análise de sua efetividade. Documento de Política, IPEA, n. 18, 1993.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, DOS RECURSO HÍDRICOS E DA AMAZÔNIA LEGAL. **Avaliação de impacto ambiental**: agentes sociais, procedimentos e ferramentas. [s.l.]: INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS, 1996.

MONTEIRO, M. J. Efeitos ambientais da urbanização de Corumbá-MS. **Serie meio ambiente em debate,** MMA/IBAMA, n. 17, 1997.

NUNES, D. A. L. A. **A avaliação ambiental estratégica e os impactes cumulativos**. Dissertação de Mestrado. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa, 2010.

SANCHES, F; MACHADO, L. R. M. Segregação espacial e impactos socioambientais: possíveis manifestações da degradação em novas paisagens urbanas. **G&DR**, Taubaté, v. 5, n. 3 set-dez 2009, p29-46.

VESTENA, L. R.; SCHIMIDT, L. P. Algumas reflexões sobre a urbanização e os problemas socioambientais no centro sul paranaense. **Acta scientiarum human and social sciences**, Maringá, v. 31, n. 1, 2009, p. 67-73.

COMPONENTE CURRICULAR	CAMPO DE FORMAÇÃO	CARGA HORÁRIA
LABORATÓRIO URBANO I – UNIDADE DE VIZINHANÇA	Integrador	90

EMENTA

Investigação, análise, síntese e interpretação dos aspectos de natureza físico-territorial, social, econômica, ambiental, cultural, legal e política que interferem na produção, reprodução do espaço urbano. Estudos urbanos na escala de quadra/unidade de vizinhança observando a sua articulação com o bairro. Sitio geográfico, clima urbano e grupos de edificações. Conforto térmico ambiental urbano. Espaço público. Relação público/privado. Lugar e inserção local. Composição urbanística. Microacessibilidade. Proposição e avaliação de planos e projetos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BROWN, G. Z.; DEKAY, M. **Sol, vento e luz**. 2. ed. Porto Alegre. Bookman. 2004.

CASTELLO, L. **A percepção do Lugar**. Repensando o conceito de lugar em arquitetura urbanismo. Rio de Janeiro: PROPAR, 2007.

CULLEN, Gordon. **Paisagem urbana**. Lisboa: Edições 70, 2006.

FRÚGOLI JR., H. **São Paulo**: espaços públicos e interação social. São Paulo: Marco Zero, 1995.

GEHL, Yan; GEMZOE, Lars. **Novos espaços urbanos**. Barcelona: Gustavo Gili, 2002.

JOURDA, Françoise-Hélène. **Pequeno manual do projeto sustentável**. São Paulo: Gustavo Gili, 2012.

MACHADO, D.B. Pinheiro; da Silva, Rachel Coutinho, M.; PEREIRA, Margareth A. C. da S. **Urbanismo em questão**. Rio de janeiro: PROURB, 2003.

MASCARÓ, Juan Luís. **Loteamentos urbanos**. 2. ed. Porto Alegre: Masquatro, 2005.

ROCCO, Rogerio. **Estudo de impacto de vizinhança**: instrumento de garantia de direito às cidades sustentáveis. Petrópolis: Lumen Juris, 2006.

SANTOS, Carlos Nélson Ferreira dos. **A cidade como um jogo de cartas**. Niterói: Projeto Editores, 1988.

SANTOS, Milton. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: EDUSP, 2005.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CHING, Francis D. K. **Arquitetura**: forma, espaço e ordem. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

COELHO NETTO, J. Teixeira. **A construção do sentido na arquitetura**. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 1993.

KAZTMAN, Ruben; RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz. **A cidade contra a escola?** Rio de Janeiro: Letra Capital, 2008.

LIMONAD, E. **Entre a ordem próxima e a ordem distante**: contribuições a partir do pensamento de Henri Lefebvre. Niterói: GECEL-UFF, 2003.

MACHADO, D. B. P. (org.). **Sobre urbanismo**. Rio de Janeiro: Vianna & Mosley, 2006.

MASCARÓ, Lúcia; MASCARÓ, Juan José. **Ambiência urbana**. 3. ed. Porto Alegre: Masquatro, 2009.

COMPONENTE CURRICULAR	CAMPO DE FORMAÇÃO	CARGA HORÁRIA
MODELOS DE DESENVOLVIMENTO URBANO	Formativo	60

EMENTA

Análise dos complexos conceitos de espaço, modelos e desenvolvimento urbano. Modelos Clássicos de uso do solo urbano e sobre os principais Modelos do Urbanismo no século XX e suas aplicações efetivas na prática do urbanista.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CAPEL, H. **El modelo Barcelona**: un examen crítico. Barcelona: Ediciones del Serbal, 2005.

CARLOS, A.F.A. **Os caminhos da reflexão sobre a cidade e o urbano**. São Paulo: EDUSP, 1994.

CHOAY, F. **O urbanismo**. São Paulo: Perspectiva, 1979.

CLARK, D. **Introdução à geografia urbana**. São Paulo: DIFEL; 1985.

CORRÊA, R. L. **O espaço urbano**. 4. ed. São Paulo: Ática, 2002.

GUIMARAES, P. P. **Configuração urbana**: evolução, avaliação, planejamento e urbanização. São Paulo: ProLivros, 2004.

REIS, N. G. **Notas sobre urbanização dispersa e novas formas de tecido urbano**. São Paulo: Via das Artes. 2006.

SOUZA; M. L. de. **ABC do desenvolvimento urbano**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BRADFORD, M.G.; KENT, W.A. **Geografia humana**: teorias e suas aplicações. Lisboa: Gradiva, 1987.

CAPEL, H. **La morfología de las ciudades**: I. Sociedad, cultura y paisaje urbano. Barcelona: Ediciones del Serbal, 2002.

CAPEL, H. **La morfología de las ciudades**: II. Aedes facere: técnica, cultura y clase social en la construcción de edifícios. Barcelona: Ediciones del Serbal, 2004.

CHOAY, F. **A regra e o modelo**. São Paulo: Perspectiva, 1980.

CHORLEY, R. J.; HAGGETT, P. (Coords.). **Modelos sócio-econômicos em Geografia**. São Paulo: UDUSP, 1975.

FERNANDES, R. B. **Periferização sócio-espacial em Salvador**: análise do Cabula, uma área representativa. 1992. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - FAU-UFBA, Salvador.

HAROUEL, J. L. **História do urbanismo**. 4. ed. Campinas: Papirus, 1990.

HARVEY, D. **Urbanismo e desigualdade social**. 6. ed. Madrid: Siglo Veintiuno, 1992.

LACAZE, J. P. **Os métodos do urbanismo**. Campinas, SP: Papirus, 1993.

RIBEIRO, L.C. de Q. (Org.). **O futuro das metrópoles: desigualdade e governabilidade**. Rio de Janeiro: Revan/FASE, 2000.

SOUZA; M. L. de. **Mudar a cidade**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

COMPONENTE CURRICULAR	CAMPO DE FORMAÇÃO	CARGA HORÁRIA
GESTÃO DO SANEAMENTO AMBIENTAL	Formativo	60

EMENTA

Processos de planejamento, dimensionamento, implantação, operacionalização, controle, manutenção e avaliação dos componentes do saneamento ambiental na perspectiva da relação do Estado com as demandas da sociedade. Contextualização histórica, períodos, tendências e projeções. Técnicas e ferramentas de gestão relacionadas com a os processos participativos e de controle social. Conceitos de Eficiência, Eficácia e Efetividade. Componentes dos Sistemas instituídos para os setores ambientais. Aplicação na escala de Bacias e micro bacias, Administrações Regionais e Bairro.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BAHIA. Governo do Estado. **Secretaria de desenvolvimento urbano**. Legislação do Saneamento. 3. ed. Salvador: Embasa - Empresa Baiana de Águas e Saneamento, 2011.

CAMARGO, Aspásia. **A atualidade do federalismo**. tendências internacionais e a experiência brasileira. Rio de Janeiro: Escola Nacional de Gestores Públicos; Instituto Tancredo Neves; Fundação Getúlio Vargas, 2001.

DAGNINO, Evelina. Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando. In: **Políticas de ciudadanía y sociedad civil en tiempos de globalización**. Caracas, 2004.

JACOBI, Pedro Roberto. **Gestão democrática participativa no saneamento**: conceitos e problematização. In: BRASIL. Lei nacional de Saneamento Básico. Perspectiva para as políticas e a gestão dos serviços públicos. Coletânea. Livro I. 2009.

MORAES, Luiz Roberto Santos. Política e Plano Municipal de Saneamento Básico: Contribuições Conceituais e Metodológicas. **Revista VeraCidade**, São Paulo, a. 5, v. 6, dez. 2010.

PAULICS, Veronika (org.) **125 Dicas:** ideias para a ação municipal. São Paulo, Polis, 2000. Disponível em: <http://www.polis.org.br/publicacoes/dicas/>.

PINHO, A. Evolução do Estado Moderno. In: FLEM. **A gestão pública**: desafios e perspectivas, n. 1. Salvador, 2001 (p. 29-42).

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BRASIL. Ministério das Cidades. Secretaria nacional de Saneamento Ambiental - Programa de Educação Ambiental e Mobilização Social em Saneamento. **Caderno metodológico para ações de educação ambiental e mobilização social em saneamento**. Brasília, DF: Ministério das Cidades, 2009.

BRASIL. Ministério das Cidades. Secretaria nacional de Saneamento Ambiental - Programa de Modernização do Setor de Saneamento. **Instrumentos das políticas e da gestão de serviços públicos de saneamento básico**. Brasília: Ministério das Cidades, 2009.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. Organizações da sociedade civil e poder público. In: **Teoria e Sociedade**, n. especial, mar. 2005.

TOBAR, Frederico. O conceito de descentralização: usos e abusos. **Planejamento e Políticas Públicas**, n. 5, p 31-51, jun. 1991.

TUCCI, Carlos. E. M. Águas urbanas. **Estudos avançados**, Rio Grande do Sul, v. 22, 2008, p. 97-112. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v22n63/v22n63a07.pdf>.

COMPONENTE CURRICULAR	CAMPO DE FORMAÇÃO	CARGA HORÁRIA
HABITAÇÃO E SOLO URBANO	Formativo	60

EMENTA

Habitação como direito social, mercadoria e valor de uso. Demanda e processos produtivos, modelos de provisão, capital imobiliário e capital financeiro. Valorização, especulação imobiliária e segregação. Terra urbana e regularização fundiária. Autoconstrução, ocupações informais e movimentos por moradia. Parcelamento do solo urbano, habitação e densidades urbanas, loteamentos habitacionais e equipamentos. Tipologias de uso e ocupação do solo urbano.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CUNHA, Eglaísa Micheline Pontes; ARRUDA, Ângelo Marcos Vieira de, MEDEIROS, Yara. **Experiências em habitação de interesse social no Brasil**. Brasília: Ministério das Cidades; Secretaria Nacional de Habitação, 2007.

DAVIS, Mike. **Planeta Favela**. São Paulo: Boitempo, 2006.

KOWARICK, L. **Viver em risco**. São Paulo: Editora 34, 2009.

LEITE, R. **Contra-usos da cidade**. Campinas: Unicamp/ UFS, 2007.

MARICATO, E. Por um novo enfoque teórico na pesquisa sobre habitação. **Cadernos Metrópole**, n. 21, p. 33-52, 2009.

MARICATO, E. **Habitação e Cidade**. 7. ed. São Paulo: Atual, 2010.

MENDOÇA, Jupira; COSTA, Heloisa Soares de Moura (orgs.). **Estado e capital imobiliário**: Convergências atuais na produção do espaço urbano brasileiro. Belo Horizonte: C/arte, 2012.

ROLNIK, R. CYMBALISTA, R.; NAKANO, K. **Solo urbano e habitação de interesse social**: a questão fundiária na política habitacional e urbana do país. 2008. Disponível em: <http://www.usp.br/srhousing/rr/docs/solo_urbano_e_habitacao_de_interesse_social.pdf>. Acesso em: 4 mar. 2013.

SHIMBO, Lucia Zanin. **Habitação social de mercado**: confluência entre Estado, empresas construtoras e capital financeiro. São Paulo: [s.n.], 2012.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

AMADEI, Vicente Celeste; AMADEI, Vicente de Abreu. **Como lotear uma gleba**: o parcelamento do solo urbano em seus aspectos essenciais (loteamento e desmembramento). Campinas: Millenium, 2002.

OLIVEIRA, Francisco de. O vício da virtude: autoconstrução e acumulação capitalista no Brasil. **Novos estudos – CEBRAP**, n. 74, p. 67-85, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/nec/n74/29640.pdf>. Acesso em: 4 mar. 2013.

TATAGIBA, Luciana; PATERNIANI, Stella Zagatto; TRINDADE, Thiago Aparecido. Ocupar, reivindicar, participar: sobre o repertório de ação do movimento de moradia de São Paulo**. Opinião Pública**, v. 18, n. 2, p. 399, 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-62762012000200007&script=sci_arttext. Acesso em: 4 mar. 2013.

TOPALOV, Christian. **Les promoteurs immobiliers**. Paris: Mouton, 1974.

VILLAÇA, F. **O que todo cidadão precisa saber sobre habitação**. São Paulo: Global, 1986.

COMPONENTE CURRICULAR	CAMPO DE FORMAÇÃO	CARGA HORÁRIA
LABORATÓRIO URBANO II – BAIRRO	Integrador	90

EMENTA

Investigação, análise, síntese e interpretação dos aspectos de natureza físico-territorial, social, econômica, ambiental, cultural, legal e política que interferem na produção, reprodução do espaço urbano. Estudos urbanos na escala do bairro e sua articulação com a cidade. Localização e dimensionamento de habitações, equipamentos, infraestrutura, espaços públicos e áreas verdes. Sitio geográfico e implantação. Conforto térmico ambiental urbano. Parcelamento urbano. Mobilidade e acessibilidade Proposição e avaliação de planos e projetos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ACIOLY JÚNIOR, C.; Davidson, F. **Densidade urbana**: um instrumento de planejamento. Rio de Janeiro: Mauad, 1998.

BROWN, G. Z.; DEKAY, M. **Sol, vento e luz**. 2. ed. Porto Alegre. Bookman. 2004.

CAMPOS FILHO, Cândido Malta. **Reinvente seu bairro**: caminhos para você participar do planejamento de sua cidade. São Paulo: Editora 34, 2003.

LAMAS, José M. Ressano Garcia. **Morfologia urbana e desenho da cidade**. 2. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian; Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 1992.

MACHADO, D. B. P. (org.), **Sobre urbanismo**. Rio de Janeiro: Vianna & Mosley, 2006.

MASCARÓ, Juan Luís. **Infraestrutura urbana**. Porto Alegre: Masquatro, 2005.

MASCARÓ, Juan Luís. **Loteamentos urbanos**. 2. ed. Porto Alegre: Masquatro, 2005.

MASCARÓ, Juan Luis. **Sustentabilidade em urbanizações de pequeno porte**. Porto Alegre: Masquatro, 2010.

MAUSBACH, Hans. **Urbanismo contemporâneo**. São Paulo: Martins Fontes; Lisboa: Editorial Presença, 1977. (Biblioteca de Textos Universitários)

PENERÈ, Philipe. **Análise urbana**. Brasília: Editora da Universidade de Brasilia, 2006.

SALGADO, Elisabeth; SALGADO, Guilherme. **Plano de Bairro**: no limite do seu bairro uma experiência sem limites. São Paulo: Câmara Municipal de São Paulo, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ANDRADE, Adriano Bittencourt. **O Espaço em movimento**: a dinâmica da Pituba no século XX. Salvador: Edufba, 2005.

GEHL, Yan; GEMZOE, Lars. **Novos espaços urbanos**. Barcelona: Gustavo Gili, 2002.

LYNCH, Kevin. **A imagem da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1980.

MARX, Murillo. **Cidade no Brasil**: em que termos? São Paulo: Studio Nobel, 1999. (Cidade Aberta)

MASCARÓ, Juan Luís. **Manual de loteamentos e urbanização**. Porto Alegre: Sagra-Luzzato, 1994.

RAPOPORT, Amos. **Aspectos humanos de la forma urbana**. Barcelona: Gustavo Gili, 1978. (Arquitectura/Perspectivas)

COMPONENTE CURRICULAR	CAMPO DE FORMAÇÃO	CARGA HORÁRIA
MOBILIDADE URBANA	Formativo	60

EMENTA

O papel do transporte nas cidades e regiões. As bases do movimento urbano. Mobilidade, acessibilidade e rede de transporte. As condicionantes da mobilidade. O contexto social e espacial das políticas e planos de transporte nas cidades dos países em vias de desenvolvimento. Cidades e mobilidade: tendências mundiais. Mobilidade Sustentável: Transporte, Circulação e Desenvolvimento Urbano. Transporte e estrutura urbana. Os Modos de Transporte e a Integração modal. Impactos espaciais dos diferentes modos de transporte. A relação transporte e uso do solo.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ANTP- ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRANSPORTES PÚBLICOS. **Transporte humano**: cidades com qualidade de vida. São Paulo: ANTP, 1998.

BRASIL. **Plan Mob**: construindo a cidade sustentável. Brasília: Ministério das Cidades/SEMOB, 2007.

CERVERO, R. **Transforming cities with transit**. Washington (D.C.): World Bank, 2013.

DIMITRIOU, H. T.; BANJO, G. A. **Transport planning for third world cities**. New York: Routledge, 1992.

FERRAZ, A . C. P.; TORRES, I. G. E. **Transporte público urbano**. São Carlos: Rima, 2001.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

FERRAZ, A. C. P. **Escritos sobre transporte, trânsito e urbanismo**. São Carlos; Ribeirão Preto: São Francisco, 1998.

GEA21. **La movilidad sostenible en la planificación urbanística y territorial**: grupo de estúdios y alternativas, pro.motion: sustainable mobilty at home. Navarra, Espanha: [s.n.], 2010.

HUTCHINSON, B. G. **Princípios de planejamento dos sistemas de transporte urbano**. Rio de Janeiro: Guanabara Dois, 1979.

IPEA. A mobilidade urbana no Brasil, **Cadernos do IPEA**, n. 94, Brasília. 2011.

KENWORTHY, J. R. **The eco-city**: ten key transport and planning dimensions for sustainable city development, Environment and Urbanization, 18: 67, 2006.

MORENO, J. P., 2002, **Gestão e monitoração da relação entre transporte e uso do solo urbanos**: aplicação para a cidade do Rio de Janeiro, Tese Dsc. – Universidade Federal do Rio de Janeiro, COPPE, Engenharia de Transportes.

COMPONENTE CURRICULAR	CAMPO DE FORMAÇÃO	CARGA HORÁRIA
PLANEJAMENTO NO BRASIL	Formativo	90

EMENTA

Estudos das origens do Planejamento em distintas escalas com ênfase no âmbito do Planejamento Urbano. Evolução dos modelos de planejamento adotados no Brasil e seus reflexos sobre a questão urbana. Análises teóricas e práticas sobre variados temas inerentes ao Estatuto da Cidade e a Planos Diretores específicos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BRASIL. Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Programas Urbanos. **Plano diretor participativo**. Brasília: Ministério das Cidades. 2005.

BUENO, L. M.; CYMBALISTA, R. **Planos diretores municipais**: novos conceitos de planejamento territorial. São Paulo: Annablume, 2007.

COSTA, G. M.; MENDONÇA J. G. (org.). **Planejamento urbano no Brasil**: trajetória, avanços e perspectivas. Belo Horizonte: C/Arte, 2008.

FREITAS, Carlos Geraldo Luz de (coord). **Planos diretores municipais**: integração regional estratégica: roteiro metodológico. Porto Alegre: ANTAC, 2007.

KON, A. (Org.). **Planejamento no Brasil II**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2010.

SOUZA; M. L. de. **Mudar a cidade**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BORJA, J.; CASTELLS, M. **Local y global**: la gestión de las ciudades en la era de la información. Madrid: Taurus, 1997.

CAPEL, H. **La morfología de las ciudades**: I. Sociedad, cultura y paisaje urbano. Barcelona: Ediciones del Serbal, 2002.

CAPEL, H. **La morfología de las ciudades**: II. Aedes facere: técnica, cultura y clase social en la construcción de edifícios. Barcelona: Ediciones del Serbal, 2004.

CAPEL, H. **El modelo Barcelona**: un examen crítico. Barcelona: Ediciones del Serbal, 2005.

CARLOS, A.F.A. **Os caminhos da reflexão sobre a cidade e o urbano**. São Paulo: EDUSP, 1994.

HARVEY, D. **Urbanismo e desigualdade social**. 6. ed. Madrid: Siglo Veintiuno, 1992.

LACAZE, J. P. **Os métodos do urbanismo**. Campinas: Papirus, 1993.

LAFER, B. M. **Planejamento no Brasil**. São Paulo: Perspectiva, 1970.

NOVAES, A. G. **Modelos em planejamento urbano, regional e de transportes**. São Paulo: Edgard Blücher, 1981.

PORTO, E; CARVALHO, E. Concentração e descentralização na Região Metropolitana de Salvador. **Revista de Desenvolvimento Econômico**. Salvador, a.III, n.4, p.73-89, 2001.

PROTÁSIO, M. L. A. **Planejamento estratégico de cidades e sua repercussão na Península Ibérica e na América do Sul**. 2005. Monografia (Graduação em Urbanismo). UNEB, Salvador.

SOUZA; M.L. de. **ABC do desenvolvimento urbano**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

COMPONENTE CURRICULAR	CAMPO DE FORMAÇÃO	CARGA HORÁRIA
GESTÃO DE INFRAESTRUTURA, SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS URBANOS	Formativo	90

EMENTA

Conceito, planejamento, dimensionamento, implantação, operacionalização, controle, manutenção e avaliação de sistemas de Produção de infraestruturas, serviços e equipamentos urbanos. Modelos e instrumentos de Regulação, papel do Estado, a lógica do mercado e o usuário. Técnicas de gestão segundo padrões de normalização, Sistemas de Gestão Qualidade (SGS). Aplicação na escala dos serviços urbanos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BATISTA, João; TAVARES, José; HOFFMAN, Silvana. **Sistemas de gestão integrados**: qualidade, meio ambiente, responsabilidade social, segurança e saúde no trabalho. São Paulo: SENAC, 2008.

BRASIL, Presidência da República. Câmara da Reforma do Estado. **Plano diretor da reforma do aparelho do Estado**. Brasília: Presidência da República, 1995.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos; PACHECO, Regina Silvia. A Reforma do Estado brasileiro e o desenvolvimento. **Revista Eletrônica sobre Reforma do Estado**. Salvador, n. 3, 2005.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Democracia, Estado social e reforma gerencial. **ERA**, São Paulo, v. 50, n.1, jan./mar. 2010.

CARDOSO, José Celso. Planejamento governamental e gestão pública no Brasil: elementos para resinificar o debate e capacitar o Estado. IPEA, **Texto para Discussão**, Brasília, n. 1584, mar. 2011.

MEIRELLES, Catharina Marinho; FIGUEIREDO, Julio Carlos. Público vs Privado: a questão da qualidade na prestação de serviços. **Cadernos do ICHF**, série Estudos e Pesquisas, jan-jun 2009

PACHECO, Regina Silvia. Regulação no Brasil: Desenho das agencias e formas de controle. RAP, Rio 40 (4) p. 523-543, 2006.

SASSER, W. Earl; OLSEN, R. Paul; WYCKOFF, D. Daryl. Understanding service operations. In: SASSER, W. E, et al. **Management of service operations**: text, cases and readings. Boston: Allyn & Bacon, 1978.

VIOLIN, Tarso Cabral. Estado, ordem social e privatização: as terceirizações ilícitas da administração pública por meio das Organizações sociais, OSCIPs e demais entidades do terceiro setor. **Revista Eletrônica sobre a Reforma do Estado**, Salvador, n. 12, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

JORDAN, Ricardo; MARTELLI, Giorgio. **Guia de gestión urbana**. Santiago de Chile: CEPAL. 2003.

OLIVA, A. **A logística reversa da habitabilidade**. Congresso Brasileiro de Cadastro Técnico Multifinalitário. COBRAC 2012. UFSC. Florianópolis, 7-11 de out. 2012.

OLIVA, A; BADARÓ, E.; Reis, B.; RIBEIRO Jr. M.; **Resíduos de construção civil**: logística integrada em campus universitário UNEB. Seminário Multidisciplinar de Extensão Universitária: fortalecendo elos entre ensino, pesquisa, e extensão. PROEX out 2012. UNEB. Salvador. Bahia. Projeto de Extensão: Gestão de Resíduos de Construção Civil.

SILVA; MELLO. **O processo de implementação de políticas públicas no Brasil**: características e determinantes da avaliação de programas e projetos. Caderno N. 48. NEPP, Unicamp, 2000.

COMPONENTE CURRICULAR	CAMPO DE FORMAÇÃO	CARGA HORÁRIA
LABORATÓRIO URBANO III – CIDADE	Integrador	90

EMENTA

Investigação, análise, síntese e interpretação dos aspectos de natureza físico-territorial, social, econômica, ambiental, cultural, legal e política que interferem na produção, reprodução do espaço urbano. Estudos urbanos na escala da cidade e sua articulação com a região. Densidades Urbanas. Uso e ocupação do solo. Zoneamento urbano ambiental. Sitio geográfico e estrutura urbana. Mobilidade urbana, articulação regional e macroacessibilidade. Redes técnicas. Saneamento urbano. Estatuto da cidade, planejamento urbano e políticas urbanas. Proposição e avaliação de planos e projetos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ACIOLY JÚNIOR, C.; Davidson, F. **Densidade urbana**: um instrumento de planejamento. Rio de Janeiro: Mauad, 1998.

ARANTES, Otilia Beatriz Fiori; VAINER, Carlos; MARICATO, Erminia. **A cidade do pensamento único**: desmanchando consensos. Petrópolis: Vozes, 2002.

BALBO, Marcelo; JORDÁN, Ricardo; SIMIONI, Daniela. **La ciudad inclusiva**. Santiago de Chile: CEPAL, 2003.

CORRÊA, R.L. **O espaço urbano**. 4. ed. São Paulo: Ática, 2002.

KOHLSDORF, M. E. **A apreensão da forma da cidade**. Brasília: Editora UnB, 1996.

LAMAS, José M. Ressano Garcia. **Morfologia urbana e desenho da cidade**. 2. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian; Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 1992.

LYNCH, Kevin. **A imagem da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

MACHADO, D. B. P. (org.). **Sobre urbanismo**. Rio de Janeiro: Vianna & Mosley, 2006.

SANTOS, Carlos Nélson F. dos. **A cidade como um jogo de cartas**. Niterói: Projeto Editores, 1988.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BRANDÃO, Carlos Antônio Leite (org.). **As cidades da cidade**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006.

DUPUY, Gabriel. **El urbanismo de las redes**. Madrid: Oikos Tau, 1998.

LERNER, Jaime. **Acupuntura urbana**. 3. ed. Rio de janeiro: Record, 2005.

MARICATO, Ermínia. **Brasil, cidades**: alternativas para a crise urbana. Petrópolis: Vozes, 2001.

MASCARÓ, Juan Luís. **Loteamentos urbanos**. 2. ed. Porto Alegre, RS: L. Mascaró, 2005.

PADILHA, N. (org.). **Cidade e urbanismo**: historia teorias e práticas. Mestrado de arquitetura e urbanismo da FAUFBA, Salvador, 1998.

ROGERS, Richard, GUMUCHDJIAN, Philip. **Cidades para um pequeno planeta**. São Paulo: Gustavo Gili, 2012.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel: FAPESP: Lincoln Institute, 2001.

COMPONENTE CURRICULAR	CAMPO DE FORMAÇÃO	CARGA HORÁRIA
MÉTODOS DE ANÁLISE REGIONAL	Formativo	60

EMENTA

Estudo das formulações teórico-metodológicas sobre as concepções de Região e Regionalização, focalizando suas aplicações às políticas territoriais e, destacando suas possibilidades explicativas das práticas espaciais. Estudos de caso.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BEZZI, Meri L. **Região**: uma (re)visão historiográfica da gênese aos novos paradigmas. Santa Maria (RS): UFSMT, 2004.

CASTRO, I. E. **O mito da necessidade**: discurso e prática do regionalismo nordestino. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1992.

CORRÊA, Roberto L. **Região e organização espacial**. São Paulo: Ática, 1987.

DINIZ, Clélio C.; CROCCO, M. A. **Economia regional e urbana**: contribuições teóricas recentes. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

FELDMAN, Sarah; FERNANDES, Ana (orgs.). **O urbano e o regional no Brasil contemporâneo**: mutações, tensões, desafios. Salvador: EDUFBA, 2007.

GONÇALVES, M. F.; BRANDÃO, C. A.; GALVÃO, A. C. (Orgs.) **Regiões e cidades, cidades nas regiões**: o desafio urbano regional. São Paulo: UNESP/ANPUR, 2003.

HAESBAERT, R. **Regional-global**: dilemas da região e da regionalização na Geografia Contemporânea. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

PIQUET, R. **Indústria e território no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

COSTA, W. M. **Geografia política e geopolítica**. São Paulo: Hucitec/Edusp, 1992.

DAMIANI, A. L.; CARLOS, A. F. A.; SEABRA, O. C. L. (Org.). **O espaço no fim de século**: a nova raridade. São Paulo: Contexto, 1999.

LAVINAS, Lena; CARLEIAL, Liana M.; NABUCO, Maria Regina. **Reestruturação do espaço urbano e regional no Brasil**. São Paulo: ANPUR/HUCITEC, 1993.

LAVINAS, L., CARLEIAL, L. M. F., NABUCO, M. R. (Orgs.). **Integração, região e regionalismo**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.

LENCIONI, S. **Região e Geografia**. São Paulo: Edusp, 1999.

RIBEIRO, A. C.; TAVARES, H.; NATAL, J.; PIQUET, R. (orgs.). **Globalização e território**: ajustes periféricos. Rio de Janeiro: IPPUR; Arquimedes Edições, 2005.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo**: globalização e meio técnico-científico informacional. São Paulo: Hucitec, 1994.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1997.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria L. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2001.

COMPONENTE CURRICULAR	CAMPO DE FORMAÇÃO	CARGA HORÁRIA
POLÍTICA E PLANEJAMENTO DOS TRANSPORTES	Formativo	90

EMENTA

O processo de formulação de Políticas de Transporte. Política nacional de transporte urbano. Articulação das políticas de desenvolvimento urbano, transportes e circulação. Planejamento de transporte. A previsão da demanda: a geração e distribuição de viagens. A análise da oferta: indicadores de acessibilidade. Novas abordagens de planejamento: o urbanismo das redes e o gerenciamento da mobilidade. Redes integradas de Transporte Público: a lógica operacional e o atendimento espacial da Demanda. Princípios para a elaboração de uma Rede de Transporte Público. Qualidade e eficiência do transporte público.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BERGMAN, L.; RABI, N. I. A. **Mobilidade e política urbana**: subsídios para uma gestão integrada. Rio de Janeiro: IBAM; Ministério das Cidades, 2005.

BRASIL. Gerência do Sistema de Transporte Público - STPP. **Módulos de Treinamento**. Brasília: EBTU, Empresa Brasileira de Transportes Urbanos, Ministério da Habitação, Urbanismo e Meio-Ambiente, 1988. Fascículos 1 a 8.

CAMPOS, V. B. G. **Planejamento de transportes**: conceitos e modelos de análise. Rio de Janeiro: IME. Disponível em: <http://aquarius.ime.eb.br/~webde2/prof/vania/apostilas/Plan2007.pdf>. Acesso em: 08 mar. 2013.

TOLLEY, R.; TURTON, B. **Transport systems, policy and planning**: a geographical approach. London: Longman Scientific & Technical, 1997.

VASCONCELLOS, E. A. **Transporte Urbano, espaço e equidade**: análise das políticas públicas. São Paulo: Annablume, 2001.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ANTP - ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRANSPORTES PÚBLICOS. **Programa de capacitação gerencial em transporte público urbano.** São Paulo: ANTP, 1998.

BANISTER, D. **The sustainable mobility paradigm**: transport policy. [s. l.]: Elsevier, 2008.

DUPUY, G. **El urbanismo de las redes**: teorías y métodos. Paris: Armand Colin, 1992.

GOMIDE, A. A. **Transporte urbano e inclusão social**: elementos para políticas públicas. Brasília: IPEA, 2003. (IPEA - Texto para discussão, n. 960).

MOLINERO, A. R. M.; ARELLANO, L. I. S. **Transporte público**: planeación, diseño, operación y administración. Cidade do México: Universidad Autônoma del Estado de México, 2005.

COMPONENTE CURRICULAR	CAMPO DE FORMAÇÃO	CARGA HORÁRIA
POLÍTICAS E PLANOS DE HABITAÇÃO	Formativo	90

EMENTA

Experiência histórica da política, dos planos e da produção da habitação de interesse social no Brasil. Financiamento, gestão e controle social do Direito à Moradia. Condução participativa de Diagnósticos habitacionais e de Avaliação Pós-Ocupação. Indicadores de gestão das políticas habitacionais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ARRETCHE, Marta (coord.). **Capacidades administrativas dos municípios brasileiros para a política habitacional.** Brasília/São Paulo: Ministério das Cidades/ CEM, 2012.

AZEVEDO, Sérgio de; ANDRADE, Luís Aureliano Gama de. **Habitação e poder**: da Fundação da Casa Popular ao Banco Nacional de Habitação. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

BONDUKI, Nabil G. **Origens da habitação social no Brasil**. São Paulo: Estação Liberdade / FAPESP, 1988.

CARDOSO, Adauto Lúcio (org.). **Habitação social nas metrópoles brasileiras**: uma avaliação das políticas habitacionais em Belém, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro e São Paulo no final do século XX. Porto Alegre: ANTAC, 2007.

FINEP/GAP(1988). **Habitação popular**: Inventário da ação governamental, Volume I. e II

LAGO, Luciana C. do. **Autogestão habitacional no Brasil**: utopias e contradições. IPPUR/UFRJ, 2010.

MINISTÉRIO DAS CIDADES. **Avanços e desafios**: Política Nacional de Habitação. Disponível em: <http://www.cidades.gov.br/images/stories/ArquivosSNH/ArquivosPDF/Avancos.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2010.

RIBEIRO, Luiz Cézar de Queiroz; PECHMAN, Robert. **O que é a questão da moradia**. São Paulo, Editora Brasiliense, 1983. (Primeiros Passos)

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BONDUKI, Nabil. **Habitação & autogestão:** construindo territórios de utopia. Rio de Janeiro: FASE, 1992.

FASE. **Caderno Planos Municipais de Habitação**: para a elaboração de planos municipais de Habitação de Interesse Social. Rio de Janeiro: FASE, 2009.

KOWARICK, Lúcio. **A espoliação urbana**. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

MARQUES, E. C. (coord.) **Assentamentos precários no Brasil urbano**. Brasília/São Paulo: Ministério das Cidades/CEM, 2007.

NUNES, Débora. **Pedagogia da participação**: trabalhando com comunidades. Salvador: UNESCO/Quarteto, 2002.

ROMÉRO, Marcelo de Andrade ; ORNSTEIN,Sheila Walbe . **Avaliação pós ocupação**: métodos e técnicas aplicados à habitação social. Porto Alegre: FINEP/ANTAC, 2003. Vol. 1. (Habitare).

SOUZA, Ângela Maria Gordilho. **Limites do habitar**: segregacão e exclusão na configuração urbana contemporânea de Salvador e perspectivas no final do século XX. Salvador: EDUFBA, 2000.

WERNA, Edmundo et. al. **Pluralismo na Habitação**. São Paulo: Annablume, 2004.

COMPONENTE CURRICULAR	CAMPO DE FORMAÇÃO	CARGA HORÁRIA
GESTÃO URBANA	Formativo	90

EMENTA

Modelos de administração pública e repercussões na intervenção urbana. Transformações do papel do Estado com os diversos agentes e atores urbanos. Federalismo Brasileiro e as implicações no atendimento das demandas urbanas. Descentralização e municipalização das políticas públicas de caráter urbano. Conceito e formas de aplicação dos instrumentos de intervenção institucionalizados nas três esferas de governo. Aspectos políticos culturais, financeiros e sociais da administração das cidades. Desenvolvimento e poder local. Participação e governança urbana. Conceito e aplicação de indicadores de avaliação da gestão urbana.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ARRETCHE, Marta. **Democracia, federalismo e centralização no Brasil**. Rio de Janeiro: Fiocruz/FGV, 2012.

COMPANS, R. **Empreendedorismo urbano**: entre o discurso e a prática. São Paulo: UNESP; ANPUR, 2005.

DOWBOR, Ladislau. **O que é poder local**. São Paulo: Brasiliense, 2008. (Primeiros Passos).

HARVEY, David. Do gerenciamento ao empresariamento: a transformação da administração urbana no capitalismo tardio. São Paulo, **Espaço & Debates**, n. 39, p. 48-54, 1996.

MARICATO, E. **O impasse da política urbana no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2011.

OLIVEIRA, Francisco de. **Aproximações ao enigma**: o que quer dizer desenvolvimento local? São Paulo: Pólis; Programa Gestão Pública e Cidadania/EAESP/FGV, 2001.

RODRIGUES, Rodrigo. **Tópicos especiais de finanças públicas**. XVI Prêmio Tesouro Nacional, 2011.

ROLNIK, Raquel; KLINK, Jeroen. Crescimento econômico e desenvolvimento urbano: por que nossas cidades continuam tão precárias? **Novos estududos**. CEBRAP, n. 89, 2011, p. 89-109.

SECCHI, Leonardo. Modelos organizacionais e reformas da administração pública. **Revista de Administração Pública** (RAP). Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, mar./abr. 2009, p. 347-69,

SOUZA, Marcelo Lopes de. **A prisão e a ágora**: reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão das cidades. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

AFONSO, J. R.; CARVALHO, L. N.; CASTRO, K. Desempenho comparado dos principais governos brasileiros depois de dez anos de LRF, In: **Revista Técnica dos Tribunais de Contas**, 2010, p. 13-46.

CARLOS, Ana Fani; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; SOUZA, Marcelo Lopes de (Org.). **A produção do espaço urbano**: agentes e processos, escalas e desafios. São Paulo: Contexto, 2009.CEPAM. **O município no século XXI**: cenários e perspectivas. São Paulo: [s. n.], 1999.

DALLABRIDA, V. R. **Governança territorial e desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Garamond, 2011.

JANNUZZI, Paulo de Martino. **Indicadores sociais no Brasil**. 3. ed. Campinas: Alínea, 2004.

MARICATO, Erminia. Metrópoles desgovernadas. **Estudos Avançados**. v. 25, n. 71, 2011, p. 7-22.

COMPONENTE CURRICULAR	CAMPO DE FORMAÇÃO	CARGA HORÁRIA
INTRODUÇÃO AO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)	Formativo	60

EMENTA

Perspectivas teórico-metodológicas, relação Sujeito e Objeto de conhecimento. Paradigmas das ciências sociais vinculados à pesquisa urbana. Processo de conhecimento e interpretação da realidade, valores e visões de mundo. Recorte temporal e espacial do objeto de estudo; formulação do problema de pesquisa. Projeto de pesquisa. Instrumentos de investigação. Elaboração de projeto de pesquisa a ser desenvolvido no TCC.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CHAUI, Marilena. **O que é ideologia?** São Paulo: Brasiliense, 2008. (Primeiros Passos).

DEMO, P. **Metodologia do conhecimento científico**. São Paulo: Atlas, 2000.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2001.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Técnicas de pesquisa**: planejamento e execução de pesquisas, elaboração, análise e interpretação dos dados. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1985.

LÖWY, Michel. **Ideologias e ciência social**: elementos para uma análise marxista. 18. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

SANTOS, Boaventura de S. **Introdução a uma ciência pós-moderna**. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

VIEIRA, S. **Como elaborar questionários**. São Paulo: Atlas, 2009.

VILLAÇA, Flávio. Metodologia de pesquisa. **Oculum Ensaios**, Campinas, n. 09-10, p. 106-115, jan./dez. 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BARBIER, R. **A pesquisa-ação**. Brasília: Líber Livro, 2007.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Ed. 70, 2009.

BRANDÃO, C. R. **Pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense, 1999.

DEMO, P. **Metodologia científica em ciências sociais**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1995.

DENZIN, N. K; LINCOLN, Y. S. **O planejamento da pesquisa qualitativa**: teorias e abordagens. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

GATTI, B. A. **Grupo focal na pesquisa em Ciências Sociais e Humanas**. Brasília: Liber Livro, 2005.

TRIVINHO, E. **O mal-estar da teoria**: a condição da crítica na sociedade tecnológica atual. Rio de Janeiro: Quarteto, 2001.

COMPONENTE CURRICULAR	CAMPO DE FORMAÇÃO	CARGA HORÁRIA
LABORATÓRIO REGIONAL	Integrador	90

EMENTA

Investigação, análise, síntese e interpretação dos conceitos urbanos e regionais, enfatizando as correlações entre as referidas escalas, os agentes e processos espaciais envolvidos na produção, e na reprodução do espaço em termos regionais. O conceito de Rede Urbana. Aprofundamentos teóricos e conceituais no contexto regional visando intervir nesta dinâmica, propondo soluções integradas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BORJA, J.; CASTELLS, M. **Local y global**; la gestión de las ciudades en la era de la información. Madrid: Taurus, 1997.

BRANDÃO, C. A. **Território e desenvolvimento**: as múltiplas escalas entre o local e o global. Campinas: UNICAMP, 2012.

CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (Org.). **Geografia**: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

CORRÊA, R. L. **Região e organização espacial**. São Paulo: Ática, 1986.

DALLABRIDA, V.R. **O desenvolvimento regional**: a necessidade de novos paradigmas. Ijuí: UNIJUÍ, 2000.

FREITAS, Carlos Geraldo Luz de (coord). **Planos diretores municipais**: integração regional estratégica: roteiro metodológico. Porto Alegre: Habitare, ANTAC, 2007.

OLIVEIRA. Francisco. **Elegia para uma re(li)gião**. Petrópolis: Paz e Terra, 1984.

SIMÕES, Rodrigo Ferreira. **Métodos de análise regional e urbana: diagnóstico aplicado ao planejamento.** Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2005.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CAPEL, H. **La morfología de las ciudades**: sociedad, cultura y paisaje urbano. Madrid: Ediciones del Serbal, 2002.

CEPAL. **El espacio regional**: hacia la consolidación de los asentamientos humanos en América Latina y el Caribe. Santiago de Chile: Naciones Unidas, 2001.

CORRÊA, R. L. **A rede urbana**. São Paulo: Ática, 1989.

CORRÊA, R. L. **Trajetórias geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

CORRÊA, R. L. **O espaço urbano**. 4. ed. São Paulo: Ática, 2002.

FERNANDES, R.B. Região, evolução do conceito e fenômenos de poder e dominação. **Cadernos de Ciências Humanas**. Feira de Santana: DCHF, n.2, p. 67-77, maio 1996.

RIBEIRO, L.C. de Q. (Org.). **O futuro das metrópoles**: desigualdade e governabilidade. Rio de Janeiro: Revan/FASE, 2000.

SCOTT, A. J., AGNEW, J., SOJA, E. W., STORPER, M. Cidades: regiões globais. **Espaço & Debates**. São Paulo, a. XVII, n. 41, p. 11-25. 2001.

SEBRAE. **Subsídios para a identificação de clusters no Brasil.** São Paulo: SEBRAE, 2002.

COMPONENTE CURRICULAR	CAMPO DE FORMAÇÃO	CARGA HORÁRIA
ESTÁGIO SUPERVISIONADO	Formativo	225

EMENTA

Desenvolvimento de atividades em organizações públicas, privadas ou do terceiro setor formalmente estabelecidas. Aplicação de conhecimentos assimilados nos componentes curriculares do curso.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BIANCHI, Anna Cecilia de Moraes; ALVARENGA, Marina; BIANCHI, Roberto. **Manual de orientação estágio supervisionado**. 4. ed. São Paulo: Cencage Learning, 2009.

BRASIL, Presidência da República. **LEI Nº 11.788/** de setembro de 2008. Dispõe sobre Estágio de Estudantes... Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11788.htm>

BRASIL, Presidência da República. **LEI Nº 11.888** de dezembro de 2008. Assegura a famílias de baixa renda assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social e... Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11888.htm>.

GARDACHO, Sandra Regina (org.). **Estágio supervisionado curricular na graduação**: experiências e perspectivas. São Paulo: Pietrobon, 2006.

LIMA, Manolita Correia; OLIVO, Silvio (orgs.). **Estágio supervisionado e trabalho de conclusão de curso**. São Paulo: Thomson Learning, 2006.

UNEB. **Resolução CONSEPE nº 795/2007** que regulamenta, de forma geral, as atividades de estágio. Salvador: UNEB, 2007.

UNEB. **Regimento Geral**. Salvador: UNEB, 2012.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ARRETCHE, Marta. Tendências no estudo sobre avaliação. In: RICO, Elizabeth. **Avaliação de políticas sociais: uma questão em debate**. São Paulo: Cortez, 1998.

BRASIL, Presidência da República. **LEI 6.766**, de dezembro de 1979, Dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano e... Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6766.htm>.

SILVA; MELLO. **O processo de implementação de políticas públicas no Brasil**: características e determinantes da avaliação de programas e projetos. Caderno N. 48. NEPP, Unicamp, 2000.

COMPONENTE CURRICULAR	CAMPO DE FORMAÇÃO	CARGA HORÁRIA
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)	Formativo	90

EMENTA

Desenvolvimento de pesquisa ou projeto de intervenção tendo como objeto de estudo fatos, fenômenos, problemas, práticas e/ou demandas de caráter urbano e/ou regional.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6022**: informação e documentação: artigo em publicação periódica científica impressa: apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2003.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 10719**: informação e documentação: relatório técnico e/ou científico: apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2011.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 14724**: informação e documentação: trabalhos acadêmicos: apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2011.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**. São Paulo: Cortez, 2011.

VIEIRA, S. **Como escrever uma tese**. São Paulo: Pioneira, 2009.

YIN, R.K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 3. ed. Porto Alegre: ArtMed. 2005.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ANDRADE; ROMERO. **Projeto urbano e seus condicionantes**. 2007. disponível em: <http://www2.videolivraria.com.br/pdfs/8700.pdf>.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 10520**: informação e documentação: apresentação de citações em documentos. Rio de Janeiro: ABNT, 2002.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6023**: informação e documentação: referências – elaboração. Rio de Janeiro: ABNT, 2002.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6027**: informação e documentação: sumário: apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2003.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6028**: informação e documentação: resumo: apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2003.

CDHU. **Manual técnico de projetos**. 2008. Disponível em <http://www.cdhu.sp.gov.br/download/manuais-e-cadernos/manual-de-projetos.pdf>.

COMPONENTE CURRICULAR	CAMPO DE FORMAÇÃO	CARGA HORÁRIA
CAMPO-CIDADE NO BRASIL	Optativo	60

EMENTA:

Analisa as transformações socioespaciais contemporâneas no campo e nas cidades brasileiras à luz das principais interpretações sobre a relação campo-cidade no âmbito das humanidades.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

GONÇALVES, Maria F. (org.). **O novo Brasil urbano**: impasses/dilemas/perspectivas. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1995.

LEFEBVRE, Henri. **De lo rural a lo urbano**. Buenos Aires: Lotus Mare, 1976.

MOISÉS, J. A. **Contradições urbanas e movimentos sociais**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

SPOSITO, Maria E. B.; WHITACKER, Arthur M. (Orgs.). **Cidade e campo**: relações e contradições entre urbano e rural. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

VEIGA, José E. **Cidades imaginárias**: o Brasil é menos urbano do que se calcula. Campinas: Autores Associados, 2002.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: NOBEL/FAPESP, 1998.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ABRAMOVAY, Ricardo. **O futuro das regiões rurais**. Porto Alegre: UFRGS, 2003.

CARLOS, Ana Fani Alessandri (Org.). **Os caminhos da reflexão sobre a cidade e o urbano**. São Paulo: Edusp, 1994.

DAMIANI, Amélia L.; CARLOS, Ana F. A.; SEABRA, Odete C. L. (Orgs.). Espaço no fim de século: a nova raridade. São Paulo: Contexto, 1999.

FELDMAN, S.; FERNANDES, A. (Eds.). **O urbano e o regional no Brasil contemporâneo**: mutações, tensões, desafios. Salvador: EDUFBA, 2007.

LOPES, Diva M. F.; HENRIQUE, Wendel (Orgs.). **Cidades médias e pequenas**: contradições, mudanças e permanências nos espaços urbanos. Salvador: SEI, 2012. (Série Estudos e Pesquisas, 94).

MARTINS, José de Souza. **A sociabilidade do homem simples**. São Paulo: Hucitec, 2000.

MARTINS, José S. **Introdução crítica à sociologia rural**. São Paulo: Hucitec, 1981.

VELHO, Guilherme O. **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

COMPONENTE CURRICULAR	CAMPO DE FORMAÇÃO	CARGA HORÁRIA
CENTRALIDADES URBANAS	Optativo	60

EMENTA

Conceito de centro urbano. Teorias de localização, centralidades e estrutura urbana. Centralidade e sub-centralidades. Outras centralidades. Estudo das centralidades em Salvador.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ABLAS, Luiz Augusto. **A teoria do lugar central**: bases teóricas e evidências empíricas. São Paulo: IPE/USP, 1982. (Estudos Econômicos, 20)

CORRÊA, Roberto. **O espaço urbano**. 4. ed. São Paulo: Ática, 1999. (Princípios)

ELIADE, Mircea. **O sagrado e o profano**: a essência das religiões. São Paulo: Martins Fontes, 1992. (Tópicos)

EUFRÁSIO, Mário A. **Estrutura urbana e ecologia humana**: a escola sociológica de Chicago (1915-1940). São Paulo: Editora 34, 1999.

MARICATO, Ermínia (Org.). **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil Industrial**. São Paulo: Alfa-Omega, 1979. (Urbanismo)

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano do Brasil**. São Paulo: Studio Nobel: FAPESP: Lincoln Institute, 1998.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CORRÊA, Roberto L. A rede de localidades centrais nos países subdesenvolvidos. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, 50 (01), p. 61-83, 1988.

CARVALHO, Ilce Maria Marques de. **A centralidade em Salvador**: parâmetros para um debate. 1997. 165 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - UFBA/Faculdade de Arquitetura, Salvador.

OLIVIERI, Alberto. **Centros e subcentros em Salvador**. Salvador: OCEPLAN/CNPq, 1984.

SALVADOR. **Estudo da distribuição do setor terciário de Salvador**. Salvador, 1978.

SAMPAIO, Antônio Heliodório Lima. **Formas urbanas**: cidade real & cidade ideal contribuição ao estudo urbanístico de Salvador. Salvador: Quarteto/PPG/AU, Faculdade de Arquitetura da UFBA, 1999.

SAMPAIO, Antônio Heliodório Lima. Em busca da modernidade: três desenhos para Salvador metrópole. **Cidade e História**, Salvador, Mestrado de Arquitetura/UFBa, [s.d.], pp. 159-167.

SANTOS NETO, Isaias de C. **Centralidade urbana**: espaço e lugar. 1991. 202 f. Tese (Doutorado em Urbanismo) - USP/Faculdade de Arquitetura, São Paulo.

SANTOS, Milton. **O centro da cidade de Salvador**. Salvador: UFBA, 1959.

SCHEINOWITZ, A. S. **O macroplanejamento da aglomeração de Salvador**. Salvador: Secretaria de Cultura e Turismo, EGBA, 1998.

COMPONENTE CURRICULAR	CAMPO DE FORMAÇÃO	CARGA HORÁRIA
CIÊNCIAS DO AMBIENTE	Optativo	60

EMENTA:

Meio ambiente e Ecologia. Recursos naturais. Ambientes brasileiros. O homem como ameaça ao ambiente: poluição e controle da poluição. Gestão ambiental. Direito ambiental.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ACOT, P. **História da ecologia**. 2. ed. São Paulo: Campus, 1999.

BRANCO, S. M. E ROCHA, A. A. **Elementos de ciências do ambiente**. São Paulo: CETESB, 1987.

MACHADO, T.A. L. **Direito ambiental brasileiro**. São Paulo: Malheiros, 1992.

MARGULIS, S. **Meio ambiente**: aspectos técnicos e econômicos. Brasília: IPEA, 1990.

ODUM, E. P. **Ecologia**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1988.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BRAGA, Benedito et al. **Introdução à engenharia ambiental**. São Paulo: Prentice Hall, 2002.

BRANCO, Samuel Murgel et al. **Ciências do ambiente para universitários**. São Paulo: CETESB, 1980.

HINRICH, Roger A.; KLEINBACH, Merlin. **Energia e meio ambiente**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

LEITE. José Rubens Morato; BELLO FILHO, Ney de Barros (org.). **Direito ambiental contemporâneo**. Barueri: Manole, 2004.

MOTA, Suetônio. **Introdução à engenharia ambiental**. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental, 2008.

PRADO FILHO, José Francisco. **Ciências do ambiente**: ecologia, degradação e proteção ambiental, Ouro Preto: UFOP, 1992.

COMPONENTE CURRICULAR	CAMPO DE FORMAÇÃO	CARGA HORÁRIA
CIRCULAÇÃO URBANA E TRANSPORTE NÃO MOTORIZADO	Optativo	60

EMENTA

Circulação urbana, transporte e desenvolvimento urbano. Noções de engenharia de trafego e de desenho viário. Planejamento do transporte não motorizado: fluxos e redes de pedestres e ciclistas. Microacessibilidade e nível de serviço. O gerenciamento da mobilidade e os modos não motorizados.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BRASIL/PROGRAMA BRASILEIRO DE MOBILIDADE POR BICICLETA – BICICLETA BRASIL. **Caderno de referência para elaboração de plano de mobilidade por bicicleta nas cidades**. Brasília: Secretaria Nacional de Transporte e da Mobilidade Urbana, 2007.

CERVERO, R. **Transforming cities with transit**. Washington, D.C.: The World Bank, 2013.

GEA21. **La movilidad sostenible en la planificación urbanística y territorial**: grupo de estúdios y alternativas, promotion: sustainable mobilty at home. Navarra: Espanha, 2010.

IMTT. **Rede viária**: princípios de planeamento e desenho, pacote da mobilidade. Brasília: Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres/IMTT, 2011.

PORTUGAL, L. S., (Org.) **Pólos geradores de viagens orientados à qualidade de vida e ambiental**: Modelos e Taxas de Geração de Viagens. Rio de Janeiro: Interciência, 2005 .

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BANISTER, D. The sustainable mobility paradigm. **Transport policy**, Elsevier Ltd. 15, p. 73-80, 2008.

DUPUY, G. **El urbanismo de las redes**: teorías y métodos. Paris: Armand Colin, 1992.

FERRARI, C. **Curso de planejamento municipal integrado**. São Paulo: Mackenzie, 1991.

MOLINERO, A. R. M.; ARELLANO, L. I. S. **Transporte público**: planeación, diseño, operación y administración. México: Universidad Autônoma del Estado de México, 2005.

VASCONCELLOS, E. A. **Transporte urbano, espaço e equidade**: análise das políticas públicas. São Paulo: Annablume, 2001.

COMPONENTE CURRICULAR	CAMPO DE FORMAÇÃO	CARGA HORÁRIA
CONTABILIDADE GERAL	Optativo	60

EMENTA

Conceito. Objetivos. Elementos básicos. Sistema contábil. Campo de aplicação da contabilidade. Gestão. Patrimônio. Escrituração. Plano de Contas. Instrumentos de levantamento contábil. Demonstrações financeiras. Problemas contábeis de valorização e avaliação de estoque. Elaboração da Demonstração do Resultado do exercício.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ALMEIDA, Marcelo Cavalcante. **Curso básico de contabilidade**: introdução à metodologia da contabilidade. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1998.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARION, José Carlos. **Introdução à teoria da contabilidade**. São Paulo: Atlas, 1999.

RIBEIRO, Osni Moura. **Contabilidade geral fácil**. São Paulo: Saraiva, 2002.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

FAVERO, Hamilton Luiz, et al. **Contabilidade**: teoria e prática. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1997. (v. 1).

GOUVEIA, Nelson. **Contabilidade básica**. São Paulo: Harbra, 2009.

NEVES, Silvério das; VICECONTI, Paulo E. V. **Contabilidade básica**. 6. ed. São Paulo: Frase, 1998.

SILVA, Cesar Augusto Tibúrcio. **Contabilidade básica**. São Paulo: Atlas, 1999.

MARION, J.C. **Contabilidade básica**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

COMPONENTE CURRICULAR	CAMPO DE FORMAÇÃO	CARGA HORÁRIA
DESENVOLVIMENTO LOCAL PARA CIDADES SUSTENTÁVEIS	Optativo	60

EMENTA:

Estudo dos processos educativos e formativos implicados na relação planejamento, gestão e desenvolvimento local sustentável, com ênfase nas problemáticas urbanas contemporâneas. Compreender historicamente as concepções de desenvolvimento e de comunidades, a importância do planejamento urbano participativo e da educação para o desenvolvimento sustentável das cidades. Estudo das teorias sociológicas que relacionam o fenômeno urbano com a educação e o desenvolvimento. Experiências urbanas de planejamento, educação e desenvolvimento local sustentável. Sociabilidades Urbanas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ACSELRAD, H.; MELLO, C.; BEZERRA, G. **Cidade, ambiente e política**: problematizando a Agenda 21 local. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

ALVA, Eduardo N. (org.). **Metrópoles (In)sustentáveis**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1977.

COSTA, Francisco et al. **Incubação de empreendimento solidário popular**: fragmentos teóricos. João Pessoa: Ed da Universidade Federal da Paraíba, 2006.

ESPINHEIRA, Gey. **Metodologia e prática do trabalho em comunidade**: ficção do real: observar, deduzir e explicar: esboço da metodologia da pesquisa. Salvador: EDUFBA, 2008.

GADOTTI, Moacir. **Espaço da educação comunitária**. Disponível em: <http://www.paulofreire.org/Moacir_Gadotti/Artigos/Portugues/Educacao_Popular_e_EJA/Espaco_educ_comunitaria.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2006.

MENEGAT, R.; ALMEIDA, G. (org.). **Desenvolvimento sustentável e gestão ambiental nas cidades**: estratégias a partir de Porto Alegre. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

SANTOS, Boaventura S. (org.). **Produzir para viver**: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

_____. **O fórum social mundial**: manual de uso. São Paulo: Cortez, 2005.

SINGER, Paul. A recente ressurreição da economia solidária no Brasil. In: SANTOS, Boaventura S. (org.). **Produzir para viver**: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p. 82-129

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CASTRO, M. et al. **Cultivando vida desarmando violências**: experiências em educação, cultura, lazer, esporte e cidadania com jovens em situação de pobreza. Brasília: UNESCO, Brasil Telecom, Fundação Kellogg, BID, 2001.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

_____. **A educação na cidade**. São Paulo: Cortez, 1991.

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA. **Plano de ocupação para a área do miolo de Salvador**. Salvador: CONDER/SEPLAM, 1985.

COMPONENTE CURRICULAR	CAMPO DE FORMAÇÃO	CARGA HORÁRIA
DESENVOLVIMENTO URBANO DA BAHIA	Optativo	60

EMENTA:

Estudo do processo de formação/desenvolvimento das cidades baianas a partir de marcos espaciais e temporais. Realização de estudos de caso.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

FELDMAN, Sarah; FERNANDES, Ana (orgs.). **O urbano e o regional no Brasil contemporâneo**: mutações, tensões, desafios. Salvador: EdUFBA, 2007.

FONSECA, Antônio A. M. **Instituição e desenvolvimento territorial**: o desempenho municipal após a descentralização. Feira de Santana: UEFS, 2006.

SAMPAIO, Antônio H. L. **Formas urbanas**: cidade real & cidade ideal: contribuição ao estudo urbanístico de Salvador. Salvador: Quarteto/FAUFBA, 1999.

SOUZA, Marcelo L. **Mudar a cidade**: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA (SEI). **Cidades da Bahia**. Salvador: SEI, 1997. (Série estudos e pesquisas, 35).

SILVA, Sylvio B. M.; SILVA, Bárbara. C. N. **Estudos sobre globalização, território e Bahia**. Salvador: UFBA. Mestrado em Geografia, Departamento de Geografia, 2003.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALCOFORADO, Fernando. **Bahia**: desenvolvimento do século XVI ao século XX e objetivos estratégicos na era contemporânea. Salvador: EGBA, 2007.

BRANDÃO, Maria de Azevedo (org.). **Recôncavo da Bahia**: sociedade e economia em transição. Salvador: Casa de Jorge Amado, 1998.

DIAS, Patrícia C.; SANTOS, Jânio (Orgs.). **Cidades médias e pequenas**: teorias, conceitos e estudos de caso. Salvador: SEI, 2010. (Série Estudos e Pesquisas, 87).

GONÇALVES, M. F.; BRANDÃO, C. A.; GALVÃO, A. C. (Orgs.) **Regiões e cidades, cidades nas regiões**: o desafio urbano regional. São Paulo: UNESP/ANPUR, 2003.

GONÇALVES, N. M. S. et al. (Org.). **Os lugares do mundo**: a globalização dos lugares. Salvador: UFBA, 2000.

LOPES, Diva M. F.; HENRIQUE, Wendel (Orgs.). **Cidades médias e pequenas**: contradições, mudanças e permanências nos espaços urbanos. Salvador: SEI, 2012. (Série Estudos e Pesquisas, 94).

SILVA, Sylvio B. M.; SILVA, Bárbara. C. N. **Cidade e Região no Estado da Bahia**. Salvador: CED/UFBA, 1991.

VASCONCELOS, Pedro A.; SILVA, Sylvio C. B. (Orgs.). **Novos estudos de geografia urbana brasileira**. Salvador: EDUFBA, 1999.

VASCONCELOS, Pedro A. **Salvador**: transformações e permanências (1549-1999). Ilhéus: Editus, 2002.

COMPONENTE CURRICULAR	CAMPO DE FORMAÇÃO	CARGA HORÁRIA
DIREITO TRIBUTÁRIO URBANO	Optativo	60

EMENTA:

Sistema Tributário Brasileiro e Código Tributário Nacional. Competência Tributária Municipal. Orçamento Municipal e Receita Tributária. Fiscalidade e Extrafiscalidade Tributária. Fundos Municipais. Tributos Municipais. Planta Genérica de Valores Mobiliários. Progressividade no Tempo e no Espaço do IPTU. Funcionamento da Contribuição de Melhoria.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CARRAZZA, Roque Antônio. **Curso de direito constitucional tributário**. 28. ed. São Paulo: Malheiros, 2012.

MINISTÉRIO DAS CIDADES. **Financiamento das cidades**: instrumentos fiscais e de política urbana. Brasília: Ministério das Cidades, 2007 (disponível para download).

OLIVEIRA, Jose Jayme de Macedo. **Impostos municipais**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BARBOSA, Evandro Paes. **Progressividade do IPTU**. São Paulo: Pillares, 2007.

GOUVEA, Marcus de Freitas. **A extrafiscalidade no direito tributário**. Belo Horizonte: Del Rey, 2006.

PINTO, Bilac. **Contribuição de melhoria**. 2. ed. São Paulo: Forense, 2008.

COMPONENTE CURRICULAR	CAMPO DE FORMAÇÃO	CARGA HORÁRIA
ECONOMIA POLÍTICA DA URBANIZAÇÃO	Optativo	60

EMENTA:

Estudo do fenômeno urbano partindo das principais temáticas do pensamento urbanístico contemporâneo, tendo como enfoque os agentes e os projetos indutores de desenvolvimento urbano. Análise e compreensão da urbanização brasileira na contemporaneidade.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CASTELLS, Manuel. **A questão urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

GONÇALVES, Maria Flora (org.). **O novo Brasil urbano**: impasses/dilemas/perspectivas. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1995.

LEFEBVRE, Henri. **A Revolução Urbana**. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

MARICATO, Ermínia. **Brasil, cidades**: alternativas para a crise urbana. Petrópolis: Vozes, 2001.

RIBEIRO, Luis Cesar Q. **O futuro das cidades**: desigualdades e governabilidade. Rio de Janeiro: REVAN; Observatório IPPUR-UFRJ; FASE, 2000.

SOUZA, Marcelo L. **Mudar a cidade**: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BRANDÃO, Carlos A. L. (org.). **As cidades da cidade**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006. (Coleção IEAT).

CASTRIOTA, L. B. (org.). **Urbanização brasileira**: redescobertas. Belo Horizonte: C/Arte, 2003.

COSTA, Heloisa S. M.; COSTA, Geraldo M.; MENDONÇA, Jupira G.; MONTE-MÓR, Roberto L. M. (orgs). **Novas periferias metropolitanas**. Belo Horizonte: Ed c/Arte, 2006.

DAVIS, Mike. **Planeta Favela**. São Paulo: Boitempo, 2006.

DINIZ, Clélio C.; LEMOS, Mauro B. (Eds.). **Economia e território**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2005.

LEFEBVRE, Henri. **A cidade do capital**. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

LOJKINE, Jean. **O estado capitalista e a questão urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 1981.

RIBEIRO, Luis Cesar Q. R.; PECHMAN, Robert (orgs.). **Cidade, povo e nação**: gênese do urbanismo moderno. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

RIBEIRO, Luiz César Q.; SANTOS JR., Oswaldo (orgs.). **Globalização, fragmentação e reforma urbana**: o futuro das cidades brasileiras na crise. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1994.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo**: globalização e meio técnico-científico informacional. São Paulo: Hucitec, 1994.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993.

SECCHI, Bernardo. **Primeira lição de urbanismo**. São Paulo: Perspectiva, 2006.

TOURAINE, Alain. **Após a crise**. Petrópolis: Vozes, 2011.

COMPONENTE CURRICULAR	CAMPO DE FORMAÇÃO	CARGA HORÁRIA
ECOSSISTEMAS URBANOS	Optativo	60

EMENTA:

Ecossistemas Naturais e Antropizados, a pegada ecológica das cidades. Ferramentas de avaliação do desenvolvimento sustentável, índices e indicadores de sustentabilidade. Ecossistemas urbanos, estruturas de análise dos ecossistemas urbanos. Estrutura Ecológica e Estrutura Ecológica Urbana, importância das áreas verdes.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

AGENCIA DE ECOLOGIA URBANA DE BARCELONA. **Sistemas de indicadores y condicionantes para ciudades grandes y medianas**. [s.l.]: Ministerio de Medio Ambiente y Medio Rural e Marino.

ANGEOLETTO, F. **Pelos quintais de Sarandi**: ecologia urbana e planejamento ambiental. Rio de Janeiro: Observatório das Metrópoles, 2008.

DIAS, G.F. Elementos de ecologia urbana e sua estrutura ecossistêmica. **Meio Ambiente em Debate**, IBAM, Brasília-DF, n. 18, 1997.

LEGADO, P. **Indicadores para la ordenación sostenible del território**. Cap. VI. 2001.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

KORMONDY, E. J.; BROWN, D. E. **Ecologia Humana**. Coordenação Walter Neves. São Paulo: Atheneu, 2002.

COMPONENTE CURRICULAR	CAMPO DE FORMAÇÃO	CARGA HORÁRIA
ECO-URBANISMO PARTICIPATIVO E SOLIDÁRIO	Optativo	60

EMENTA

Teoria e prática de projetos urbanos sustentáveis, participativos e baseados na economia plural. Princípios de Sustentabilidade: desenho e gestão urbanos em harmonia com a natureza. Economia Solidária. Planejamento e gestão urbana participativa. Construindo a cidadania ativa e a justiça social: Pedagogia da participação.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CAPRA, Fritjof. **As conexões ocultas**: ciência para uma vida sustentável. São Paulo: Cultrix, 2002.

CARTA DO NOVO URBANISMO. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/07.082/262>. Acesso em: 08 mar. 2013.

FARR, Douglas. **Sustainable urbanism**: urban design with nature. New York: Jonh Wiley & Sons, 2008.

GENRO, Tarso; SOUZA, Ubiratan. **Orçamento participativo**: a experiência de Porto Alegre. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1997.

MORIN. Edgar. **O elogio da metamorfose**. Disponível em: <http://www.ecodebate.com.br/2010/01/12/elogio-da-metamorfose-artigo-de-edgar-morin/>. Acesso em 08 mar. 2013.

NUNES, Débora. **Incubação de empreendimentos de economia solidária**: uma aplicação da pedagogia da participação. São Paulo: Annablume, 2009.

NUNES, Débora. **Pedagogia da participação**: trabalhando com comunidades. 2. ed. Salvador: UNESCO; Quarteto, 2006.

PIRES, Valdemir Aparecido. **Participação da sociedade nos processos orçamentários**: a experiência brasileira recente. Brasília: Editora da UnB, 2000.

ROMERO, Marta Adriana Bustos. **Princípios bioclimáticos para o desenho urbano**. São Paulo: Projeto, 1988.

VIVERET. Patrick. **Por uma sobriedade feliz**. Salvador: Quarteto, 2012.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BROSE. Markus. **Metodologia participativa**: uma introdução a 29 instrumentos. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2001.

BURSTYN, Marcel; PERSEGONA, Marcelo. **A grande transformação ambiental**: uma cronologia da dialética homem-natureza. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

GONÇALVES, Carlos W. Porto. **Os (des)caminhos do meio ambiente**. São Paulo: Contexto, 2000.

NEIRA ALVA, Eduardo. **Cidades (in)sustentáveis**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1997.

ROMERO, Marta Adriana Bustos. **A arquitetura bioclimática do espaço público**. Brasília: UnB, 2007.

RUANO, Miguel. **Ecourbanismo**: entornos humanos sostenibles: 60 proyectos. Barcelona: Gustavo Gilli, 2000.

SACHS, Ignacy. **A terceira margem**: em busca do desenvolvimento. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

COMPONENTE CURRICULAR	CAMPO DE FORMAÇÃO	CARGA HORÁRIA
ERGONOMIA	Optativo	60

EMENTA

As adaptações do homem ao ambiente natural e tecnológico segundo sua anatomia e fisiologia. Ergonomia e espaço urbano.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

DORFLES, Gillo. **Novos ritos, novos mitos**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

LAVILLE, Antoine. **Ergonomia**. São Paulo: EPU/USP, 1977.

MUNARI, Bruno. **Das coisas nascem as coisas**. Portugal: Martins Fontes, 1981.

PANERO, Julios. **Las dimensiones humanas en los espacios interiores**. Barcelona: Gustavo Gili, 1993.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

IIDA, Itiro. **Ergonomia**: projeto e produção. São Paulo: Edgard Blucher, 1990.

LIMA, M. E. Antunes; ARAUJO, J. N. Garcia de. **Lesões por esforços repetitivos**: dimensões ergonômicas e psicossociais. Belo Horizonte: Saúde, 1998.

VERDUSSEM, Roberto. **Ergonomia**: a racionalização humanizada do trabalho. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1978.

COMPONENTE CURRICULAR	CAMPO DE FORMAÇÃO	CARGA HORÁRIA
ESPAÇOS PÚBLICOS	Optativo	60

EMENTA

Conceitos e características dos espaços públicos. As diversas configurações e apropriações dos espaços públicos: praticas sócio – culturais. Políticas e normatização urbanísticas para os espaços públicos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ABRAHAO, Sergio Luís. **Espaço público**: do urbano ao público. Rio de Janeiro: Annablume, 2008.

ALEX, Sun. **Projeto de praça**: convívio e exclusão no espaço público. São Paulo: SENAC, 2008.

BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade**: a busca por segurança no mundo atual. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

_____. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de muros**: crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: Edições 34/Edusp, 2000.

GOMES, Carlos. **Espaço urbano e criminalidade**: uma breve visão do problema. Disponível em: <http://www.observatorioseguranca.org/publicacoes.HTM>. Acesso em: 22 abr. 2007.

JACOBS, Janes. **Morte e vida de grandes cidades**. São Paulo: Martins fontes, 2000.

MARCUSE, Peter. Enclaves, sim; guetos, não: a segregação e o Estado. In: **Revista Espaços & Debates**. São Paulo, Annablume, v. 24, n. 45, jan./jul. 2004.

MARIANO DA SILVA, L. F.; VIANA NETO, J.; SILVA, A. M. (org.) **Paisagens mediadas**: olhares sobre a imagem urbana. Salvador: UNIFACS, 2008.

SERPA, Ângelo. **O espaço público na cidade contemporânea**. São Paulo: Contexto, 2007.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ANDRADE, Adriano Bittencourt. **O espaço em movimento**: a dinâmica da Pituba no século XX. Salvador: EDUFBA, 2005.

CAMBIAGHI, Silvana. **Desenho Universal**: métodos e técnicas para arquitetos e urbanistas. São Paulo: SENAC, 2007.

CARVALHO, Inaiá Maria Moreira de; PEREIRA, Gilberto Corso. **Como anda Salvador**. Salvador: EdUFBA, 2006.

LYNCH, Kevin. **A imagem da Cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

TERRA, Carlos G.; ANDRADE, Rubens de. **Paisagens culturais, interfaces entre o tempo e o espaço na construção da paisagem Sul-Americana**. Rio de Janeiro: UFRJ/Escola de Belas Artes, 2008.

COMPONENTE CURRICULAR	CAMPO DE FORMAÇÃO	CARGA HORÁRIA
ESTADO E REDES SOCIAIS	Optativo	60

EMENTA

Introdução às teorias de Estado, relação e conceito de Sociedade Civil. Modelos de Estado no Brasil. Estado em Weber (Estado burocrático), Estado Gerencial, Nova Administração Pública. Arranjos político-institucionais. Introdução ao estudo de redes sociais: conceito de rede, indicadores, aplicativos informatizados e utilização em estudos urbanos. Novos atores sociais e suas conexões em redes de relações, com ênfase para os movimentos sociais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

AGAMBEN, Giorgio. **Estado de exceção**. São Paulo: Boitempo, 2004.

BOBBIO, Norberto. **Estado, governo, sociedade**: para uma teoria geral da política. Petrópolis: Paz e Terra, 2007.

CARNOY, Martin. **Estado e teoria política**. Campinas: Papirus, 2004.

DAGNINO, Evelina (org.). **Sociedade civil e espaços públicos no Brasil**. São Paulo: Unicamp, 2002.

DAGNINO, Evelina; OLIVEIRA, Alberto J.; PANFICHI, Aldo (Orgs). **A disputa pela construção democrática na América Latina.** São Paulo: Unicamp, 2006.

MARQUES, Eduardo Cesar. **Estado e redes sociais**: permeabilidades e coesão nas políticas urbanas no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Revan; São Paulo: Fapesp. 2000.

MARTELETO, Regina Maria. Analise de redes sociais: aplicação nos estudos de transferência da informação. **Ciência e Informação**, Brasília, v. 30, n. 1, p. 71-81, 2010.

MONTAÑO, Calos; DURIGUETTO, Maria Lucia. **Estado, classe e movimento social.** São Paulo: Cortez, 2009.

OLIVEIRA, Francisco de; RIZEC, Cibele (orgs.). **A era da indeterminação**. São Paulo: Boitempo, 2007.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

AVRITZER, Leonardo; BIGNOTTO, Newton; GUIMARÃES, Juarez; STARLING, Heloisa Maria Murgel (org.). **Corrupção**: ensaios e críticas. Belo Horozonte: EdUFMG, 2012.

FISCHER, T. **Cidades estratégicas e organizações locais**. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

IANNI, Octávio. **Estado e capitalismo**. São Paulo: Brasiliense. 2000.

MOISÉS, José Álvaro (org.) **Democracia e confiança**: por que os cidadãos desconfiam das instituições públicas? São Paulo: Edusp, 2010.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista**: o ornitorrinco. São Paulo: Boitempo, 2003.

WEFFORT, F. Corrêa. **O populismo na política brasileira.** Rio de Janeiro : Paz e terra, 1989.

COMPONENTE CURRICULAR	CAMPO DE FORMAÇÃO	CARGA HORÁRIA
FINANÇAS PÚBLICAS	Optativo	60

EMENTA:

Sistema de Planejamento Brasileiro e Finanças Públicas. Federalismo fiscal. Histórico e instrumentos de controle das finanças municipais relativas às receitas e despesas de caráter urbano e regional. Sistema de acompanhamento da Gestão Fiscal, mecanismos de monitoramento, Publicidade, Transparência, Controle Social e accountability e conceitos envolvidos. Processos licitatórios, concessões e contratação pública. Os Fundos de participação, as transferências, as emendas e sua operacionalização em projetos urbanos e regionais. Contextualização, conceitos, metodologias e técnicas de aplicação do Orçamento participativo.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

AFONSO, J. R.; MEIRELLES, B. B.; CASTRO, K. P. de. Conjuntura fiscal: o que não se diz ou não se quer ver. **Revista de Administração Municipal do IBAM**, n. 264, p. 45-56, 2007.

ANDRADA, Antônio Carlos Doorgal de. **O Município na federação brasileira**: uma proposta. Belo Horizonte: Rona, 2003.

BREMAEKER , François E. J. de. Um futuro para os municípios brasileiros. **RCA – Revista de Controle e Administração**. v. 1, n. 1, jun. 2005. (p. 103-117).

BREMAEKER, François E. J. de. **Panorama das finanças municipais em 2003**. Rio de Janeiro:

IBAM/ENSUR/IBAMCO, 2004.

LEVY, E.; DRAGO, P. A. (Org.). **Gestão pública no Brasil contemporâneo**. São Paulo: Fundap, 2005.

SOUZA, Antonio Emanuel Andrade de. **Administrador**: desafios para as contas públicas em dez anos de Lei de Responsabilidade Fiscal. 2011.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

GREGGIANIN, E. **Lei de Responsabilidade Fiscal**: aspectos críticos. (mímeo), 2010.

LOPES. Cristiano Aguiar. Acesso à informação pública para a melhoria da qualidade dos gastos públicos: literatura, evidências e o caso brasileiro. **CPF**, n. 8, 2007.

REVISTA TÉCNICA DOS TRIBUNAIS DE CONTAS – RTTC. v.1, n. 0, set. 2010. Belo Horizonte: Fórum, 2010.

COMPONENTE CURRICULAR	CAMPO DE FORMAÇÃO	CARGA HORÁRIA
GESTÃO E MAPEAMENTO DE RISCOS SOCIOAMBIENTAIS	Optativo	60

EMENTA

Introdução ao gerenciamento de áreas de risco. Conceito de risco. Políticas públicas em prevenção de riscos socioambientais. Mobilização social para a redução de vulnerabilidades. Mapeamento de áreas de risco. Ações estruturais e não estruturais para redução de riscos. Planos de contingência.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CARVALHO, C. S.; MACEDO, E. S; OGURA, A. T. **Mapeamento de riscos em encostas e margem de rios**. Brasília: Ministério das Cidades/Instituto de Pesquisas Tecnológicas/IPT, 2007.

DALE, Peter F.; McLAUGHLIN, John D. **Land information management**: an introduction with special reference to cadastral problems in Third World countries. New York: Oxford University Press, 1990.

GUERRA, Antônio Teixeira; CUNHA, Sandra Batista da. **Impactos ambientais urbanos no Brasil**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

MARANDOLA JR., E; HOGAN, D.J. Vulnerabilidades e riscos: entre geografia e demografia. **Revista Brasileira de Estudos de População**, São Paulo, v. 22, n. 1, p. 29-53, jan./jun. 2005. Disponível em: <http://www.nepo.unicamp.br>. Acesso em: 04 de mar. 2013.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

LUCENA, Rejane. **Manual de formação de NUDEC's**. Brasilia: Ministério da Integração Nacional; Secretaria Nacional de Defesa Civil, 2005.

MINISTÉRIO DAS CIDADES. **Planejamento territorial urbano e política fundiária**. Brasília: MCidades, 2004. (Cadernos do Ministério das Cidades, v. 3).

PEREIRA, Elaine Campos; SOUZA, Marta Rovery de. **Interface entre risco e população**. Disponível em: <www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2006/docspdf/ABEP2006_592.pdf>. Acesso em: 04 mar. 2013.

VARGAS, Heliana Comim; RIBEIRO, Helena (orgs.). **Novos instrumentos de gestão ambiental urbana**. São Paulo: EDUSP, 2001.

COMPONENTE CURRICULAR	CAMPO DE FORMAÇÃO	CARGA HORÁRIA
IMAGENS URBANAS	Optativo	60

EMENTA:

Fotografia. Equipamento. A luz. Abertura, velocidade e sensibilidade. Profundidade de campo. Perspectiva e enquadre. Formatos de arquivos. O ato fotográfico. Ensaio e narrativa. Ajustes básicos (cor, brilho e contraste). Vídeo. Bases antropológicas e estruturação metodológica.Técnicas de filmagem e edição de documentários.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ADAMS, Ansel; BAKER, Robert. **A câmera**. São Paulo: SENAC, 2000.

BUSSELLE, Michael. **Tudo sobre fotografia**. 8. ed. São Paulo: Pioneira, 1998.

FREEMAN, Michael. **Grande manual de fotografia**. São Paulo: Princípio, 1994.

GOMES FILHO, João. **Gestalt do objeto**. São Paulo: Escrituras, 2000.

GUY, Gauthier. **O documentário**: um outro cinema. São Paulo: Papirus, 2010.

KUBRUSLY, Cláudio Araújo. **O que e fotografia**. 4. ed. São Paulo: Brasiliense,1983.

LANGFORD, Michael. **Fotografia básica**. São Paulo: Princípio, 1998.

LUCENA, Luiz Carlos. **Como fazer documentários**. São Paulo: Summus, 2009.

MÜLLER, Tania Mara Pedroso. **As aparências enganam?**: fotografia e pesquisa. São Paulo: De Petrus, 2011.

PEIXOTO, Clarice Ehlers. **Antropologia & imagem**. São Paulo: Garamond , 2010. (v. 1)

PUCCINI, Sérgio. **Roteiro de documentário**: da pré-produção à pós-produção. São Paulo: Papirus, 2011.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

LANGFORD, Michael; BILISSI, Efthimia. **Fotografia avançada de Langford**: guia completo para fotógrafos. 8. ed. São Paulo: Bookman, 2012.

FELDMAN-BIANCO, Bela. **Antropologia das sociedades contemporâneas**. 2. ed. São Paulo: UNESP, 2011.

MOURA, Edgar. **50 anos**: luz, câmara e ação. São Paulo: SENAC, 1999.

KEESE, Alexandre. **Adobe Photoshop**: tratamento & edição profissional de imagens. Itu: Desktop, 2008.

DONDIS, Donis A. **Sintaxe da linguagem visual**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

TRIGO, Thales. **Equipamento fotográfico**: teoria e pratica. São Paulo: SENAC, 1998.

GURAN, Milton. **Linguagem fotográfica e informação**. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1989

HEDGECOE, John. **Guia completo de fotografia**. São Paulo: Martins fontes, 1996.

KUBRUSLU, Claudio. **O que é fotografia**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

COMPONENTE CURRICULAR	CAMPO DE FORMAÇÃO	CARGA HORÁRIA
INFORMÁTICA APLICADA	Optativo	60

EMENTA

Fundamentos dos sistemas operacionais. Cenário das Tecnologias da Informação. Conjunto Office: manejo dos programas e sua aplicação em trabalhos e pesquisas acadêmicas. Aplicação de ferramentas eletrônicas para busca e disponibilização de informação. Softwares Multimídia. Noções de bancos de dados. Utilização de aplicativos especializados para processamento e sistematização de informação.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BRAGA, Denise Bertoli. **Ambientes digitais**: reflexões teóricas e práticas. São Paulo: Cortez, 2013.

FOINA, Paulo Rogerio. **Tecnologia da Informação:** planejamento e gestão. São Paulo: Atlas, 2008.

LAURINDO, Fernando José Barbin. **Tecnologia da Informação**: planejamento e gestão de estratégias. São Paulo: Atlas, 2008.

MEIRELLES, F. **Informática**: novas aplicações com microcomputadores. 2. ed. São Paulo: Makron Books. 2010.

NORTON, Peter. **Introdução à informática**. Rio de Janeiro: Makron Books, 1996.

VELLOSO, F. C. **Informática conceitos básicos**. 8. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2011.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ARGAS, Ricardo Viana. **Gerenciamento de projetos com o MS Project**. Rio de Janeiro: Brasport. 1999.

BARVIERI FILHO, Plinio. **Fundamentos de informática**: lógica para computação. São Paulo: LTC, 2012.

CAMPOS, Augusto. **O que é software livre**. 2006. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bl000004.pdf>. Acesso em: 04 mar. 2013.

CHEE, Brian J. S.; FRANKLIN JR, Curtis. **Computação em nuvem**: tecnologias e estratégias. São Paulo: Makron Books, 2013.

SOULA, José Maria Fiorino. **ISSO/IEC 20000**: gerenciamento de serviços de tecnologia da Informação. São Paulo: Brasport, 2013.

COMPONENTE CURRICULAR	CAMPO DE FORMAÇÃO	CARGA HORÁRIA
INTRODUÇÃO À ECONOMIA DOS TRANSPORTES	Optativo	60

EMENTA

Características econômicas dos transportes. Demanda de Transporte: Definições, características, comportamento de demanda, elasticidade e variações. Oferta de Transporte: Produção, diferentes tecnologias, custos e indicadores de desempenho. Os custos de produção do serviço de transporte coletivos por ônibus. Análise dos Mercados de Transportes. Estrutura de mercado, regulamentação e competição no setor de transporte por ônibus. Calculo dos custos de produção dos serviços e da tarifa.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BRASIL, Ministério dos Transportes. **Cálculo de tarifas de ônibus urbanos**: instruções práticas atualizadas. 2. ed. Brasília: GEIPOT, 1996.

FERRAZ, A. C. P. **Escritos sobre transporte, trânsito e urbanismo**. São Carlos; Ribeirão Preto: São Francisco, 1998.

FERRAZ, A. C. P.; TORRES, I. G. E. **Transporte público urbano**. São Carlos: Rima, 2001.

ORRICO FILHO, R. et al. **Ônibus urbano**: regulamentação e mercados. Brasília: LGE,1996.

SANTOS, E.; ARAGÃO, J. **Transporte em tempos de reforma**: ensaios sobre a problemática. Brasília: LGE, 2000.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BALASSIANO, R. **The future of urban bus.** Thesis for the degree of doctor, University of Westminster, UK, 1995.

BANCO MUNDIAL. **Cidades em movimento**: estratégia de transporte urbano do Banco Mundial. São Paulo: Sumatra, 2003.

BUTTON, K. J. **Transport economics**. United Kingdown: Edward Elgard, 1993.

FERNANDES, A. **Aspectos econômicos e gestão tarifaria**: curso de capacitação gerencial em transporte público urbano. São Paulo: ANTP, 1996.

MELLO, J. C. **Planejamento dos transportes.**, São Paulo: McGraw-Hill, 1975.

COMPONENTE CURRICULAR	CAMPO DE FORMAÇÃO	CARGA HORÁRIA
LEITURAS URBANAS E PRODUÇÃO DE TEXTOS CIENTÍFICOS	Optativo	60

EMENTA:

O texto argumentativo: características e estrutura. Monografia; relatório; artigo; resenha; resumo; ensaio. O ato de ler. Os diversos tipos de leitura. Técnica de leitura analítica. Documentação.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS – ABNT. **Apresentação de citações em documentos**: NBR 10520. Rio de Janeiro: ABNT, 1989.

GRANATIC, B. **Técnicas básicas de redação**. São Paulo: Scipioni, 1988.

MEDEIROS, João Bosco de. **Redação científica**: a prática de fichamentos, resumos, resenhas. São Paulo: Atlas, 1999.

REY, L. **Planejar e redigir trabalhos científicos**. São Paulo: Edgard Blucher, 1987.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 21. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

VIEIRA, S. **Como escrever uma tese**. Rio de Janeiro: Pioneira, 1991.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

LAKATOS, E. M., MARCONI, M. de A. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Atlas, 1996.

LAMPARELLI, Celso M. **Metodologia de pesquisa aplicada à arquitetura e urbanismo**. São Paulo: LAP/FAU/USP, 1996. (Cadernos do LAP)

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. **A construção do saber**: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

MARTINS, G. de A. **Manual para elaboração de monografias e dissertações**. São Paulo: Atlas, 1996.

SANTOS, João Almeida; PARRA FILHO, Domingos. **Metodologia científica**. São Paulo: Futura, 1998.

COMPONENTE CURRICULAR	CAMPO DE FORMAÇÃO	CARGA HORÁRIA
LIBRAS	Optativo	60

EMENTA

Demonstra, através de estudos teórico-práticos, as características socioculturais e linguísticas presentes na educação do surdo, realizando análises sobre o seu desenvolvimento linguístico como elemento fundamental e estruturante para a inserção deste nas práticas sociais locais e globais, dimensionando os processos teórico-metodológicos educacionais e educativos, na perspectiva da aquisição da LIBRAS como segunda língua para os sujeitos envolvidos no processo de inserção do surdo.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BRASIL. **Lei federal nº. 10.436**, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brsaília, 25 de abril de 2002. Diponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/2002/L10436.htm> Acesso em: 28 set. 2010.

FELIPE, Tanya Amaral. **Libras em contexto**: curso básico. Livro do Estudante. 4. ed. Brasília: Ministério da Educação; Secretaria de Educação Especial, 2004.

SÁ, Nídia Regina Limeira. **Cultura, poder e educação de surdos**. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2002.

_____. Ronice Müller de; KARNOPP, Lodenir Becker. **Língua de sinais brasileira**: estudos lingüísticos. v. 1. Porto Alegre: Artmed, 2004.

THOMA, A. S.; LOPES, M. C.(Orgs.) **A invenção da surdez**: cultura, alteridade, identidades e diferença no campo da educação. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2005.

_____. Ronice Müller de (Org.). **Estudos Surdos I**. Petrópolis: Arara Azul, 2006.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

FERNANDES, Eulalia. **Linguagem e surdez**. Porto Alegre: Artmed, 2003.

_____. **Problemas linguísticos e cognitivos do surdo**. Rio de Janeiro: Agir, 1990.

FERNANDES, V. **Papel dos hemisférios do cérebro**. Disponível em: <http://www.interFisio.com.Br>. Acesso em: 24 set. 2003.

SACKS, Oliver W. (1989) **Vendo vozes**: uma viagem ao mundo dos surdos. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SKLIAR, C. **A surdez**: um olhar sobre as diferenças. 2. ed. Porto Alegre: Mediação, 2001.

_____(Org.) **Atualidade da educação bilíngüe para surdos**. Porto Alegre: Mediação, 1999.

STROBEL, Karin. **As imagens do outro sobre a cultura surda**. Florianópolis: Ed UFSC, 2008.

TEIXEIRA, E.R. O Processo de Aquisição da Linguagem pela Criança. **Revista do Espaço Möebius**. Salvador, 2005.

COMPONENTE CURRICULAR	CAMPO DE FORMAÇÃO	CARGA HORÁRIA
METODOLOGIAS PARTICIPATIVAS DE PLANEJAMENTO E GESTÃO URBANOS	Optativo	60

EMENTA

Breve evolução das práticas de planejamento e gestão urbanos: do modelo tecnocrático ao modelo participativo. Noções de empoderamento, capacitação e pedagogia da participação. Técnicas participativas de planejamento e gestão urbanos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BROSE, M. (Org.) **Metodologia participativa**: uma introdução a 29 instrumentos. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2001.

BUARQUE, S. C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

FERREIRA, Francisco Whitaker. **Planejamento**: sim e não. 9. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

MATUS, C. **Política, planejamento e governo**. Brasília: IPEA, 1993. (Volumes 1 e 2)

NUNES, Débora. **Pedagogia da participação**: trabalhando com comunidades. Salvador: UNESCO/Quarteto, 2002. 130p.

SACHS, I. **Rumo à ecossocioeconomia**: teoria e prática do desenvolvimento. São Paulo: Cortez, 2007.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **A prisão e a ágora**: reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão das cidades. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BAUMAN, Zygmunt. **Em busca da política**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

BRASIL/MINISTÉRIO DAS CIDADES. **Plano diretor participativo**: guia para a elaboração pelos municípios e cidadãos. Brasília: MCidades, 2004.

CASTORIADIS, Cornelius. **A instituição imaginária da sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

DAGNINO, Evelina; TAGAGIBA, Luciana (org.). **Democracia, sociedade civil e participação**. Santa Catarina: Argos, 2007.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

HARVEY, David. **Espaços de esperança**. São Paulo: Loyola, 2004.

MAXIMIANO, A. C. A. **Administração de projetos**: como transformar idéias em resultados. São Paulo: Editora Atlas, 2008.

OOSTERLYNCK, S.; VAN DER BROECK, J.; ALBRECHTS, L.; MOULAERT, F. **Strategic spatial projects**: catalysts for change. New York: Taylor & Francis Group, 2011.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A gramática do tempo**: para uma nova cultura política. São Paulo: Cortez, 2006.

SENNETT, Richard. **O declínio do homem público:** as tiranias da intimidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

COMPONENTE CURRICULAR	CAMPO DE FORMAÇÃO	CARGA HORÁRIA
MÉTODOS ESTATÍSTICOS INFERENCIAIS	Optativo	60

EMENTA

Estimação de parâmetros: média e proporção. Tamanho mínimo de uma amostra aleatória simples. Testes de hipótese unilateral e bilateral. Testes de comparação entre duas amostras: testes de significância, teste dos sinais, teste t para dados pareados e para amostras independentes, tamanho de amostra. Analise de dados categorizados: o teste de associação qui-quadrado, medidas de associação. Introdução à regressão linear múltipla.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BARBETTA, Pedro. **Estatística aplicada às ciências sociais**. 7. ed. Santa Catarina: Ed. da UFSC, 2010.

LEVIN, Jack. **Estatística aplicada às ciências humanas**. 2. ed. São Paulo: Harbra, 1985.

MORETTIN, Bussab; WILTON, Pedro. **Estatística básica**. 7. ed. São Paulo: Atual, 2011.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

FONSECA, Jairo Simon da; MARTINS, Geraldo. **Curso de estatística**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1995.

LEVINE, David. **Estatística**: teoria e aplicações: usando Microsoft Excel. 6. ed. São Paulo: LTC, 2011.

MANN, Prem S. **Introdução à estatística**. 5. ed. São Paulo: LTC, 2006.

MORETTIN, Luiz Gonzaga. **Estatística básica**: probabilidade e inferência. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2012.

TRIOLA, Mário. **Introdução à estatística**. 10. ed. São Paulo: LTC, 2011.

COMPONENTE CURRICULAR	CAMPO DE FORMAÇÃO	CARGA HORÁRIA
PAISAGISMO	Optativo	60

EMENTA

Princípios e fundamentos do planejamento paisagístico. Evolução histórica e significados dos jardins na cidade, funções sociais das paisagens. Elementos de composição e estética. Concepção paisagística. Componentes e morfologia da paisagem. Cobertura vegetal no espaço urbano, topografia, solos e vegetação. Escala de intervenção. Classificações, caracterização, taxonomia e função urbana da flora. Monitoramento e manutenção de áreas verdes.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CHING, Francis D. K. **Arquitetura**: forma, espaço e ordem. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

DOURADO, Guilherme Mazza. **Modernidade verde**: jardins de Burle Marx. São Paulo: Edusp, 2010.

MACEDO, Silvio Soares. **Paisagismo brasileiro na virada do século**: 1990-2010. São Paulo: Edusp, 2010.

MACEDO, Silvio Soares; SAKATA, Francine Mariliz Gramach. **Parques urbanos no Brasil**. São Paulo: Edusp, 2010.

MAGALHÃES, Manuela Rapouso. **A arquitectura paisagística**: morfologia e complexidade. Lisboa: Estampa, 2001.

ROBBA, Fabio; MACEDO, Silvio Soares. **Praças brasileiras**. São Paulo: Edusp, 2010.

SAKATA, Francine Mariliz Gramacho. **Paisagismo urbano**: requalificação e criação de imagens. São Paulo: Edusp, 2010.

SALDANHA, Nelson. **O jardim e a praça**: o privado e o público na vida social e histórica. São Paulo: Edusp, 2010.

SCHUTZER, José Guilherme. **Cidade e meio ambiente**: a apropriação do relevo no desenho ambiental. São Paulo: Edusp, 2012.

SPIRN, Anne Whiston. **O jardim de granito**: a natureza no desenho da cidade. São Paulo: Edusp, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

FERRARA, Lucrécia D'Aléssio. **Os significados urbanos**. São Paulo: Edusp, 201?

LANDIM, Paula da Cruz. **Desenho de paisagem urbana**: as cidades do interior paulista. São Paulo. Edunesp, 2009.

SIQUEIRA, Vera Beatriz. **Burle Marx**. São Paulo: Cosac & Naify, 2001.

COMPONENTE CURRICULAR	CAMPO DE FORMAÇÃO	CARGA HORÁRIA
PATRIMÔNIO URBANO DE INTERESSE CULTURAL	Optativo	60

EMENTA:

Discutir o conceito de imagem urbana nas teorias de conservação e restauro urbano. Avaliar as leis e recomendações internacionais e nacionais de salvaguarda e intervenção do patrimônio urbano de interesse cultural e a sua representação na cidade contemporânea.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ARANTES, Antônio Augusto (Org.). **Produzindo o passado**: estratégias de construção do patrimônio cultural. São Paulo: Brasiliense, 1984.

BRANDI, Cesare. **Teoria de la restauración**. Madrid: Alianza Forma, 1977.

CASTRO, Sônia Rabelo de. **O Estado na preservação de bens culturais**. Rio de Janeiro: Renovar, 1991.

DOURADO, Odete. **Conservação ou restauração**: notas sobre uma relação ambígua. [s.l.: s.n.], 1989.

HARDOY, Jorge F.; SANTOS, Mário R. dos. **Impacto de la urbanización em los centros latinoamericanos**. Lima: Proyeto Regional de Patrimônio Cultural Desrollo PNUD/ UNESCO, 1983.

LEMOS, Carlos. **O que é patrimônio histórico**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

ROSSI, Aldo. **Arquitetura da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

RUSKIN, John. **A lâmpada da memória**. Salvador: UFBA, 1996.

VIOLLET-LE-DUC, Eugène Emmanuel. **Restauro**. Salvador: UFBA, 1994.

UNISINOS/Universidade do Vale do Rio dos Sinos. **Patrimônio Cultural**: documentos internacionais e nacionais sobre preservação de bens culturais. São Leopoldo: Editora da UNISINOS, 1978.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CESHI, Carlo. **Teoria e storia del restauro**. Roma: Mario Bulzoni Editore, 1957.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo**: trajetória política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

GRACIA, Francisco de. **Construir en lo construído**. Madrid: NEREA, 1992.

MILET, Vera. **A teimosia das pedras**: um estudo sobre a preservação do patrimônio ambiental do Brasil. Olinda: Prefeitura de Olinda, 1988.

MINC/ SPHAN/ FNPM. **Proteção e revitalização do patrimônio cultural no Brasil**: uma trajetória. Brasília, 1980.

REIS, LYSIE. **A história na vitrine**. Dissertação de mestrado. UFBA. 1998.

RIEGL, Aloís. **El culto moderno a los monumentos**. Madrid : Visor, 1987.

SANTOS, Carlos Nelson F. dos. **Preservar não é tombar, renovar não é por tudo abaixo**. Projeto, São Paulo: Projeto, n. 86, p. 59-63, abr., 1986.

SITTE, Camillo. **A construção das cidades segundo seus princípios artísticos**. São Paulo: Ática, 1992.

COMPONENTE CURRICULAR	CAMPO DE FORMAÇÃO	CARGA HORÁRIA
PERSPECTIVA	Optativo	60

EMENTA:

Conceito. Perspectiva axonométrica: isométrica, cavaleira, militar, dimétrica. Perspectiva cônica, ponto de fuga, linha de fuga. Perspectiva cônica com 1, 2 e 3 pontos de fuga.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CHING, Francis D. K.; JUROSZEK, Steven. **Representação gráfica em arquitetura**. Porto Alegre, Bookman, 2000.

MONTENEGRO, Gildo A. **A perspectiva dos profissionais**. 2. ed. São Paulo: Edgard Blucher, 2010.

TATON, René; FLOCON, Albert. **A perspectiva**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1979.

VELOSO FILHO, Raimundo Nonato. **Perspectiva cônica**. Brasília: Thesaurus, 1980.

WHITE, Gwen. **Perspectiva para artistas, arquitetos e desenhadores**. São Paulo: MartinsFontes, l968.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BELMIRO, Arnaldo. **Perspectiva para principiantes**. Rio de Janeiro: Edições de Ouro, 1979.

CLAUDI, Cláudio. **Manual de perspectiva**. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 1975.

GILL, Robert W. **Desenho de perspectiva**. São Paulo: Martins Fontes, 1974.

MACHADO, Adervan. **Geometria descritiva**. 27. ed. São Paulo: Projeto Editores Associados, 1986.

PARRAMON, José Maria. **Como desenhar em perspectiva**. Barcelona: Instituto Parramon Ediciones,1975.

THOMAE, Reiner. **Perspectiva e axonométrica**. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 1978.

COMPONENTE CURRICULAR	CAMPO DE FORMAÇÃO	CARGA HORÁRIA
POLITICA URBANA	Optativo	60

EMENTA:

Estudo da história das políticas urbanas no Brasil e na Bahia, analisando os principais rebatimentos espaciais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ACSELRAD, Henri. **A duração das cidades**: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

COSTA, G. M.; MENDONÇA, J. G. **Planejamento urbano no Brasil**: trajetória, avanços e perspectivas. Belo Horizonte: C/Arte, 2008.

FERNANDES, E. **Direito urbanístico e política urbana no Brasil**. Belo Horizonte: Del Rey, 2001.

MARICATO, Ermínia. **Impasse da política urbana no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2011.

RIBEIRO, Luis. C. Q (org). **O futuro das metrópoles:** desigualdades e governabilidade. Rio de Janeiro: REVAN; Observatório IPPUR/UFRJ-FASE, 2000.

SANTOS JR., Orlando Alves dos. **Reforma urbana:** por um novo modelo de planejamento e gestão das cidades. Rio de Janeiro: FASE; IPPUR-UFRJ/Observatório de Políticas Urbanas e Gestão Municipal, 1996.

SOUZA, Marcelo L. **Mudar a Cidade**: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ABRAMO, Pedro (org). **A cidade da informalidade**: o desafio das cidades latino-americanas. Rio de Janeiro: Sette Letras/ FAPERJ, 2003.

CARLOS, Ana Fani A. (Org.). **Os caminhos da reflexão sobre a cidade e o urbano no Brasil**. São Paulo: EDUSP, 1994.

CARLOS, Ana F. A. **A (re)produção do espaço urbano**. São Paulo: EDUSP, 2008.

GONÇALVES, Maria. F. (org.). **O novo Brasil urbano**: impasses/ dilemas/ perspectivas. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1995.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

LEFEBVRE, Henri. **A cidade do capital**. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

LOJKINE, Jean. **O estado capitalista e a questão urbana**. SP: Martins Fontes, 1981.

MARICATO, E.; ARANTES, O.; VAINER, C. **A cidade do pensamento único**. Petrópolis: Vozes, 2009.

MOISÉS, J. A. **Contradições urbanas e movimentos sociais**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

ROLNIK, Raquel. **A cidade e a lei**: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo. São Paulo: Studio Nobel/FAPESP, 1997.

SOUZA, Marcelo J. L. **O desafio metropolitano**: um estudo sobre a problemática sócio-espacial nas metrópoles brasileiras. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

STEINBERGER, Marília . **Território, ambiente e políticas públicas espaciais**. Brasília: Paralelo 15; LGE, 2006.

COMPONENTE CURRICULAR	CAMPO DE FORMAÇÃO	CARGA HORÁRIA
TEORIA DO ESPAÇO	Optativo	60

EMENTA:

Estudo das principais elaborações teóricas que contribuíram para construção de uma teoria social crítica do espaço, enfatizando a natureza e o conteúdo da espacialidade no âmbito do pensamento geográfico.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: AnnaBlume, 2005.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

MASSEY, Doreen. **Pelo espaço**: uma nova política da especialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

SOUZA, Marcelo L. **Mudar a cidade**: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BENÉVOLO, Leonardo. **As origens da urbanística moderna**. Lisboa: Presença; Martins Fontes, 1981.

BRANDÃO, Carlos A. L. (org.). **As cidades da cidade**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006 (Coleção IEAT).

CASTELLS, Manuel. **A questão urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

CASTRO, Iná E.; GOMES, Paulo C. C.; CORRÊA, Roberto L. **Olhares geográficos**: modos de ver e viver o espaço. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

CHOAY, Françoise. **O urbanismo**. São Paulo: Perspectiva, 2000.

CORRÊA, Roberto L. **A rede urbana**. São Paulo: Ática, 1989.

CORRÊA, Roberto L. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1989.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Loyola, 1999.

MOREIRA, Ruy. **Pensar e ser em Geografia**. São Paulo: Contexto, 2008.

SANTOS, Milton. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: EDUSP, 2005.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo**: globalização e meio técnico-científico informacional. São Paulo: Editora Hucitec, 1994.

SANTOS, Milton. (org.) **Território**: globalização, fragmentação. São Paulo: Hucitec, 1994.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993.

SANTOS, Milton. **O espaço dividido**: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. São Paulo: EDUSP, 2004.

SANTOS, Thereza Christina C. **Dinâmicas territoriais**. Brasília: CIOR, AAP, ABM, 2001.

SOUZA, Maria A. A. (Org.). **Território brasileiro**: usos e abusos. Campinas: Edições Territorial, 2003.

COMPONENTE CURRICULAR	CAMPO DE FORMAÇÃO	CARGA HORÁRIA
TOPOGRAFIA	Optativo	60

EMENTA:

Princípios e fundamentos da topografia. Planimetria e planialtimetria. Topografia aplicada à arquitetura e urbanismo. Desenho topográfico. Orientação e recursos técnicos disponíveis. Formas de relevo. Adequação de projetos as condições topográficas e as exigências legais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BORGES, A de C. **Topografia aplicada a engenharia civil**. São Paulo. Edgard Blucher, 1992. (Volumes 1 e 2)

MASCARÓ, J. L.; Yoshinaga, M. **Infra estrutura urbana**. Porto Alegre: +4 Editora, 2005.

MASCARÓ, J. L. **Loteamentos urbanos**. Porto Alegre: Editor L. Mascaró. 2005.

McCORMAC, Jack; SILVA, Daniel Carneiro da (Trad.). **Topografia**. 5. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2007.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

COMITÊ BRASILEIRO DE CONSTRUÇÃO CIVIL. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 13133**: execução de levantamento topográfico. Rio de Janeiro: ABNT, 1994.

ESPARTEL, Lelis. **Curso de topografia**. 7. ed. Porto Alegre: Globo, 1980.

JOLY, Fernand. **A cartografia**. 12. ed. Campinas: Papirus, 2009.

MASCARO, Lucia R. de. **Luz, clima e arquitetura**. São Paulo: Nobel, 1978.

MASCARÓ, J. Luis. **Infra-estrutura urbana**. Porto Alegre: Sagra, 2005.

COMPONENTE CURRICULAR	CAMPO DE FORMAÇÃO	CARGA HORÁRIA
TURISMO	Optativo	60

EMENTA:

Análise dos fundamentos teóricos e políticos que sustentam a ação pública e privada do turismo e interpretação dos resultados dessas intervenções na produção do espaço urbano e regional. Agentes, interesses e impactos segundo modalidades ou práticas de turismo. Turismo urbano, componentes do planejamento, monitoramento e avaliação. Turismo de Base Comunitária e participação social.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BARRETO, M. **Planejameto e organização em turismo**. Campinas: Papirus, 2001.

CRUZ, R. de C. A. **Política de turismo e território**. São Paulo: Contexto, 2000.

CRUZ, R. de C. A. **Introdução à geografia do turismo**. São Paulo: Roca, 2001.

RODRIGUES, A. A. B. (Org.). **Turismo e Geografia**: reflexões teóricas e enfoques regionais. 3.ed. São Paulo: HUCITEC, 2001.

RODRIGUES, A. A. B. **Turismo e espaço**: rumo a um conhecimento transdisciplinar. 3.ed. São Paulo: HUCITEC, 2001.

YÁZIGI, E.; CARLOS, A. F. A.; CRUZ, R. de C. A. da. (Orgs.). **Turismo**: espaço, paisagem e cultura. 3.ed. São Paulo: HUCITEC, 2002.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

COSTA, Heloisa S. M.; COSTA, Geraldo M.; MENDONÇA, Jupira G.; MONTE-MÓR, Roberto L. M. (orgs). **Novas periferias metropolitanas**. Belo Horizonte: Ed c/Arte, 2006.

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: AnnaBlume, 2005.

MASSEY, D. **Pelo espaço**: uma nova política da especialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

PORTUGUEZ, A. P. **Agroturismo e desenvolvimento regional**. 2.ed. São Paulo: HUCITEC, 2002.

RODRIGUES, A. A. B. (Org.). **Turismo e ambiente**: reflexoes e propostas. São Paulo: HUCITEC, 2000.

RODRIGUES, A. A. B. (Org.). **Turismo e desenvolvimento local**. 3.ed. São Paulo: HUCITEC, 2002.

RODRIGUES, A. A. B. (Org.). **Turismo**: modernidade: globalização. 3.ed. São Paulo: HUCITEC, 2002.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo**: globalização e meio técnico-científico informacional. São Paulo: Editora Hucitec, 1994.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo: razão e emoção. 2.ed. São Paulo: HUCITEC, 1997.

SILVA, A. C. **De quem é o pedaço?**: Espaço e Cultura. São Paulo: HUCITEC, 1986.

SILVA, J. B. et al (Orgs). **Panorama da geografia brasileira**. São Paulo: Annablume, 2006.

TRIGO, L. G. G. **A sociedade pós-industrial e o profissional em Turismo**. Campinas, SP: Papirus. 1998.

VERA, J. F. (Coord.). **Análisis territorial del turismo**. Barcelona: Ariel, 1997.

COMPONENTE CURRICULAR	CAMPO DE FORMAÇÃO	CARGA HORÁRIA
URBANIZAÇÃO EM PEQUENAS E MÉDIAS CIDADES	Optativo	60

EMENTA:

Análise, intepretação e compreensão dos mecanismos/processos de produção/reprodução do espaço e gestão urbana em cidades pequenas e médias. Realização de estudos de caso.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ANDRADE, T. A.; SERRA, R. V. (Orgs.). **Cidades médias brasileiras**. Rio de Janeiro: IPEA, 2001.

OLIVEIRA, José A. **Cidades brasileiras**: territorialidades, sustentabilidade e demandas sociais (Vol. 1). Manaus: Editora UFAM, 2009.

SPOSITO, Maria E. B. **Cidades médias**: espaços em transição. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SPOSITO, Maria E. B. (Org.). **Urbanização e cidades**: perspectivas geográficas. Presidente Prudente: UNESP/GAsPERR, 2001.

SPOSITO, Maria E. B.; SPOSITO, Eliseu S.; SOBARZO, Oscar. **Cidades médias**: produção do espaço urbano e regional. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BENÉVOLO, Leonardo. **As origens da urbanística moderna**. Lisboa, Presença: Martins Fontes, 1981.

BRANDÃO, Carlos A. L. **As cidades da cidade**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006 (Coleção IEAT).

CARLOS, Ana Fani. A. (Org.). **Os caminhos da reflexão sobre a cidade e o urbano no Brasil**. São Paulo: EDUSP, 1994.

CARLOS, Ana F. A. **A (re)produção do espaço urbano**. São Paulo: EDUSP, 2008.

CASTELLS, Manuel. **A questão urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

DIAS, Patricia C.; SANTOS, Janio (Orgs.). **Cidades médias e pequenas**: teorias, conceitos e estudos de caso. Salvador: SEI, 2010. (Série Estudos e Pesquisas, 87).

LEFEBVRE, Henri. **A vida cotidiana no mundo moderno**. São Paulo: Ática, 1991.

LOPES, Diva M. F.; HENRIQUE, Wendel. **Cidades médias e pequenas**: contradições, mudanças e permanências nos espaços urbanos. Salvador: SEI, 2012. (Série Estudos e Pesquisas, 94).

RIBEIRO, Luis Cesar Q. **O futuro das cidades**: desigualdades e governabilidade. Rio de Janeiro: REVAN; Observatório IPPUR-UFRJ; FASE, 2000.

RIBEIRO, Luis Cesar Q. R.; PECHMAN, Robert (orgs.). **Cidade, povo e nação**: gênese do urbanismo moderno. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

RIBEIRO, Luis. C. Q.; CARDOSO, Adauto L. **Reforma urbana e gestão democrática**. Rio de Janeiro: REVAN; IPPUR, 2003.

SANTOS JR, O. A. dos. **Reforma urbana**: por um novo modelo de planejamento e gestão das cidades. Rio de Janeiro: FASE; IPPUR-UFRJ/Observatório de Políticas Urbanas e Gestão Municipal, 1996.

SPOSITO, Maria E. B. **Capitalismo e urbanização**. São Paulo: Contexto, 1988.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: NOBEL/FAPESP, 1998.

14 Principais Mudanças

A finalidade deste capítulo é apresentar as principais mudanças realizadas na matriz curricular oriunda da implantação do Curso em 1996 (matriz atual), visando destacar os seguintes aspectos:

a) Os componentes curriculares novos, para a estrutura curricular proposta;
b) Os componentes que foram atualizados;
c) Os componentes que mudaram de posição (semestre) na estrutura curricular;
d) Os componentes que passaram da situação de obrigatórios para optativos e vice-versa; e,
e) Componentes que foram retirados da estrutura curricular.

Como foi destacado na Concepção do Curso, a matriz curricular oriunda da implantação do Curso de Urbanismo (1996, matriz atual), tem por característica principal o seu formato estanque, o qual revela a tradicional fragmentação disciplinar, característica de Cursos anteriores à promulgação da nova LDB. A estrutura rígida e constituída por limites claros e precisos, assim como por disciplinas apoiadas em pré-requisitos, não mais se adequado às atuais necessidades da sociedade e do mundo do trabalho.

Apoiados nos princípios descritos na legislação vigente, esta comissão considera fundamental superar esta estrutura, neste sentido a LDB e os encaminhamentos realizados através de pareceres e resoluções do CNE ampliam as estratégias de formação, incluindo nos currículos dos cursos superiores espaços flexíveis de aprendizado.

Outro aspecto a destacar, produto da análise da matriz curricular oriunda da implantação do Curso de Urbanismo em 1996, é a comprovação que as fontes bibliográficas da totalidade dos componentes curriculares estejam ultrapassadas, assim como, da necessidade evidente de atualização de conceitos e teorias, na maioria das áreas de conhecimento.

Para o caso particular do nosso Curso, como foi descrito, a concepção de um eixo curricular principal, que integre as diversas fases do curso, constitui-se em um elemento central da nova abordagem, sobre o qual os saberes, os conceitos, princípios, leis e quadros teórico-práticos, serão definidos e articulados. Este Eixo

principal funcionará como centro ou foco dos estudos tanto em fases específicas, como ao longo de todo o processo e integrará os saberes dos componentes curriculares possibilitando nesta estratégia que áreas ou núcleos de saberes sejam também articulados por atividades transversais especificas, viabilizando uma visão orgânica do processo de aprendizagem.

Os Laboratórios Urbanos e Regionais se constituem nos Componentes Curriculares Integradores, configurando o eixo curricular principal e formalizando um espaço de integração da teoria e da prática em urbanismo. Como foi mencionado, nestes componentes utiliza-se o espaço como categoria analítica e se articulará conhecimentos teóricos, técnicos e metodológicos, no contexto de uma estratégia interdisciplinar dirigida a integração efetivamente dos diversos componentes curriculares do curso.

Este eixo integrador viabilizará a integração horizontal/vertical na estrutura curricular e estará conformado pelos seguintes componentes curriculares: Introdução ao urbanismo (60 h.a.), Laboratório de Técnicas de Representação (90 h.a.), Laboratório de Projeto Urbanístico (60 h.a.), Laboratório Urbano I – Escala da Unidade de Vizinhança (90 h.a.), Laboratório Urbano II – Escala de Bairro (90 h.a.), Laboratório Urbano III – Escala da Cidade (90 h.a.) e Laboratório Regional (90 h.a.). Todos estes componentes, com exceção do Laboratório de Técnicas de Representação, são novos no sistema curricular proposto e foram produto de pesquisa e análise em termos de abordagem, marco teórico e fontes bibliográficas atualizadas, acorde com as necessidades da sociedade, do perfil profissiográfico proposto e do mundo do trabalho. A presente proposta de reformulação curricular estabelece mudança na carga horária total do Curso de 2970 horas/aula para 3195 horas/aula, esta diferença visa absorver principalmente as demandas colocadas pela criação do eixo curricular principal e integrador.

Conceitualmente a integração das disciplinas Técnicas de Análise Urbana e Planejamento do Espaço (optativa), ambas do currículo antigo, pode fornecer uma idéia do que se pretende como espaço de integração da teoria e da pratica, o qual se sistematiza a cada semestre nos componentes denominados Laboratórios Urbanos e Regionais. Ambas as disciplinas deixarão de existir no sistema curricular proposto, pois serão absorvidas pelo eixo integrador. A disciplina Desenho Técnico

do 3º semestre no currículo antigo foi aprimorada e com uma carga horária maior (90 h.a.) servirá de base para o componente Laboratório de Técnicas de Representação, no novo no sistema curricular, o qual será lecionado com anterioridade no 2º semestre.

A partir da pesquisa junto aos discentes e egressos revelou-se uma forte carência de uma disciplina introdutória que sirva de referencia e contextualize o estudante no primeiro semestre, principalmente nos aspectos teóricos e metodológicos, por conseguinte, o novo componente Introdução ao Urbanismo (60 h.a.), do eixo curricular principal e integrador, atenderá este papel.

Os componentes curriculares do currículo antigo Métodos Quantitativos I e II, ambos com 60 h.a., foram aperfeiçoados e serviram de base para os componentes curriculares novos denominados Métodos Matemáticos (60 h.a.) e Métodos Estatísticos, este com uma carga horária maior (90 h.a.), mantendo a mesma localização na grade. O componente do currículo antigo Métodos Quantitativos III, foi atualizado e passará a ser um componente optativo na nova proposta, com o nome Métodos Estatísticos Inferenciais, com 60 h.a.

O componente curricular do currículo antigo denominado Análise Demográfica, com 60 h.a., foi atualizado e no sistema curricular proposto possui o mesmo nome, porém será lecionado com anterioridade, no 3º semestre.

Os componentes curriculares localizados no 6º e 7º semestres do currículo antigo e denominados Modelos de Transporte e Política, Planejamento e Projetos de Transporte, foram atualizados em termos de conteúdo e bibliografia, recebendo os novos nomes de Mobilidade Urbana e Planejamento de Transporte respectivamente. Estes componentes serão agora lecionados no 5º e 6º semestres, no sistema curricular proposto, com a mesma carga horária.

Os componentes curriculares localizados no 6º e 7º semestres do currículo antigo e denominados Habitação e Solo Urbano e Políticas, Planejamento e Projetos de Habitação, foram atualizados em termos de bibliografia, recebendo os nomes de Habitação e Solo Urbano e Políticas e Planos de Habitação respectivamente. Estes componentes serão agora lecionados no 5º e 6º semestres, no sistema curricular proposto, com a mesma carga horária.

Os componentes curriculares localizados no 6º, 7º e 8º semestres do currículo antigo e denominados Gestão de Sistemas Urbanos I (90 h.a.), Gestão de Sistemas Urbanos II (90 h.a.) e Gestão Urbana (120 h.a.), foram atualizados em termos de conteúdo e bibliografia, recebendo as novas denominações, mais especificas de Gestão do Saneamento Ambiental, Gestão de Infraestruturas e Serviços Urbanos e Gestão Urbana. Estes componentes serão agora lecionados no 5º, 6º e 7º semestres, no sistema curricular proposto e as suas cargas horárias foram reajustadas para 60 h.a., 90 h.a. e 90 h.a., respectivamente.

O componente curricular do currículo antigo denominado Historia Urbana, com 60 h.a., foi atualizado em termos conceituais e de bibliografia e no sistema curricular proposto possui o novo nome de Historia da cidade, com a mesma carga horária e continuará sendo lecionado no 1º semestre.

Os componentes curriculares localizados no 4º e 5º semestres do currículo antigo e denominados Desenho Urbano I (60 h.a.) e Desenho Urbano II (60 h.a.), foram atualizados em termos de bibliografia. Mantendo o mesmo nome e dada a sua importância estes componentes serão agora lecionados no 2º e 3º semestres, no sistema curricular proposto, com a mesma carga horária.

O componente curricular do currículo antigo denominado Modelos de Desenvolvimento Urbano, com 60 h.a., foi atualizado em termos conceituais e de bibliografia e no sistema curricular proposto manterá o mesmo nome, carga horária e localização no 4º semestre.

O componente curricular do currículo antigo denominado Teoria e Planejamento no Brasil, com 90 h.a., foi atualizado em termos de ementa e bibliografia e no sistema curricular proposto terá o nome Planejamento no Brasil, com a mesma carga horária e mudando a sua localização para o 5º semestre.

O componente curricular do currículo antigo denominado Métodos de Análise Regional, do 5º semestre e com 60 h.a., foi atualizado em termos de ementa e bibliografia e no sistema curricular proposto terá o mesmo nome e carga horária, porém, mudando a sua localização para o 6º semestre.

Após estudos foi decidido aprofundar o componente curricular do currículo antigo denominado Introdução ao Conhecimento Cientifico e Sociológico, com 60 h.a., de forma que, com maior abrangência, sirva de base para um novo componente

curricular denominado Teoria Social, Filosofia e Cidade, com a mesma carga horária, mantendo a mesma localização na grade.

As disciplinas do currículo antigo Antropologia Cultural Urbana e Sociologia Urbana, ambas com 60 h.a. tiveram as suas ementas e bibliografias atualizadas e no sistema curricular proposto terão o mesmo nome, carga horária e localização no 2º e 3º semestres.

O componente curricular do currículo antigo denominado Economia Urbana, do 3º semestre e com 60 h.a., teve a sua ementa reestruturada e aprofundada, assim como, a sua bibliografia, absorvendo adicionalmente conteúdos da disciplina Princípios de Economia Política, a qual virá a desaparecer. No sistema curricular proposto terá o mesmo nome, porém, a sua carga horária aumentará para 90 h.a. e será lecionado no 4º semestre.

O componente curricular do currículo antigo denominado Introdução ao Desenho e à Geometria Descritiva, do 2º semestre e com 60 h.a., foi atualizado em termos de ementa e bibliografia e no sistema curricular proposto com o nome Geometria Descritiva e mesma carga horária, porém, mudando a sua localização para o 1º semestre.

O componente curricular do currículo antigo denominado Cartografia, do 5º semestre e com 60 h.a., foi atualizado em termos de ementa e bibliografia e no sistema curricular proposto terá o nome Fundamentos de Cartografia, com a mesma carga horária, porém, a sua localização foi mudada para o 2º semestre. Tendo por base as pesquisas realizadas, esta comissão considerou pertinente antecipar a oferta da linha formada pelas disciplinas instrumentais de Cartografia, Geoprocessamento e Cadastro, as quais serão fundamentais para desenvolver os trabalhos dos Laboratórios Urbanos e Regionais.

Portanto, o componente curricular do currículo antigo denominado Aerofotogrametria e Fotointerpretação, do 6º semestre e com 60 h.a., foi também reestruturado em termos de ementa e bibliografia, com uma visão mais abrangente e no sistema curricular proposto terá o nome de Geoprocessamento, com a mesma carga horária, porém, a sua localização será mudada para o 3º semestre. De igual forma, o componente curricular do currículo antigo denominado Cadastro, do 7º semestre e

com 60 h.a., foi também atualizado e no sistema curricular proposto terá o mesmo nome e carga horária, porém, mudando a sua localização para o 4º semestre.

O componente curricular do currículo antigo denominado Computação Gráfica, do 5º semestre e com 60 h.a., foi atualizado em termos de ementa e bibliografia e no sistema curricular proposto terá o nome de Computação Gráfica e Urbanismo, com a mesma carga horária, porém, a sua localização foi mudada para o 1º semestre, tendo em conta o importante papel que terá esta disciplina instrumental associada aos trabalhos dos Laboratórios Urbanos e Regionais.

O componente curricular do currículo antigo denominado Direito Ambiental e Urbano, do 2º semestre e com 60 h.a., teve a sua ementa reestruturada e aprofundada, assim como a sua bibliografia, absorvendo adicionalmente conteúdos da disciplina Fundamentos do Direito Aplicado, a qual virá a desaparecer. No sistema curricular proposto terá o novo nome de Direito Urbanístico e Ambiental e a sua carga horária aumentará para 90 h.a. e será lecionada no mesmo semestre.

O componente curricular optativo do currículo antigo denominado Saneamento Ambiental, com 60 h.a., teve a sua ementa e bibliografia atualizada, absorvendo adicionalmente conteúdos da disciplina Ecologia Geral, a qual virá a desaparecer e serviu de base para o novo componente Sistemas e Tecnologias Ambientais Urbanas, o qual no sistema curricular proposto terá a sua carga horária aumentada para 90 h.a. e será lecionado no 3º semestre.

O componente curricular do currículo antigo denominado Impactos Ambientais, com 60 h.a., foi atualizado em termos conceituais e de bibliografia e no sistema curricular proposto manterá o mesmo nome, carga horária e localização no 4º semestre.

O componente curricular do currículo antigo denominado Métodos e Técnicas de Pesquisa, do 5º semestre e com 60 h.a., foi reestruturado em termos de ementa e bibliografia e no sistema curricular proposto terá o nome de Metodologia do Trabalho Cientifico, com a mesma carga horária, porém, a sua localização foi mudada para o 1º semestre, tendo em conta a sua importância para a fundamentação dos aspectos teóricos e metodológicos das pesquisas e projetos a serem desenvolvidos.

Tendo por base as pesquisas realizadas, junto aos estudantes e egressos, esta comissão considerou pertinente desagregar o componente curricular do currículo antigo denominado Seminário Monográfico, com 180 h.a., em dois momentos de

formação, visando antecipar o desenvolvimento dos projetos de TCC e dessa forma elevar a profundidade e abrangência dos mesmos, em função do novo Projeto Político Pedagógico. Portanto, foi criado um novo componente curricular denominado Introdução ao Trabalho de Conclusão do Curso, com 60 h.a., no 7º semestre e mantido o componente Seminário Monográfico com um novo nome, Trabalho de Conclusão do Curso – TCC, com 90 h.a., no 8º semestre. As atividades de ambas as disciplinas serão regidas por regulamento especifico acorde às normas da universidade.

Seguindo também as normas da UNEB, conforme foi explicitado em item especifico, foi criado um novo componente curricular denominado Estagio Supervisionado, com 225 h.a., o qual será realizado no 8º semestre.

Tendo por base as pesquisas realizadas, junto aos estudantes e egressos, os componentes curriculares obrigatórios do currículo antigo denominados de Economia Política da Urbanização, Direito Tributário Urbano, Processamento de Dados (com nome de Informática Aplicada) e Ecossistemas Brasileiros (com o nome de Ecossistemas Urbanos), passarão a ser componentes curriculares optativos no novo sistema curricular proposto.

Considerando o perfil profissiográfico proposto, a avaliação permanente do fenômeno urbano, assim como os avanços tecnológicos e nas áreas do conhecimento, em sintonia com as mudanças locais e globais, foi construída uma listagem ampla de novos componentes curriculares optativos para o sistema curricular proposto, tais como: Campo-Cidade no Brasil, Centralidades Urbanas, Circulação Urbana e Transporte Não Motorizado, Desenvolvimento Local para Cidades Sustentáveis, Desenvolvimento Urbano da Bahia, Eco-Urbanismo Participativo e Solidário, Espaços Públicos, Estado e Redes Sociais, Finanças Públicas, Gestão e Mapeamento de Riscos Socioambientais, Imagens Urbanas, Introdução à Economia dos Transportes, Leituras Urbanas e Produção de Textos Científicos, Libras, Metodologias Participativas de Planejamento e Gestão Urbanos, Métodos Estatísticos Inferenciais, Paisagismo, Patrimônio Urbano de Interesse Cultural, Perspectiva, Politica Urbana, Teoria do Espaço, Topografia, e Urbanização em Pequenas e Médias Cidades. Todos os componentes optativos terão a carga horária de 60 h.a..

Os componentes curriculares optativos do currículo antigo que continuarão no sistema curricular proposto são: Ciências do Ambiente 60 h., Turismo 60 h., Ergonomia 60 h., Direito Tributário Urbano 60 h., Economia Política da Urbanização 60 h., Contabilidade Geral 60 h., Informática Aplicada 60 h., e Ecossistemas Urbanos 60 h.

Os componentes curriculares optativos do currículo antigo que foram retirados do sistema curricular proposto são: Administração de Empresas Governamentais; Administração Financeira Governamental; Antropologia Cultural; Contabilidade de Transportes; Contabilidade Geral II; Desenho Geométrico; Desenho Projetivo I; Desenvolvimento de Comunidade; Economia Brasileira; Elementos e Análise de Custos; Filosofia; Língua Portuguesa I; Metodologia do Trabalho Científico; Orçamento; Planejamento do Espaço; Realidade Sócio-Econômica e Política Brasileira; Realidade Sócio-Econômica e Política Regional; Saneamento.

Nas páginas seguintes apresentamos o quadro síntese das principais mudanças.

QUADRO 9 – SÍNTESE DAS PRINCIPAIS MUDANÇAS NO CURRÍCULO

Disciplina Atual	CH	Sem.	Nome Proposto	CH	Sem.	Nova Ementa	Justificativa
NÃO	00	00	Estagio Supervisionado	225	8	SIM	Por determinação legal e das normas da Universidade.
NÃO	00	00	Introdução ao urbanismo	60	1	SIM	A partir da pesquisa junto aos discentes e egressos revelou-se uma forte carência de uma disciplina introdutória que sirva de referencia e contextualize o estudante no primeiro semestre, principalmente nos aspectos teóricos e metodológicos.
Técnicas de Análise Urbana	60	2	Laboratório de Projeto Urbanístico	60	3	SIM	Conceitualmente a integração das disciplinas Técnicas de Análise Urbana e Planejamento do Espaço (optativa) fornece uma ideia do que se pretende como espaço de integração da teoria e da pratica, o qual se sistematiza a cada semestre nos componentes denominados Laboratórios Urbanos e Regionais. Ambas as disciplinas serão absorvidas pelo eixo integrador.
			Laboratório Urbano I – Escala da Unidade de Vizinhança	90	4	SIM	
			Laboratório Urbano II – Escala de Bairro	90	5	SIM	
			Laboratório Urbano III – Escala da Cidade	90	6	SIM	
			Laboratório Regional	90	7	SIM	
Desenho Técnico	60	3	Laboratório de Técnicas de Representação	90	2	SIM	Considerando a maior integração teórico-prático proposto no novo currículo, foi necessário ampliar o escopo das técnicas de representação de projetos urbanos visando subsidiar os Laboratórios Urbanos e Regional.
Introdução ao Desenho e à Geometria Descritiva	60	2	Geometria Descritiva	60	1	SIM	Foi atualizada. O conteúdo de desenho foi deslocado para o Laboratório de Técnicas de Representação.
Computação Gráfica	60	5	Computação Gráfica e Urbanismo	60	1	SIM	Atualização de ementário e referências com foco na área específica de Urbanismo.
História Urbana	60	1	Historia da Cidade	60	1	SIM	Reestruturada para melhor adequação às necessidades da formação do Urbanista com foco maior na evolução e história dos assentamentos humanos. É complementar à disciplina de Introdução ao Urbanismo
Desenho Urbano I	60	4	Desenho Urbano I	60	2	SIM	Atualização de ementário e referências.
Desenho Urbano II	60	5	Desenho Urbano II	60	3	SIM	Atualização de ementário e referências.
Modelos de Desenvolvimento Urbano	60	4	Modelos de Desenvolvimento Urbano	60	4	SIM	Atualização de ementário e referências.

Disciplina Atual	CH	Sem.	Nome Proposto	CH	Sem.	Nova Ementa	Justificativa
Teoria e Planejamento no Brasil	90	6	Planejamento no Brasil	90	5	SIM	Foi atualizada dando maior enfoque às experiências de planejamento desenvolvidas no Brasil ao longo de sua história principalmente em momentos recentes.
Métodos de Análise Regional	60	5	Métodos de Análise Regional	60	6	SIM	Atualização de ementário e referências.
Cartografia	60	5	Fundamentos de Cartografia	60	2	SIM	Atualização de ementário e referências. Para dar suporte aos Laboratórios foi antecipada a oferta.
Aerofotogrametria e Fotointerpretação	60	6	Geoprocessamento	60	3	SIM	Reestruturado em termos de ementa e bibliografia, com uma visão mais abrangente como disciplina instrumental, considerando o desenvolvimento das novas geotecnologias. Para dar suporte aos Laboratórios foi antecipada a oferta.
Cadastro	60	7	Cadastro	60	4	SIM	Atualização de ementário e referências. Para dar suporte aos Laboratórios foi antecipada a oferta.
Métodos e Técnicas de Pesquisa	60	5	Metodologia do Trabalho Cientifico	60	1	SIM	Foi reestruturada e antecipada a oferta para instrumentalizar o discente em relação ao processo de produção, absorção e apresentação do conhecimento.
Direito Ambiental e Urbano	60	2	Direito Urbanístico e Ambiental	90	2	SIM	Teve a sua ementa reestruturada e aprofundada visando maior foco na questão urbana e nos novos instrumentos de reforma e gestão urbanas.
Fundamentos do Direito Aplicado	60	1					
Ecologia Geral	60	1	Sistemas e Tecnologias Ambientais Urbanas	90	3	SIM	Absorve também a optativa Saneamento e traz enfoque tecnológico voltado às redes de saneamento.
Impactos Ambientais	60	4	Impactos Ambientais	60	4	SIM	Atualização de ementário e referências.
Ecossistemas Brasileiros	60	2	Ecossistemas Urbanos	60	optativa	SIM	Foi alterado o enfoque original para melhor adequação à escala urbana e deslocada para optativa tendo em vista a linha de componentes curriculares da área ambiental já proposta.
Gestão de Sistemas Urbanos I	90	6	Gestão do Saneamento Ambiental	60	5	SIM	Foi reestrutura para dar maior ênfase na gestão ambiental e no papel do Estado neste processo.
Gestão de Sistemas Urbanos II	90	7	Gestão de Infraestruturas e Serviços Urbanos	90	6	SIM	Foi reestrutura para dar maior ênfase na gestão das diversas redes técnicas urbanas, equipamentos e serviços urbanos e no papel do Estado neste processo.
Gestão Urbana	120	8	Gestão Urbana	90	7	SIM	Atualização de ementário e referências. Em função das pesquisas com discentes, egressos e docentes foi verificado o excesso de sua carga horária.

Disciplina Atual	CH	Sem.	Nome Proposto	CH	Sem.	Nova Ementa	Justificativa
Introdução ao Conhecimento Científico e Sociológico	60	1	Teoria Social, Filosofia e Cidade	60	1	SIM	Foi ampliado o escopo para dar maior base de reflexão crítica à questão urbana.
Antropologia Cultural Urbana	60	2	Antropologia Cultural Urbana	60	2	SIM	Atualização de ementário e referências.
Sociologia Urbana	60	3	Sociologia Urbana	60	3	SIM	Atualização de ementário e referências.
Economia Urbana	60	3	Economia Urbana	90	4	SIM	Reestruturada e aprofundada.
Princípios de Economia Política	60	3					
Economia Política da Urbanização	60	4	Economia Política da Urbanização	60	optativa	SIM	Atualização de ementário e referências.
Modelos de Transportes	60	6	Mobilidade Urbana	60	5	SIM	Atualização de ementário e referências, considerando novas abordagens e metodologias.
Política, Planejamento e Projetos de Transportes	90	7	Planejamento de Transporte	90	6	SIM	Atualização de ementário e referências, considerando novas abordagens e metodologias.
Política, Planejamento e Projetos Habitacionais	90	7	Políticas e Planos de Habitação	90	6	SIM	Atualização de ementário e referências.
Habitação e Solo Urbano	60	6	Habitação e Solo Urbano	60	5	SIM	Atualização de ementário e referências.
Análise Demográfica	60	4	Análise Demográfica	60	3	SIM	Atualização de ementário e referências.
Métodos Quantitativos I	60	1	Métodos Matemáticos	60	1	SIM	Atualização de ementário e referências.
Métodos Quantitativos II	60	2	Métodos Estatísticos	90	2	SIM	Atualização de ementário e referências.
Métodos Quantitativos III	60	3	Métodos Estatísticos Inferenciais	60	optativa	SIM	Atualização de ementário e referências.
Seminário Monográfico	180	8	Introdução ao Trabalho de Conclusão do Curso	60	7	SIM	Visando antecipar o início do desenvolvimento dos projetos de TCC ampliando desta forma o tempo de maturação e desta forma elevar a profundidade e abrangência dos mesmos, em função do novo Projeto Político Pedagógico.
			Trabalho de Conclusão do Curso – TCC	90	8	SIM	
Direito Tributário Urbano	60	2	Direito Tributário Urbano	60	optativa	SIM	Por ser considerado um conteúdo complementar à disciplina Direito Urbanístico e Ambiental.

Disciplina Atual	CH	Sem.	Nome Proposto	CH	Sem.	Nova Ementa	Justificativa
Processamento de Dados	90	4	Informática Aplicada	60	optativa	SIM	Considerando a opinião dos docentes, discentes e egressos este componente curricular perdeu a importância que tinha no passado.
Educação Física I	30	1	-----	----	-----	-----	Pois não há mais a obrigatoriedade legal.
Educação Física II	30	3	-----	----	-----	-----	Pois não há mais a obrigatoriedade legal.

15 Instalações Especiais e Laboratórios

Laboratórios Didáticos

O Bacharelado em Urbanismo contará com 1 **Laboratório de Cartografia e Geoprocessamento** com computadores e softwares de desenho, geoprocessamento e sensoriamento remoto com 30 lugares, contando com impressora e scanner.

O laboratório conta atualmente com um acervo (digital e impresso) de mapas, cartas e plantas oriundos do IBGE e de municípios da região para fins de ensino. Esse laboratório atenderá as disciplinas obrigatórias Geoprocessamento, Cadastro, Cartografia, Habitação e Uso do Solo, Planejamento de Transportes e Desenho Urbano.

Para as disciplinas no formato de oficinas existirão os **Laboratórios Urbanos** em número de 2 com um total de 45 lugares. Cada laboratório será equipado com mesas especialmente confeccionadas e destinadas para elaboração e manipulação de material cartográfico, maquetes e outros. Esses laboratórios atenderão ao eixo formado pelos componentes curriculares integradores, ou seja, os Laboratórios Urbanos Regionais.

Laboratórios de Informática

Além dos laboratórios específicos o curso contará com 1 laboratório de informática, com 28 computadores e softwares para as atividades acadêmicas. Esse laboratório atenderá a demanda de diversos componentes curriculares.

Laboratórios de Pesquisa e Extensão

Para o apoio às atividades de extensão e desenvolvimento de projetos de pesquisa o Bacharelado em Urbanismo, além dos laboratórios já existentes, está pleiteando a abertura de um laboratório especifico que será equipado com 5 computadores e abrigará os grupos Territórios, Nômades e Nus Urbanos.

Considerações Finais

É importante destacar o alcance da proposta aqui apresentada e que materializa as modificações passíveis de serem empreendidas no curto prazo, no Curso de Urbanismo, tendo em vista a conjuntura acadêmica e institucional atual. Esta proposta deve ser compreendida como o início de uma nova cultura curricular em coerência com processos amplos e permanentes de avaliação e revisão ao invés de intervenções pontuais nos componentes curriculares.

A formação estanque e constituída por limites claros e precisos não mais se adequada às atuais necessidades da sociedade e do mundo do trabalho. Neste sentido a LDB e os encaminhamentos realizados através de pareceres e resoluções do CNE ampliam as estratégias de formação incluindo nos currículos dos cursos superiores um espaço flexível de aprendizado, flexível tanto na forma quanto no conteúdo. Como produto da articulação e da interdisciplinaridade proposta o novo sistema curricular possibilitará, um maior incentivo aos trabalhos coletivos e interdisciplinares, maior integração entre ensino, pesquisa e extensão, assim como, uma maior diversificação das abordagens e escalas geográficas em nosso objeto de estudo: o espaço urbano e regional.

O principal objetivo dos trabalhos desta Comissão foi atender às observações e deficiências apontadas pelo relatório da Comissão de Avaliação do Conselho Estadual de Educação para o reconhecimento do Curso além de adequar o currículo do curso às novas exigências da LDB e implantar um sistema permanente de avalição e discussão do currículo.

Para além dos registros da Comissão de Avaliação do Conselho Estadual de Educação, modificações mais profundas também se faram necessárias, considerando que estas passarão a pautar a agenda do Curso e constituirão novos desafios para os segmentos acadêmicos envolvidos e compromissados com o presente Projeto Político Pedagógico.

Dentre estas modificações vale destacar o processo de Auto Avaliação Permanente que será conduzido de forma democrática e autônoma, com a participação dos diversos segmentos do curso (discentes, docentes, dirigentes, funcionários técnicos e administrativos) e terá como foco o curso em múltiplas perspectivas: acadêmica,

administrativa, infraestrutural, relacional etc. A forma de condução envolverá levantamentos quantitativos e qualitativos que subsidiaram as discussões e debates com dinâmicas diferenciadas (em grupos, por segmento, em plenária, etc).

Dentre os pontos a serem tratados na avalição destaca-se: projeto pedagógico do curso; atividades de ensino, pesquisa e extensão; corpo docente; corpo discente e sua participação nas atividades de ensino, pesquisa e extensão; estrutura acadêmica, física e administrativa; atividades de estágio, de monitoria e do programa de iniciação científica; além de outras características básicas que serão definidas durante o processo de avaliação.

Embora não existam diretrizes curriculares específicas para os cursos de urbanismo que norteassem esta Reformulação Curricular, foram apresentadas e fundamentadas as bases legais e conceituais que possibilitaram formular esta proposta em termos de concepção e objetivos, perfil do profissional que desejamos formar, assim como, as habilidades e competências do futuro urbanista. A partir destes esforços, diretrizes próprias deverão ser tramitadas perante o CEE, com o apoio das instâncias de gestão universitária responsáveis.

O estudante de urbanismo adquirirá ao longo do transcurso do projeto pedagógico proposto, uma ampla consciência da função social do Urbanismo, nas diversas escalas espaciais, assim como, da necessidade da construção de cidades sustentáveis, socialmente justas e equitativas. Todavia, esta proposta constitui-se apenas no início de um rico processo de transformação e fortalecimento do Curso de Bacharelado em Urbanismo da Universidade do Estado da Bahia.

Referências

ANASTASIOU, L. G. C. **Articulação de projetos dos cursos de graduação:** desafios e possibilidades. Brasília: UnB - Projeto Pró- Saúde II – Termo de Cooperação 3/2011, 13 p.

ASCHER, F. **Les nouveaux principes de l'urbanisme:** La fin des villes n'est pás à l'ordre du jour. Paris: Éditions de l'Aube, 2001.

BAHIA. **Constituição** (1989) [edição consolidada em 2009]. Disponível em: <http://www.al.ba.gov.br/PublitaoPHP/Uploads/04092012143627000000_constituicaoEstadual_04112009.pdf >. Acesso em: 28 fev. 2013.

BAHIA. **Lei N. 6.855 de 12 de maio de 1995**. Legislação, leis estaduais. Dispõe sobre a Política, o Gerenciamento e o Plano Estadual de Recursos Hídricos e dá outras providências. Disponível em: <http://www.meioambiente.ba.gov.br/legislacao/Leis%20Estaduais/LEI6855.pdf>. Acesso em: 2 mar. 2013.

BAHIA. **Lei N. 11.041 de 7 de maio de 2008**. Atos do Poder Executivo. Institui a Política e o Sistema Estadual de Habitação de Interesse Social, cria o Fundo Estadual de Interesse Social e dá outras providências. Disponível em: <http://www.sedur.ba.gov.br/pdf/pehis.pdf>. Acesso em: 2 mar. 2013.

BAHIA. Secretaria Estadual de Educação. **Res. N. 51 de abril de 2010.** Dispõe sobre o Reconhecimento e Renovação de Reconhecimento de Cursos Superiores de Instituições Públicas do Sistema Estadual de Ensino. Conselho Estadual de Educação, Legislação – Atos. Disponível em: <http://www.sec.ba.gov.br/cee/legislacao_atos_CESup.html>. Acesso em: 28 fev. 2013.

BRANDÃO, C. A. L. Cidades e futuro: reflexão e critica. In: MACHADO, D. B. P. (org.), **Sobre Urbanismo.** Rio de Janeiro: Ed. Vianna & Mosley, 2006.

BRASIL. **Dec.-Lei N. 8.620 de 10 de janeiro de 1946**. Dispõe sobre a regulamentação do exercício de profissões... Presidência da República. Casa Civil, Subchefia para assuntos jurídicos. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/1937-1946/Del8620.htm#art16>. Acesso em: 25 fev. 2013.

BRASIL. **Constituição** (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para assuntos jurídicos. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso em: 20 maio 2012.

BRASIL. **Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação (LDB) Presidência da República. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 25 fev. 2013.

BRASIL. Ministério de Educação. Conselho Nacional de Educação. **Parecer N. 583 de 2001**. Orientação para as diretrizes curriculares dos cursos de graduação. Expedido pela Câmara de Educação Superior (CNE/CES). Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES0583.pdf>. Acesso em: 28 fev. 2013.

BRASIL. **Lei N. 10.098 de 2002**. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida. Presidência da República. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L10098.htm>. Acesso em: 28 fev. 2013.

BRASIL. **Lei 10.436 de 2002**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS). Presidência da República. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ leis/2002/L10436.htm>. Acesso em: 28 fev. 2013.

BRASIL. **Decreto 5.296 de 2004**. Regulamenta as Leis nos 10.048, de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5296.htm>. Acesso em: 28 fev. 2013.

BRASIL. **Decreto 5.626 de 2005**. Regulamenta Lei Federal que dispõe sobre Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) Presidência da República. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm>. Acesso em: 28 fev. 2013.

BRASIL. Ministério de Educação. Conselho Nacional de Educação. **Res. 2 de junho de 2007**. Dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial. Expedida pela Câmara de Educação Superior. Disponível em: <http:// portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2007/rces002_07.pdf>. Acesso em: 28 fev. 2013.

BRASIL. Ministério de Educação. Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES). **Res. 01 de 17 de julho de 2010**. Normatiza o Núcleo Docente Estruturante. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option= com_docman&task=doc_download&gid=6885&Itemid>. Acesso em: 25 fev. 2013.

BRASIL. **Lei Nº 6.938, de 31 de agosto de 1981.** Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para assuntos jurídicos. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6938.htm>. Acesso em: 20 maio 2012.

BRASIL. **Lei Nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997.** Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso... Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para assuntos jurídicos. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/ L9433.htm>. Acesso em: 20 maio 2012.

BRASIL. **Lei N. 10.233, de 5 de junho de 2001**. Dispõe sobre a reestruturação dos transportes aquaviário e terrestre, cria o Conselho Nacional de Integração de Políticas de Transporte, a Agência Nacional de Transportes Terrestres... Casa Civil, Subchefia para assuntos jurídicos. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10233.htm>. Acesso em: 20 maio 2012.

BRASIL. **Lei N. 10.257 de 10 de julho de 2001.** Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para assuntos jurídicos. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10257.htm>. Acesso em: 20 maio 2012.

BRASIL. **Lei Nº 11.107, de 6 de abril de 2005.** Dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos e dá outras providências. Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para assuntos jurídicos. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11795.htm>. Acesso em: 20 maio 2012.

BRASIL. **Lei Nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007.** Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico.... Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para assuntos jurídicos. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11445.htm>. Acesso em: 20 maio 2012.

BRASIL. **Lei Nº 11.888, de 24 de dezembro de 2008.** Assegura às famílias de baixa renda assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social e altera... Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para assuntos jurídicos. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11888.htm>. Acesso em: 20 maio 2012.

BRASIL. **Lei Nº 11.977, de 7 de julho de 2009.** Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas... Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para assuntos jurídicos. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11977.htm>. Acesso em: 20 maio 2012.

BRASIL. **Lei Nº 12.305, de 2 de agosto de 2010.** Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos. Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para assuntos jurídicos. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm>. Acesso em: 20 maio 2012.

BRASIL. **Lei Nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012.** Institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana... Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para assuntos jurídicos. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12587.htm>. Acesso em: 20 maio 2012.

BRASIL. **Lei Nº 12.608 de 10 de abril de 2012**. Institui a Política Nacional Proteção e Defesa Civil - PNPDEC; dispõe sobre o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil - SINPDEC e o Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil - CONPDEC; autoriza a criação de sistema de informações e monitoramento de desastres... Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para assuntos jurídicos. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato20112014/2012/Lei/L12608.htm #art24>. Acesso em: 20 maio 2012.

COELHO, I. M. A., A importância da sala de aula para uma formação de qualidade. **4° SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE ADMINISTRAÇAO UNIVERSITÁRIA.** Natal: Editora Universitária, 1993.

CONFEA. **Resolução Nº 218, de 29 junho de 1973.** Discrimina atividades das diferentes modalidades profissionais. Legislação Consulta Geral. Disponível em: <http://normativos.confea.org.br/ementas/visualiza.asp?idEmenta=266&idTiposEmenta>. Acesso em: 2 mar. 2013.

CONFEA. **Resolução Nº 1.010, de 22 de agosto de 2005.** Dispõe sobre a regulamentação da atribuição de títulos profissionais... Legislação Consulta Geral. Disponível em: <http://www.confea.org.br/media/res1010.pdf>. Acesso em: 2 mar. 2013.

ECTP – CEU, Conseil européen dês urbanistes, Charte fondatrice. Disponível em: <http://www.ectp-ceu.eu/index.php?option=com_content&view=article&id=57&Itemid=48#a>. Acesso em: 02 abr. 2013.

FERRARI, C. **Dicionário de Urbanismo**. Salvador: DISAL, 2004.

FIGUEIREDO, Glória Cecília. O CAU e a farsa corporativa da vinculação exclusiva do urbanismo com a arquitetura. **Arquitextos**. Vitruvius, jan. 2011. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/11.128/3694>. Acesso em: 3 mar. 2013.

SEGRE, R. Qual futuro para um mundo urbanizado na América Latina?. In: MACHADO, D. B. P. (org.). **Sobre Urbanismo.** Rio de Janeiro: Ed. Vianna & Mosley, 2006.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA. **Estatuto da UNEB**. Aprovado pela Res. 863 de 2011do Conselho Universitário. (CONSU). Salvador, 2011.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA. **Regimento Geral da UNEB**. Aprovado pela Res. 864 de 2011 do Conselho Universitário. (CONSU). Salvador, 2011.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA. **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2008-2012, Recredenciamento UNEB – 2010.** Salvador, 2010.

VIEIRA, Regina Lúcia Bastos. **Políticas Públicas de avaliação da Educação Superior – O SINAES na Universidade Pública Estadual:** o caso da Universidade do Estado da Bahia. – UNEB. Salvador, 2008. Disponível em: <http://tede.ucsal.br/tde_arquivos/4/TDE-2009-07-20T073558Z-119/Publico/REGINA%20LUCIA%20BASTOS%20VIEIRA.pdf>. Acesso em: 13 jul. 2012.

Anexos

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA

COLEGIADO DO CURSO DE BACHARELADO EM URBANISMO

REGULAMENTO DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO

CURSO DE BACHARELADO EM URBANISMO

CAPÍTULO I – DO ESTÁGIO CURRICULAR E SEUS OBJETIVOS

Art. 1º - O presente Regulamento tem por finalidade normatizar o componente Estágio Curricular no Curso de Bacharelado em Urbanismo da Universidade do Estado da Bahia - UNEB.

Art. 2º - O Estágio Curricular se caracteriza pelo desenvolvimento de atividades teórico-práticas de aprendizagem social, profissional e cultural proporcionadas ao estudante pela vivência em situações reais de vida e trabalho, no ensino, na pesquisa e na extensão, perpassando todas as etapas do processo formativo e realizado na comunidade em geral, ou junto a pessoas jurídicas de direito público ou privado, ONGs, Movimentos Sociais e outras formas de Organizações, sob a responsabilidade das Coordenações Central e Setorial de Estágio.

Art. 3° - O estágio é de caráter obrigatório, conforme previsto no Projeto Político Pedagógico do curso, sendo suas atividades realizadas em situações experimentais de trabalho, constituindo-se, portanto, em requisito indispensável para obtenção do grau de Bacharel em Urbanismo.

Art. 4° – O Estágio Curricular visa a oferecer ao estudante a oportunidade de:

I - Vivenciar situações reais do campo de trabalho do Urbanista, de modo a ampliar o conhecimento e a formação teórico-prática construída durante o curso;

II - Analisar criticamente as condições observadas nos espaços profissionais com base nos conhecimentos adquiridos e propor soluções para os problemas levantados, por meio de projetos de intervenção social;

III - Desenvolver a capacidade de elaborar, executar e avaliar projetos na área específica de seu estágio.

Art. 5º - A articulação da teoria/prática ocorrerá ao longo da formação dos estudantes do curso de Bacharelado em Urbanismo, condicionada à articulação dos componentes curriculares, de forma a subsidiar a vivência e consolidação das competências exigidas para o exercício acadêmico-profissional.

Parágrafo Único – Para se matricular no componente Estágio Curricular, o aluno deverá ter cursado com aprovação todos os componentes curriculares até o 5° semestre do curso de Bacharelado em Urbanismo.

CAPÍTULO II – DA COORDENAÇÃO SETORIAL DE ESTÁGIO CURRICULAR

Art. 6° - A coordenação setorial de Estágio Curricular do curso de Bacharelado em Urbanismo da UNEB será organizada tendo as seguintes atribuições:

I. elaborar anualmente o plano de atividades da coordenação de estágio;

II. elaborar e reestruturar o regulamento de estágio do curso em consonância com o Regulamento Geral de Estágio Curricular da UNEB;

III. planejar, acompanhar e avaliar o processo dos estágios;

IV. cadastrar as instituições locais, regionais e estaduais que possam oferecer estágio;

V. propor convênios de estágio;

VI. encaminhar os estagiários aos locais de estágio.

VII. analisar e emitir pareceres sobre os pedidos de aproveitamento de carga horária para o estágio curricular obrigatório.

Art. 7° - A coordenação setorial de Estágio Curricular do curso de Bacharelado em Urbanismo terá a seguinte composição:

I. o Coordenador Setorial de Estágio, eleito por seus pares e homologado pelo Conselho de Departamento;

II. os professores de estágio curricular;

III. um (01) representante do corpo discente do curso, indicado pelo diretório acadêmico, dentre aqueles regularmente matriculados no componente curricular Estágio.

Art. 8° – O mandato do coordenador setorial - eleito pelo Colegiado do curso - será de 02 (dois) anos, podendo ser reconduzido por igual período.

Art. 9° – A coordenação setorial de estágio deve articular-se com o Colegiado do curso e com o Departamento, tendo em vista fortalecer as ações que lhes competem.

CAPÍTULO III – DAS COMPETÊNCIAS E ATRIBUIÇÕES DOS SUJEITOS ENVOLVIDOS NO ESTÁGIO CURRICULAR

Art. 10° – Os profissionais envolvidos com o processo do estágio curricular terão as seguintes denominações e competências, a saber:

I. Coordenador de Estágio será docente da UNEB e lhe compete:

a) planejar semestralmente as atividades, devidamente aprovados pelo Colegiado do curso;

b) propor juntamente com a Coordenação Setorial de Estágio os locais para realização do Estágio Supervisionado;

c) acompanhar o desenvolvimento do estágio;

d) realizar reuniões com demais docentes do componente curricular de estágio;

e) responsabilizar-se pela articulação dos docentes e pelo processo de fechamento do componente curricular;

f) exercer atividades de coordenação, acompanhamento e avaliação do aluno nos diversos campos do estágio.

g) avaliar permanentemente, em conjunto com os demais docentes, as estratégias utilizadas, propondo mudanças sempre que necessário.

II. Professor de estágio será docente da UNEB e lhe compete:

a) participar das reuniões de planejamento e avaliação do componente curricular, discutindo e propondo estratégias e modificações necessárias;

b) orientar os alunos durante o estágio, nos aspectos específicos de sua área de atuação;

c) realizar supervisão com visitas *in loco*;

d) promover articulação entre a UNEB e a instituição ou empresa concedente do estágio;

e) exercer atividades de acompanhamento e avaliação do aluno, nos diversos campos de estágio;

f) fornecer dados à coordenação setorial, para tomada de decisão relacionada com o estágio;

g) entregar à Coordenação Setorial de Estágio os relatórios de avaliações dos alunos no Estágio Supervisionado e as fichas de registro de frequência devidamente preenchidas e assinadas;

III. Orientador de Estágio/Supervisor de campo, será(ão) profissional (is) da instituição cedente de estágio que tem como função:

a) orientar o aluno na sua área de atuação;

b) aprovar preliminarmente o projeto de Estágio Supervisionado do aluno;

c) fornecer informações e participar da delimitação das estratégias do Estágio Supervisionado no local onde o mesmo irá ocorrer.

Art. 11º – Os profissionais envolvidos com o processo do estágio curricular – coordenador, professor, orientador/supervisor – terão formação acadêmico-

profissional na área de conhecimento do curso, salvo em situações específicas de cada área, a serem discutidas e aprovadas em Colegiado.

Art. 12° – Ao aluno do curso de Bacharelado em Urbanismo da UNEB, regularmente matriculado no componente curricular de estágio compete:

I. cumprir a carga horária de estágio e as atividades de avaliação previstas no Projeto Político Pedagógico do curso;

II. apresentar ao professor de estágio a freqüência mensal assinada pelo responsável da instituição/campo de estágio;

III. respeitar as normas do Regulamento Geral de Estágio da UNEB, deste regulamento setorial (Curso de Urbanismo) e demais normas regimentais e disciplinares do estabelecimento onde o estágio será realizado;

IV. elaborar o seu projeto de estágio em consonância com o projeto pedagógico do curso de Bacharelado em Urbanismo e com a filosofia do campo de estágio onde este será realizado;

V. submeter seu projeto de estágio ao professor de estágio, ao orientador de estágio ou supervisor de estágio da empresa ou instituição em que irá estagiar, antes da execução do estágio;

VI. executar todas as etapas previstas no seu projeto de estágio;

VII. apresentar a documentação exigida pela universidade, quanto ao estágio curricular obrigatório ou não-obrigatório.

VIII. apresentar cópia do projeto e do relatório final do estágio para o Professor/Coordenador de Estágio e para o Orientador/Supervisor de Estágio.

IX. requerer junto ao Colegiado (através de documento protocolado) aproveitamento da sua experiência profissional como carga horária para o estágio curricular obrigatório, mediante prazos estabelecidos no calendário acadêmico.

CAPÍTULO IV – DOS CRITÉRIOS E INSTRUMENTOS DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO ESTÁGIO CURRICULAR

Art. 13° – Para acompanhar e avaliar as etapas do desenvolvimento do Estágio Curricular serão levados em consideração os seguintes critérios e instrumentos:

I. Articulação entre teoria e prática, nas produções e vivências do aluno, durante o estágio;

II. Frequência integral na realização da atividade-campo do estágio;

III. Trabalhos realizados durante o período de estágio e socialização dos mesmos, de acordo com o Projeto Político Pedagógico e normatização do Estágio Curricular do curso de Bacharelado em Urbanismo;

IV. Participação do aluno nos encontros de orientação de estágio, de acordo com o cronograma do componente curricular para discussão e aprimoramento de seu projeto, atendendo ao critério mínimo de assiduidade, conforme legislação vigente;

V. Apresentação por parte do aluno estagiário, ao Professor de Estágio, de relatórios parciais/mensais do desenvolvimento do Estágio Curricular, aos quais caberá ao professor, avaliar, emitir parecer e atribuir conceitos que irão compor o diário de Estágio Curricular sob a responsabilidade do Coordenador de Estágio;

VI. Registro do Professor de Estágio - em diário específico para tal fim – das observações realizadas *in loco* das atividades desenvolvida pelo aluno estagiário, com atribuição ao final do período de observação, de nota e conceito, que irão compor o diário de Estágio Curricular sob a responsabilidade do Coordenador de Estágio;

VII. Auto-avaliação do aluno;

Parágrafo Único - O estágio será avaliado sistematicamente pela coordenação setorial, conforme o Projeto Política Pedagógico e o regulamento de estágio do curso de Bacharelado em Urbanismo.

CAPÍTULO V - DOS LOCAIS PARA REALIZAÇÃO DO ESTÁGIO CURRICULAR

Art. 14º - Os locais para a realização do Estágio Curricular serão definidos pela Coordenação Setorial de Estágio e estabelecidos através de convênio firmado entre a Universidade do Estado da Bahia e as Instituições/Empresas parceiras, visando atender aos seguintes requisitos:

I. Proporcionar vivência efetiva de situações concretas de trabalho, dentro do campo profissional;

II. Possibilitar aprofundamento e correlação dos conhecimentos teórico-práticos;

III. Contar com infraestrutura compatível com o objetivo do estágio, em termos de pessoal, material e condições adequadas para a execução das atividades dos alunos/estagiários.

Parágrafo Único – Considerando as especificidades do curso de Bacharelado em Urbanismo, devem-se estimular também os estágios fora de sede. Porém, quando tal situação ocorrer, a que se considerar o disposto em Capítulo específico do Regulamento Geral de Estágio Curricular da Universidade do Estado da Bahia.

CAPÍTULO VII – DA CARGA HORÁRIA DO ESTÁGIO CURRICULAR

Art. 15° – A carga horária do Estágio Curricular obrigatório será de 240 (duzentos e quarenta) horas, dividas da seguinte maneira:

I. 180 (cento e oitenta) horas no local de Estágio;

II. 60 (sessenta) horas de orientação/reunião com o Professor/Coordenador de Estágio.

Parágrafo Único – A jornada de atividade em Estágio Curricular obrigatório será definida de comum acordo entre a instituição de ensino, a parte concedente e o aluno estagiário, devendo constar do termo de compromisso,

ser compatível com as atividades acadêmicas e não ultrapassar 4 (quatro) horas diárias e 20 (vinte) horas semanais.

Art. 16° – A jornada de atividade em estágio não-obrigatório será definida de comum acordo entre a instituição de ensino, a parte concedente e o aluno estagiário ou seu representante legal, devendo constar do termo de compromisso, ser compatível com as atividades acadêmicas e não ultrapassar 6 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais.

CAPÍTULO VIII – DO APROVEITAMENTO DE CARGA HORÁRIA PARA O ESTÁGIO CURRICULAR

Art. 17° – As atividades de extensão, de monitorias e de iniciação científica na educação superior, desenvolvidas pelo estudante, poderão ser aproveitadas em até 20% (vinte por cento) da carga horária total de Estágio Curricular obrigatório.

Art. 18° – Não será permitido o aproveitamento da carga horária de Estágio não-obrigatório, para a carga horária de Estágio Curricular obrigatório;

Art. 19° – Quando o discente exercer atividade de trabalho correlata com a área de sua formação, a carga horária passível de redução, obedecerá aos seguintes critérios:

I. Dedução de 100% (cem por cento) da carga horária de Estágio Curricular, desde que a atividade seja desenvolvida em instituição pública e que o discente a desempenhe a mais de 2 (dois) anos;

II. Dedução de 40% (quarenta por cento) da carga horária de Estágio Curricular, quando a atividade seja desenvolvida em instituição/empresa privada e que o discente a desempenhe a mais de 3 (três) anos;

§ 1° - Em ambos os casos, o discente deverá apresentar no semestre que antecede a sua matricula no componente Estágio Curricular, documentação comprobatória da situação descrita nos cômputos anteriores, além de relatório consubstanciado das atividades por ele desenvolvidas em seu ambiente de trabalho.

§ 2° - É obrigatória a matricula do discente no componente Estágio Curricular, bem como sua participação na orientação/reunião com o Professor/Coordenador de Estágio.

CAPÍTULO XIX – DA CARGA HORÁRIA DO COORDENADOR E DO PROFESSOR DE ESTÁGIO CURRICULAR

Art. 20° - Somente poderá ser Coordenador ou Professor de Estágio, o docente que tenha regime de trabalho no mínimo de 40 (quarenta) horas. Sendo, portanto, vedada a participação de docente com carga horária inferior à supracitada no componente Estágio Curricular.

Art. 21° - Será emitido diário de classe para o componente Estágio Supervisionado com carga horária de 60 (sessenta) horas e este será de responsabilidade do Coordenador de Estágio.

Art. 22° - Além da Coordenação de Estágio, o docente que assumir tal função deverá no mínimo assumir outro componente curricular.

Art. 23° - Conforme estabelecido no Regimento Geral de Estágios da UNEB, fica determinado que:

I. O professor sob regime de 40 (quarenta) horas, acompanhará uma turma, com até 20 (vinte) discentes, registrando, pelos menos, as seguintes atividades em seu PIT:

a) Reunião com toda a turma (2h);

b) Orientações individuais (1 hora por aluno);

c) Observação de estágio em campo (12h);

d) Trabalhos acadêmicos e complementares à docência (6h);

e) Comissão de avaliação de aproveitamento de estágio (1h).

Parágrafo Único - Para o professor co-orientador de estágio será computada a carga horária de orientação do estagiário, observando o limite máximo de 06 (seis) discentes por professor, com 02 (duas) horas semanais de orientação por aluno;

CAPÍTULO X – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 26 – Caberá ao Departamento disponibilizar os recursos necessários ao acompanhamento e avaliação do estágio curricular (obrigatório e não-obrigatório) dos curso de Bacharelado em Urbanismo.

§ 1° - O Departamento se responsabilizará pela efetivação anual do seguro contra acidentes pessoais para os estudantes regularmente matriculados no curso, em componentes de estágio que prevejam a execução de atividades fora do espaço de formação (Universidade).

Art. 27 – Este Regimento de Estágio Curricular do curso de Bacharelado em Urbanismo, fundamenta-se na legislação a saber: Leis de Diretrizes e Bases da Educação nacional – LDB 9394/96, Lei n° 11.788/2008, resolução CNE/CP 01 e 02/2002 e Decreto n°. 10.181 de 14/12/2006 – Regimento Geral da Universidade do Estado da Bahia. Regimento Geral de Estágio da UNEB.

Art. 28 – Os casos omissos serão resolvidos em primeira instância pela Coordenação Setorial de Estágio do curso de Bacharelado em Urbanismo, e referendados pelo Colegiado de curso/Conselho de Departamento/Coordenação Central, de acordo com a legislação pertinente.

Art. 29 – O presente Regulamento de Estágio Curricular entra em vigor na data da sua publicação, revogada as disposições em contrário.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA – CAMPUS I
COLEGIADO DO CURSO DE URBANISMO

ANEXO AO ATO DELIBERATIVO N.º 06 / 2012

REGULAMENTO INTERNO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)

Capítulo I
DOS OBJETIVOS E DA COORDENAÇÃO DAS ATIVIDADES

Art. 1º. A oferta, o funcionamento e o desenvolvimento da disciplina "Seminário Monográfico URB - 011", integrante da grade curricular do Curso de Urbanismo da UNEB, rege-se pela Resolução 622/2004 do CONSEPE/UNEB, complementada por este Regulamento Interno de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

§ Único. O desenvolvimento de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) se constitui em um dos requisitos para a obtenção da titulação de Bacharel em Urbanismo. Tem como finalidade primeira estabelecer a articulação entre o ensino e a pesquisa, ao tempo em que estimula a atividade de produção científica e técnica.

Art. 2º. A disciplina tem como objetivos:

I Gerais:

a) aprimorar a capacidade de analisar e interpretar criticamente fatos e ocorrências da realidade, na área do urbanismo, bem como propor indicações de ações concretas;
b) desenvolver habilidades para a utilização de outras formas de expressão através do uso das diversas linguagens traduzidas, dentre os vários trabalhos acadêmicos, em produtos da comunicação multimídia, estudos e projetos urbanísticos, entre outros.

II Específicos:

a) consolidar o acervo de TCCs do Curso Urbanismo;
b) inferir a capacidade de formação do Curso de Urbanismo;
c) estimular a sistematização dos conhecimentos adquiridos ao longo do curso;
d) possibilitar o aprofundamento do conhecimento numa área específica de interesse do aluno;
e) avaliar o grau de maturidade alcançado pelo aluno.

Art. 3º. O planejamento, a organização, o acompanhamento e a condução geral do desenvolvimento dos trabalhos constituem encargos da Comissão de Coordenação do TCC.

§ primeiro A Comissão será constituída por três (03) professores do curso de Urbanismo que dividem a carga horária da disciplina;

§ segundo A nomeação dos membros da Comissão, no todo ou em parte, será indicada pela Coordenação e aprovada em reunião do Colegiado do Curso de Urbanismo;

§ Terceiro A Comissão de Coordenação do TCC será definida a cada dois (02) anos, podendo ser reconduzida no todo ou em parte.

§ quarto Os membros da Comissão de Coordenação do TCC poderão assumir o encargo de no máximo 2 orientações;

§ quinto Cada professor membro da Comissão de Coordenação do TCC terá 4 (quatro) horas/semana como encargo docente, qualquer que seja o número de alunos ou professores orientadores.

Capítulo II
DOS REQUISITOS PARA CURSAR A DISCIPLINA E DO INÍCIO DAS ATIVIDADES

Art. 4º. Para cursar a disciplina devem ser atendidos previamente os seguintes requisitos:

a) o aluno deve estar matriculado na disciplina como determina a Resolução N. º 072/93;
b) o aluno deve ter elaborado projeto de Trabalho de Conclusão de Curso, de autoria individual, atendendo à Norma da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) – NBR 15287:2011 Informação e documentação – Projeto de Pesquisa – e suas referências normativas, todas nas edições mais recentes;
c) ter preenchido ficha de cadastro do aluno, conforme Art. 32º deste Regulamento.
d) contar com o aval do professor orientador antecedendo à primeira sessão de apresentação do projeto.

Art. 5º. A Comissão de Coordenação do TCC realizará uma reunião com os alunos matriculados na primeira semana do início do semestre acadêmico, tendo como finalidade:

a) apresentar o presente Regulamento;
b) confirmar o quadro de professores com disponibilidade efetiva para exercer orientação no semestre;
c) informar as disposições vigentes relacionadas com as diretrizes da ética da pesquisa, em especial a Resolução CNS 196/96, ou a disposição mais atualizada;
d) divulgar o calendário geral das atividades e prazos de entrega referentes a todas as atividades do TCC;
e) fazer encaminhamentos segundo os dados registrados nas fichas de cadastro dos alunos;
f) definir dias e horários de apresentação dos projetos.

Capítulo III
DO TEMA, PROJETO E PRODUTOS DO TCC

Art. 6º. A natureza do TCC pode ter caráter teórico, empírico e/ou de proposta de intervenção.

Art. 7º. O tema objeto do TCC é de livre escolha do aluno, dentro dos conteúdos e temáticas trabalhadas na matriz curricular do curso, para tanto deve:

I Focalizar seu conteúdo no sentido de:

a. observar um fato tipicamente urbano;
b. registrar a ocorrência de uma característica específica da realidade urbana;
c. diagnosticar um problema da produção do espaço urbano;
d. sistematizar interpretações teóricas acerca de uma determinada questão, um fato ou processo da atualidade ou do passado da realidade urbana, buscando sempre uma perspectiva crítica;

e. desenvolver estudos e reflexões criticas acerca de alguma formulação teórica referente a algum(s) aspecto(s), questão, problema(s) da realidade urbana ou processo específico;
f. estabelecer diretrizes gerais e propor intervenção diante da realidade urbana em geral ou frente a uma parcela específica da mesma;

II observar os seguintes critérios:

a) relevância;
b) rigor teórico-metodológico;
c) contribuição ao conhecimento ou superação de um problema;
d) viabilidade de realização do trabalho no tempo disponível;
e) capacidade financeira para realização do estudo.

Art. 8º. O projeto de Trabalho de Conclusão de Curso, de plena responsabilidade do discente, para o seu desenvolvimento, está sujeito à aprovação pelo professor-orientador, desde que atendidos os critérios estabelecidos neste Regulamento, pelo Colegiado de Curso, inclusive, pelo calendário acadêmico do semestre letivo.

§ primeiro. A fim de garantir o ineditismo da pesquisa e do produto apresentado como TCC, a aprovação do projeto está condicionada à inexistência de trabalho com abordagem similar, ressalvando-se o caso, quando, com o aval do professor-orientador, se caracterize um tratamento diferenciado para o mesmo tema.

§ segundo. A alteração da proposta inicial poderá ser acatada, desde que a(s) mudança(s) solicitada(s) pelo discente e aceita(s) pelo seu professor-orientador, permita(m) a finalização do TCC no prazo estabelecido.

Art. 9º. O produto final do TCC a ser apresentado para avaliação será de responsabilidade individual de cada aluno e deverá ser elaborado de acordo com as normas em vigor da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), especificas para cada caso, podendo ser:

a) Texto Monográfico: atendendo à Norma ABNT NBR 14724:2011 – Informação e documentação: Trabalhos acadêmicos – e suas referências normativas, todas nas edições mais recentes ou nova norma que venha a substituí-la;
b) Artigo Científico Inédito: atendendo à Norma ABNT NBR 6022:2002 Informação e documentação: Artigo em publicação periódica científica – e suas referências normativas, todas nas edições mais recentes ou nova norma que venha a substituí-la.

§ único. Qualquer um destes produtos poderá ser acompanhado, para efeitos da apresentação, de um dos seguintes subprodutos: vídeo, mapas, plantas e/ou pôsteres, entre outros instrumentos que potencializem a comunicação e promovam a divulgação dos trabalhos.

Art. 10º. De acordo com a especificidade do projeto de pesquisa e respectiva abordagem do tema/problema/objeto, o produto final do TCC pode resultar em:

a) teorização sobre o tema pesquisado nas diversas fontes de referência bibliográfica e/ou eletrônica;
b) base teórica e aplicação prática em trabalho de campo ou de experimentação, desde que atendidas a abrangência e compatibilidade do trabalho quanto à área de estudo urbana e tempo destinado à realização do TCC;
c) análise de situação caracterizada como estudo de caso;

d) desenvolvimento de teoria ou de doutrina referente a determinado objeto de estudo.

Capítulo IV
DA DEFINIÇÃO DE RESPONSABILIDADES

Seção I
DOS ALUNOS DISCENTES-ORIENTANDOS

Art. 11º. O aluno discente, no desenvolvimento do Trabalho de Conclusão de Curso, deverá:

a) submeter ao professor-orientador o Projeto de Trabalho de Conclusão de Curso, para o aval antes da primeira sessão;
b) preencher ficha de cadastro e outros instrumentos de acompanhamento como estabelecido no Art. 32º deste Regulamento, ou outros que venham a ser sinalizados pelo docente orientador;
c) definir junto com o professor-orientador os ajustes necessários ao projeto, assim como, o consequente plano e cronograma para execução do TCC e os meios de comunicação e de encontro para a orientação;
d) submeter os documentos requeridos e assumir a responsabilidade perante o Comitê de Ética em Pesquisa da UNEB, quando seu objeto de pesquisa assim demandar;
e) atender ao cronograma elaborado em conjunto com o seu orientador para discussão, análise e adoção de medidas, se necessárias, visando o aprimoramento do trabalho;
f) comparecer às reuniões por convocação do professor-orientador, da Coordenação do TCC ou da Coordenação do Colegiado do Curso;
g) elaborar o projeto, o texto de andamento do trabalho para a pré-banca e a versão final do TCC para fins de avaliação, de acordo com as normas internas do Curso, atendendo às instruções específicas e correlatas da ABNT;
h) comparecer em data e local determinados, para a apresentação oral do trabalho, de acordo com o calendário estabelecido pela Comissão coordenadora do TCC, ou pela Coordenação do Colegiado.

Seção II
DA COMISSÃO DE COORDENAÇÃO DO TCC

Art. 12º. Compete à Comissão de Coordenação do TCC,

a) atualizar junto com o Colegiado do Curso, e ouvidos os docentes que nele atuam, as linhas temáticas prioritárias para a pesquisa, e garantir sua ampla divulgação;
b) acompanhar as mudanças e divulgar as informações relacionadas com as normas e diretrizes que orientam o desenvolvimento da pesquisa e do TCC;
c) levantar semestralmente e com antecedência a disponibilidade do quadro docente para orientação em instrumento específico como disposto pelo Art. 32º deste Regulamento;
d) elaborar calendário considerando todas as atividades fixadas neste regulamento, comunicar e divulgar para todas as instâncias do curso, do departamento e da universidade;
e) estimular e monitorar o andamento dos trabalhos de orientação disponibilizando instrumento específico como disposto pelo Art. 32º deste Regulamento;
f) assistir às sessões de apresentação do projeto, da pré-banca e da apresentação final;

g) fazer o encaminhamento dos textos de andamento dos trabalhos para a pré-banca e dos produtos finais do TCC às respectivas Bancas Examinadoras;
h) realizar os registros correspondentes, as notas e o encerramento de cadernetas;
i) garantir a preservação dos registros dos documentos e meios eletrônicos de toda a produção do TCC de cada semestre;
j) definir os casos de pleitos formalizados perante a Comissão Coordenadora de TCC e/ou Coordenação de Colegiado do Curso relacionados com as disposições deste Regulamento e da Resolução 622/CONSEPE;
k) elaborar e apresentar perante a Coordenação do Colegiado Relatório Semestral, registrando os resultados quantitativos e qualitativos do desenvolvimento dos TCCs, apontando as devidas recomendações e sugestões;
l) organizar anualmente a versão digital ou impressa dos anais dos artigos do respectivo período e encaminhar para sua disponibilização nos meios eletrônicos da instituição;

§ único. A Coordenação do Colegiado do Curso contribuirá para garantir o suporte necessário à Comissão Coordenadora do TCC e intermediará a consecução da estrutura para apresentação, desenvolvimento, recepção e entrega dos trabalhos.

Art. 13º. Sem prejuízo dos encontros e direcionamento dos trabalhos por parte de cada orientador e sem adentrar ao conteúdo do trabalho, a Comissão de Coordenação do TCC fixara um calendário de encontros com os alunos matriculados na disciplina. Estes encontros têm por finalidade acompanhar, estimular e dar suporte para o desenvolvimento do TCC, atendendo à regulamentação vigente e aos requisitos acadêmicos e científicos.

§ primeiro. A Comissão Coordenadora do TCC estabelecerá canais de comunicação regular com os orientadores e orientandos de forma a recolher sugestões e comunicar encaminhamentos, usando as tecnologias de informação, em especial e-mail específico.

§ segundo. A Comissão Coordenadora do TCC organizara no final de cada semestre um volume para entregar à Coordenação do Colegiado para os procedimentos de arquivo, incorporando todos os documentos relacionados com o desenvolvimento dos trabalhos.

§ terceiro. A Comissão Coordenadora do TCC organizara no final de cada semestre ou anualmente Anais eletrônicos para a divulgação da produção dos TCC, segundo critérios definidos com antecedência.

Seção III
DAS ATIVIDADES DE ORIENTAÇÃO

Art. 14º. Todo professor da UNEB, independentemente da natureza do seu vínculo de trabalho, poderá atuar como orientador desde que possua experiência acadêmica e/ou profissional no campo temático em que se enquadra o referido projeto, e tenha, no mínimo, titulação acadêmica de curso de Especialização, formalmente reconhecido pela Universidade e esteja exercendo suas atividades docentes dentro do Estado da Bahia, sem ônus para o Curso, Departamento e Universidade.

§ primeiro. A orientação do TCC, de acordo com a especificidade do trabalho e a linha temática à qual se agrega o projeto do Trabalho de Conclusão de Curso do discente, será formalizada na primeira Sessão Aberta de apresentação e entrega do projeto por parte do aluno, em Documento de

Aceite de Orientação, como disposto pelo Art. 32º deste Regulamento.

§ segundo. Preferencialmente, cada professor assumirá em um mesmo semestre a orientação de, no máximo, 3 (três) alunos.

Art. 15º. A indicação do professor para atuar como orientador será apresentada pelo aluno e cada caso será analisado e definido pela Comissão de Coordenação do TCC, com base nas disposições deste Regulamento.

§ primeiro. Na indicação do professor orientador, sempre que possível, será respeitada a preferência do aluno, devendo ser observados:

a) identificação do docente com o tema escolhido pelo aluno;
b) o regime de trabalho e a carga horária disponível do docente;
c) o domínio e identificação do docente com a área na qual se inclui o tema escolhido pelo aluno.

§ segundo. Após a definição do nome do professor orientador, não poderá haver substituição ou troca, salvo por motivo de força maior.

Art. 16º. Na elaboração do TCC, desde que com a anuência do professor-orientador, da Comissão Coordenadora do TCC e do Colegiado de Curso, o discente poderá contar com:

a) um co-orientador, docente com reconhecida experiência na área específica do projeto de pesquisa, pertencente ou não ao quadro de professores da Instituição;
b) um cooperador que, poderá ser indicado para o fim especial de prestar informações específicas necessárias para o desenvolvimento do trabalho acadêmico, mesmo não tendo titulação acadêmica apropriada, detenha experiência técnica, profissional e/ou administrativa não-acadêmica, mas relevante, na área-objeto da pesquisa.

§ primeiro. Para as funções de co-orientador e de cooperador do TCC, cuja inserção se dará por indicação formalizada pelo discente, com anuência do professor orientador, não se depreende qualquer compensação financeira ou vínculo por parte da UNEB ou dos seus Departamentos.

§ segundo. Nos produtos do TCC serão registrados os nomes do orientador, co-orientador e cooperador que tenham participado do respectivo trabalho, inclusive na ocasião de publicações desenvolvidas a partir do próprio trabalho.

Art. 17º. Para os efeitos de registro de Carga Horária no Plano Individual de Trabalho (PIT) e no Relatório Individual de Trabalho (RIT), após a realização da primeira sessão de apresentações de cada semestre, a Comissão Coordenadora do TCC, formalizara a relação dos docentes responsáveis (orientadores, co-orientadores e/ou cooperadores), perante a Coordenação do Colegiado do Curso, e esta notificará ao Departamento onde estiverem lotados, os respectivos docentes.

§ único. A Carga horária para as atividades de orientação exercidas pelo docente orientador, assim como, pelo professor co-orientador e pelo cooperador, em caso destes últimos ter vínculo com a UNEB, serão definidas de acordo à norma especifica definida pela instituição.

Art. 18º. Haverá, semanalmente, no mínimo, uma sessão de orientação com duas horas de duração reunindo o orientador com o aluno com a finalidade de acompanhar e orientar o trabalho discente.

§ primeiro. A sessão semanal de orientação é obrigatória e constitui atividade indispensável para cumprimento do encargo docente, devendo ter sua programação informada à Comissão de Coordenação do TCC.

§ segundo. Em consonância com cada professor orientador, a Comissão de Coordenação do TCC da disciplina formalizará junto à Coordenação do Colegiado do Curso o horário semanal, em que se darão as sessões de orientação.

Art. 19º. O professor-orientador terá sob sua responsabilidade:

a) informar perante a Comissão Coordenadora do TCC, as linhas de pesquisa de interesse e apresentar a disponibilidade de carga horária e interesse de orientação, mediante Registro específico como disposto pelo Art. 32º deste Regulamento.;
b) definir junto com o orientando, quando necessário, o tema do Trabalho de Conclusão de Curso, acompanhando-o até a etapa final do estudo;
c) direcionar, conduzir, criticar e anuir aos estudos e elaboração dos trabalhos e do produto final do TCC de cada orientando;
d) afiançar o conteúdo do texto de andamento do trabalho para a pré-banca e do produto final ao concordar com a entrega formal ao Colegiado do Curso e sua apresentação em qualquer uma das sessões;
e) manter contatos com a Comissão Coordenadora do TCC para esclarecimentos e orientações relativas ao seu trabalho, quando necessário;
f) prestar atendimento ao(s) discente(s)-orientando(s), distribuindo as horas-aula/semestre, conforme cronograma de orientação, observando o prazo para o desenvolvimento dos projetos e respectiva data final para a entrega e avaliação de cada um dos TCCs orientados;
g) encaminhar à Coordenação do TCC, nos prazos determinados, devidamente preenchidos e assinados os documentos referentes ao controle de frequência e avaliações do discente-orientando, conforme estabelece este Regulamento;
h) participar, obrigatoriamente, das apresentações em Sessões Abertas, nos dias e horários programados para seu(s) orientando(s);
i) cumprir e fazer cumprir este Regulamento e outras normas específicas de qualquer uma das instâncias da universidade sobre o assunto.

Art. 20º. Os trabalhos de orientação e as datas das sessões de apresentação dos trabalhos devem ser registrados pelo professor orientador, em instrumento específico como disposto pelo Art. 32º deste Regulamento.

§ único. O instrumento de que trata o caput deste artigo deve ser entregue pelo professor orientador ao cabo do semestre à Comissão de Coordenação do TCC, ou quando necessário seja para esclarecimentos do desenvolvimento dos trabalhos.

Capítulo V
DAS SESSÕES DE APRESENTAÇÃO DO TCC

Art. 21º. As sessões abertas à comunidade acadêmica envolvendo, principalmente, os professores-orientadores e seus orientandos constitui espaço de socialização para promover a troca de experiências, divulgação dos temas trabalhados e das fases de desenvolvimento dos projetos no decorrer do processo de elaboração dos Trabalhos de Conclusão de Curso.

Art. 22º. Durante cada semestre letivo serão realizadas 03 (três) sessões, amplamente divulgadas junto à comunidade acadêmica, segundo definição do calendário da disciplina, atendendo aos seguintes procedimentos específicos:

a) a primeira sessão será realizada na segunda semana letiva de cada semestre, tem por objetivo a apresentação dos projetos perante o(a) orientador(a) com duração máxima de 20min. por parte do aluno, 10min. para os comentários do orientador e 10min. para o aluno responder; aberta à participação da comunidade acadêmica interna, com voz dos participantes, após a intervenção da orientação;
b) a segunda sessão será realizada na décima semana do semestre, constitui a pre-banca, com a presença do aluno autor e a intervenção exclusiva do orientador e de pelo menos um membro convidado da Banca Examinadora; com duração máxima de 20min. por parte do aluno, 10min. para o orientador e para cada membro da banca e 15min. para o aluno responder;
c) a terceira sessão acontecerá uma semana depois da data fixada no calendário da UNEB para a consolidação dos TCC, será realizada perante a Banca Examinadora, composta pelo orientador mais os dois membros da Banca Examinadora, com duração máxima de 30min. para a apresentação do aluno, e intervenção do orientador e 10min. para cada membro da banca; ao final dessas intervenções, o aluno tem 15min. para abordar as questões levantadas pela Banca Examinadora. Nesta sessão, podem estar presentes a comunidade acadêmica e convidados dos alunos autores dos trabalhos, com intervenção exclusiva de orientadores e membros convidados da banca.

§ primeiro. Em todas as seções, o aluno poderá fazer uso de quaisquer recursos audiovisuais, disponíveis no Campus I da UNEB.

§ segundo. O não comparecimento do aluno a qualquer das apresentações nas sessões programadas, implica na sua reprovação na disciplina por falta.

§ terceiro. Durante qualquer uma das sessões, a Comissão de Coordenação do TCC, por motivo relevante a seu juízo, poderá, a qualquer momento interromper a continuidade da apresentação dos trabalhos por tempo determinado.

Art. 23º. As entregas dos documentos impressos do projeto, do documento para a pré-banca e do produto final do TCC será responsabilidade do aluno e atenderá aos seguintes procedimentos:

a) na primeira sessão o aluno deverá entregar cópia do projeto para o(a) orientador(a), assim como para a Comissão de Coordenação do TCC, antes de iniciar a apresentação. Após a apresentação e entrega do projeto, o mesmo somente poderá ser ajustado com a concordância

do orientador e o tema escolhido não poderá ser substituído, salvo critérios fixados nesta norma;

b) as cópias do texto de andamento do trabalho para a pré-banca, na segunda sessão, deverão ser entregues com antecedência de, no mínimo, uma semana letiva, até o prazo fixado no calendário da disciplina;
c) a entrega formal do produto do TCC para avaliação da Banca Examinadora será em 03 (três) vias, atendendo o prazo estipulado no cronograma da disciplina em concomitância com a data fixada no calendário da UNEB para a consolidação dos TCC.

§ primeiro. As entregas das cópias do texto de andamento do trabalho para a pré-banca e do produto final do TCC serão realizadas após o aval ou aprovação expressa pelo professor orientador, na Secretaria do Colegiado do Curso, durante o horário do expediente normal da mesma, atestando-se, mediante recibo expedido por esta secretaria, os dois instrumentos como disposto pelo Art. 32º deste Regulamento.

§ segundo. Na terceira Sessão Aberta, após a apresentação, caso o trabalho seja aprovado, o aluno entregará ao professor orientador a Folha de Aprovação, para efeitos de registro das assinaturas dos membros da banca. Esta folha será inserida na versão final, assim também, digitalizada, para constar na versão eletrônica, as quais serão entregues ao Colegiado do Curso mediante protocolo especial para tramitar a formatura.

Capítulo VI
DA BANCA EXAMINADORA

Art. 24º. A Banca Examinadora será composta por 3 (três) membros, tendo o orientador como membro nato e presidente da Banca e, os outros dois, ambos professores de nível universitário em exercício, possuidores no mínimo de titulação acadêmica de especialização, reconhecida experiência como professor e/ou como pesquisador na área em foco, preferencialmente um deles, não pertencente ao quadro da UNEB, será formalmente indicado pelo orientador e, o outro de livre escolha da Comissão de Coordenação do TCC.

§ primeiro. Ao se indicar professores do Curso, para a composição da Banca Examinadora, excetuando-se os casos dos professores-orientadores, deve-se manter a equidade no número de indicações, limitando a participação de cada docente em, no máximo, 05 (cinco) bancas por semestre acadêmico.

§ segundo. Para a segunda sessão, além da presença do orientador, será convidado, pelo menos um segundo membro da Banca Examinadora e na terceira sessão é obrigatória a presença dos três membros.

§ terceiro. Para o caso da segunda e terceira sessão, os membros da Banca Examinadora serão formalmente convidados pela Comissão de Coordenação do TCC, quando se tratar de professor que esteja ministrando disciplina no Curso, ou pela Coordenação do Colegiado de Curso em outros casos.

Art. 25º. Cada membro da Banca Examinadora formulará um parecer a ser entregue, ato *continuum* à apresentação feita pelo aluno, à Comissão de Coordenação do TCC, no modelo padrão, como disposto pelo Art. 32º deste Regulamento, e deve concluir com a concessão de uma nota, a qual pode variar de 0 (zero) a 10 (dez), considerando a nota de aprovação do aluno, com mínimo de 7,0 (sete) e máximo de 10 (dez).

§ único. É assegurado ao aluno o direito de conhecer cada uma das notas concedidas e os respectivos pareceres avaliativos sobre sua monografia e apresentação, tão logo os mesmos sejam entregues à Comissão de Coordenação do TCC, podendo fazer cópia para proceder aos devidos ajustes da versão final.

Capítulo VII
DO SISTEMA DE AVALIAÇÃO E ENTREGA DA VERSÃO FINAL

Art. 26º. Os parâmetros ou critérios para avaliação dos trabalhos escritos e das apresentações nas 03 (três) sessões estão fixados no barema como disposto pelo Art. 32º deste Regulamento.

Art. 27º. nas três sessões serão avaliadas as apresentações dos trabalhos conferindo notas que poderão variar de 0,0 (zero) a 10,0 (dez), considerando a nota de aprovação do aluno, mínimo de 7,0(sete), assim:

a) na primeira sessão ou apresentação do projeto pelo(a) professor(a) orientador(a);
b) na segunda sessão ou pré-banca pelo(a) professor(a) orientador(a) e por um(a) outro(a) professor(a), convidado(a) pela Comissão Coordenadora da disciplina e que, preferencialmente, deverá fazer parte da Banca Examinadora na apresentação final da monografia;
c) na terceira sessão ou avaliação final cada membro da Banca Examinadora formulará um parecer a ser entregue em formulário padrão e deve concluir com a concessão de uma nota.

§ primeiro. A nota a ser atribuída na segunda e terceira sessão corresponderá à média aritmética simples das notas concedidas pelos avaliadores de cada apresentação;

§ segundo. É assegurado ao aluno o direito de conhecer cada uma das notas concedidas e os respectivos pareceres avaliativos após a apresentação, tão logo os mesmos sejam entregues à Coordenação da disciplina.

§ terceiro. Uma vez aprovado o TCC, pela Banca Examinadora, na terceira sessão, o aluno entregará ao orientador sua folha de aprovação para o registro das assinaturas correspondentes.

Art. 28º. A nota final obtida no TCC, registrada no Diário de Classe pela Comissão Coordenadora do TCC, será o resultado da média aritmética ponderada, obtida da seguinte forma:

a) a nota da primeira apresentação terá peso 1(um);
b) a nota da segunda apresentação terá peso 2 (dois);
c) a nota da apresentação final terá peso 7(sete).

§ primeiro. Quando o aluno obtiver uma média igual ou superior a 7,0 (sete vírgula zero) serão

registradas no Diário de Classe 3 (três) notas iguais correspondentes à primeira, à segunda e à terceira avaliações não sendo registrada nota correspondente a prova final para efeito de atendimento às normas de avaliação da Universidade, que regerá também eventuais pedidos de revisão de prova final.

Art. 29º. O discente reprovado uma única vez no trabalho de conclusão de curso, terá oportunidade para nova defesa, como estabelecido na Resolução 622/2004 do CONSEPE/UNEB, em data determinada pela Comissão Coordenadora junto com a Coordenação do Colegiado de Curso, ouvidos o orientador e aluno-orientando.

Art. 30º. O discente que não conseguir aprovação no Trabalho de Conclusão de Curso deverá matricular-se no semestre seguinte na disciplina correspondente, podendo manter o mesmo tema que vinha sendo desenvolvido ou pesquisado.

Capítulo VIII
DO ENCERRAMENTO DAS ATIVIDADES DO TCC

Art. 31º. A colação de grau e o recebimento do respectivo diploma pelo discente ficam condicionados, irrevogavelmente à,

a) obtenção da nota mínima para aprovação na disciplina,
b) revisão às recomendações e modificações indicadas pela Banca Examinadora e o aval do orientador,
c) entrega da versão final do produto do TCC no prazo máximo de uma semana após a data de apresentação da terceira sessão.

§ primeiro. Uma vez realizada a revisão do trabalho cada aluno, observando os prazos, tramitará perante a Biblioteca Central a respectiva ficha catalográfica de seu trabalho.

§ segundo. Cumprido o prazo, o documento e a versão digital em CD será entregue ao Colegiado de Curso, e este emitirá autorização para o processo de formatura.

§ Terceiro. Fora a versão digital do produto do TCC, apenas será entregue ao colegiado cópia impressa da monografia e/ou artigo, com encadernação em capa dura, para tanto, poderá utilizar os meios e recursos ofertados pela gráfica da UNEB, cuja tramitação é de responsabilidade de cada aluno, perante as devidas instâncias.

§ quarto. A versão digital deve ser devidamente formatada em um único arquivo, de preferência em pdf, ou outro aplicativo que não admita mudança, gravado em CD-Rom.

§ quinto. O Aluno que tenha optado por apresentar como produto do TCC uma monografia, uma vez aprovada e entregue a versão final desta, com as revisões correspondentes, poderá acrescentar a versão desta em artigo científico para efeito da inserção nos Anais, cuja aprovação dependerá do atendimento às normas e a avaliação realizada pela Comissão Coordenadora do TCC.

Capítulo IX
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 32º. Formam parte integral deste regulamento os instrumentos de cadastro, registro e acompanhamento relacionados no quadro do Apêndice.

§ único. Cabe à Comissão Coordenadora do TCC, no início de cada semestre, atualizar e divulgar perante orientados e orientadores a cópia destes instrumentos, assim como coletar, sistematizar e fazer os encaminhamentos correspondentes;

Art. 33º. O presente Regulamento poderá a qualquer momento ser revisto, no todo ou em parte, por iniciativa de qualquer docente desde que a solicitação seja acatada pelo Colegiado de Curso em reunião plenária, sempre com vigência no semestre subsequente à data de aprovação da revisão.

Art. 34º. Os casos omissos neste Regulamento serão resolvidos pela Comissão Coordenadora do TCC, em conjunto com o Coordenador do Colegiado Curso, ouvidas as partes envolvidas e consultadas as disposições da Resolução 622/2004 do CONSEPE/UNEB ou outras da instituição relacionadas com o caso.

§ único. A solução de casos especiais ou considerados em regime de exceção, não dirimidos segundo o caput deste artigo serão levados, respeitando as escalas, às instâncias superiores da instituição.

Salvador, 23 de agosto de 2012.

APÊNDICE – QUADRO DE INSTRUMENTOS DE CADASTRO - REGISTRO - ACOMPANHAMENTO

Conforme Artigo 32º do Regulamento Interno de TCC do Curso de Urbanismo

Id.	Instrumento	Objetivo
A	FICHA DE CADASTRO DO ALUNO	Constando contatos, dados sobre o projeto, indicação de três nomes de docentes para orientação, disponibilidade de horários para as reuniões com a Comissão Coordenadora e sugestões.
B	CADASTRO DE DOCENTES ORIENTADORES	Constando contatos, Linhas temáticas de interesse de pesquisa, disponibilidade de orientação planejada para dois períodos, dias e horários disponíveis para orientação e sugestões.
C	DOCUMENTO DE ACEITE DE ORIENTAÇÃO	Identificando nome do orientando(a), título do projeto, dias e horários de atendimento presencial e outras formas de comunicação.
D	REGISTRO DAS ATIVIDADES DE ORIENTAÇÃO	Encontros e atividades realizadas por semana segundo data e horários. As faltas do aluno e do orientador, os eventuais problemas na condução dos trabalhos com rubrica do orientador(a) e do orientando(a).
E	AVAL OU APROVAÇÃO DO ORIENTADOR PARA ENTREGA	Registro do professor orientador para entrega do documento no Colegiado do Curso, por parte do aluno para a pré-banca e a Banca Examinadora, constando nome do aluno, título do trabalho, nome e assinatura do orientador(a) e data.
F	COMPROVANTE DE ENTREGA DAS CÓPIAS DE TCC PARA A PRÉ-BANCA E A BANCA EXAMINADORA	Expedido pelo funcionário do colegiado do Curso responsável no momento da entrega (em duas vias), constando nome do aluno(a) título do trabalho, nomes e assinaturas, data e hora da entrega.
G	BAREMA PARA AVALIAÇÃO DO TCC E SUA APRESENTAÇÃO	Com orientações sobre os parâmetros ou critérios para avaliação das apresentações e textos e formas de calcular a nota. Não é necessária a devolução é apenas um guia.
H	AVALIAÇÃO E PARECER	Encaminhado com antecedência para os Membros da Banca Examinadora, junto com o TCC. Consta nome do aluno, título do trabalho, nota e espaço para comentários, nome e assinatura do Examinador.

RESOLUÇÃO N.º 1022/2008

Publicado no D.O.E. de 18-12-08, p.45/46

Regulamenta as Atividades Complementares para os Cursos de Bacharelados.

O CONSELHO SUPERIOR DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO - CONSEPE da Universidade do Estado da Bahia - UNEB, no uso de suas competências, de acordo com as diretrizes da Lei nº 9.394/96, com o que estabelecem as Diretrizes Curriculares Nacionais específicas para os Cursos de Bacharelados e com o Parecer CNE/CES 08/2007 e a Resolução CNE/CES 02/2007, e tendo em vista o que consta do processo n.º 0603080194141, em sessão desta data,

RESOLVE:

Art. 1º - Regulamentar as Atividades Complementares para os currículos dos Cursos de Bacharelados da UNEB, na modalidade presencial.

§ 1º - As Atividades Complementares serão obrigatórias para a integralização dos cursos de Bacharelados observando Anexo Único.

§ 2º - Somente poderão ser consideradas Atividades Complementares as que forem realizadas pelo discente após o seu ingresso na Universidade, salvo:

a) às de portadores de diploma, no prazo de 02 (dois) anos, anterior ao ingresso;
b) admitidos por meio de categorias especiais de matrícula e/ou;
c) ingressantes por vestibular que tenham realizado parcialmente curso superior em período anterior.

Art. 2º - As Atividades Complementares têm por finalidade aprofundar, ampliar e consolidar a formação acadêmico-cultural do discente, e serão validadas na quantidade limite de horas para aproveitamento conforme se estabelece no Anexo Único que integra essa Resolução.

§ 1º - O Colegiado, observando a carga horária total do currículo do Curso, destinará o número de horas para as Atividades Complementares conforme o estabelecido nas Diretrizes Curriculares Nacionais específicas para o curso.

§ 2º - Caso não conste nas Diretrizes Curriculares Nacionais as orientações para a distribuição da quantidade mínima de horas para as Atividades Complementares, a PROGRAD orientará esta distribuição observando a carga horária total do curso.

§ 3º - O Colegiado poderá acrescentar no Anexo Único desta Resolução outras Atividades Complementares, específicas da área, após as propostas serem aprovadas pelo Conselho de Departamento.

§ 4º - Compete ao Colegiado de Curso:

a) elaborar formulário próprio para o registro das Atividades Complementares e;
b) acompanhar e avaliar as Atividades Complementares realizadas pelos discentes.

§ 5º - O aproveitamento das Atividades Complementares realizadas fica sujeito a apresentação pelo discente de documento que comprove a sua participação nessas atividades, de acordo com o prazo estabelecido no Calendário Acadêmico.

Art. 3º - Ao realizar e concluir uma atividade acadêmica não prevista no Anexo Único desta Resolução, o discente poderá solicitar ao Colegiado do Curso inclusão da mesma para seu aproveitamento, observando o calendário acadêmico.

Parágrafo Único - O Colegiado apreciará e deliberará pela pertinência ou não da solicitação.

Art. 4º - Para validação dos créditos referentes às AC:

§ 1º - O discente deverá:
a) preencher formulário com a solicitação pretendida;
b) anexar aos formulários de solicitação cópias autenticadas pelo próprio protocolo mediante apresentação dos originais dos certificados comprobatórios das AC realizadas e;
c) encaminhar ao Colegiado do Curso, via protocolo, a documentação referenciada nos incisos “a” e “b”.

§ 2º - O Coordenador do curso deverá:
a) nomear comissão para proceder análise e parecer das solicitações de AC e;
b) encaminhar os pareceres da Comissão para homologação pelo Diretor do Departamento.

Art. 5º - Os casos omissos serão devidamente apreciados pelo Colegiado do Curso.

Art. 6º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 11 de dezembro de 2008.

Lourisvaldo Valentim da Silva
Presidente do CONSEPE

ANEXO ÚNICO DA RESOLUÇÃO N.º 1022/2008 - CONSEPE
VALIDADE E APROVEITAMENTO DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES – AC

Atividade Desenvolvida	Número de horas válidas como Atividades complementares	Número máximo de horas que podem ser aproveitadas na integralização de AC
1. Atividades de iniciação científica ou equivalentes, realizadas na UNEB ou por outra instituição de Ensino Superior reconhecida ou autorizada pelo MEC.	2 horas de AD = 1 hora de AC	Até 100 horas
2. Atividades de monitorias de ensino, extensão, incluídas as monitorias voluntárias, com a devida comprovação do Coordenador do NUPE ou do Orientador.	2 horas de AD = 1 hora de AC	Até 100 horas
3. Aperfeiçoamento em cursos de extensão realizados na UNEB ou em outra Instituição de Ensino Superior reconhecida ou autorizada pelo Ministério da Educação, Ong's, Secretarias de Educação, Empresas e entidades da Sociedade Civil Organizada.	2 horas de AD = 1 hora de AC	Até 60 horas
4. Participação como ouvinte em seminários, congressos e eventos de natureza acadêmica e profissional organizadas pela UNEB.	2 horas de eventos = 1 hora de AC	Até 60 horas
5. Participação como ouvinte em seminários congressos e eventos de natureza pedagógica promovidos por órgãos públicos, empresas de assessorias educacionais, Ong's e Movimentos Sociais e Sindicais, Instituições de Ensino Superior autorizadas e ou reconhecidas, empresas e entidades da sociedade civil organizada.	3 horas de eventos = 1 hora de AC	Até 60 horas
6. Participação como Membro de comissão organizadora de seminários, congressos e eventos de natureza acadêmica e profissional organizadas pela UNEB ou por outra Instituição de Ensino Superior reconhecida ou autorizada pelo Ministério da Educação.	1 dia de evento = 8 horas de AC	Até 60 horas

7. Participação como membro de comissão organizadora de seminários, jornadas e eventos em sua área de formação ou afins promovidos por Secretarias de Educação, Unidades Escolares autorizadas e/ou reconhecidas, associações comunitárias, organizações governamentais e não governamentais, Movimentos Sociais, Sindicais e Entidades Representativas.	2 horas de eventos = 1 hora de AC	Até 60 horas
8. Visitas temáticas/técnicas ou excursões de estudo organizadas por Instituição de Ensino Superior reconhecida ou autorizada pelo Ministério da Educação ou por Associações Profissionais, com anuência da Coordenação do Curso anterior à viagem, excetuando-se as atividades previstas no Projeto Pedagógico de cada curso.	1 dia de AD = 8 horas de AC	Até 40 horas
9. Participação em projetos de extensão comunitária ou outros projetos de alcance social, organizados por Instituições de Ensino Superior reconhecida ou autorizadas, Prefeituras, Conselhos Municipais, Associações de Bairro, Centros de Atendimentos comunitários e entidades representativas.	2 horas de AD = 1 hora de AC	Até 40 horas
10. Elaboração e/ou execução em projetos de extensão comunitária ou outros projetos de alcance social, organizados por Instituições de Ensino Superior reconhecidas ou autorizadas, Prefeituras, Conselhos Municipais, Associações de Bairro, Centros de Atendimentos comunitários e entidades representativas.	1 hora de AD = 1 hora de AC	Até 40 horas
11. Apresentação ou co-autoria de trabalhos em eventos de natureza acadêmica na área de formação ou áreas afins.	1 apresentação = 5 horas AC	Até 30 horas
12. Publicação de artigo científicos em revistas especializada e anais de eventos.	40 horas por livro com conselho editorial; 40 horas por publicação em revista indexada, impressa ou eletrônicas; 20 horas por publicação de capítulo de livros com conselho editorial;	Até 60 horas

	15 horas por trabalho completo em anais; 5 horas por publicação de resumo ou artigo em revista especializada, mas não indexada; 5 horas por publicação de resumo ou artigo em anais; 3 horas por publicação de artigo, resenha, crônicas, poemas, contos em jornais, livros ou revistas não especializadas, eletrônicas ou não;	
13. Componente curricular de cursos superiores reconhecidos e/ou autorizados não aproveitadas na análise de equivalência do curso.	2 horas de AD = 1 hora de AC	Até 60 horas
14. Representação estudantil nos Conselhos Superiores e Setoriais (Departamento e Colegiado) e/ou Conselhos Municipais	A cada semestre = 10 horas de AC	Até 40 horas
15. Participação na direção de Diretório Central e Acadêmico.	A cada semestre = 10 horas de AC	Até 40 horas
16. Participação em Empresa Júnior.	Para diretores/coordenadores, 2 horas de AD = 1 hora de AC Para membros, 5 horas de AD = 1 hora de AC	Até 60 horas
17. Participação em cursos EAD relacionados à área e ministrados por instituições reconhecidas.	2 horas de AD = 1 hora de AC	Até 60 horas
18. Participação em estágios extracurriculares, desde que validados pelo Colegiado do curso.	4 horas de AD = 1 hora de AC	Até 60 horas
19. Produção/elaboração de material técnico, multimídia, didático desde que aprovado pelo Colegiado do curso;	1 produção = 10 horas de AC	Até 20 horas